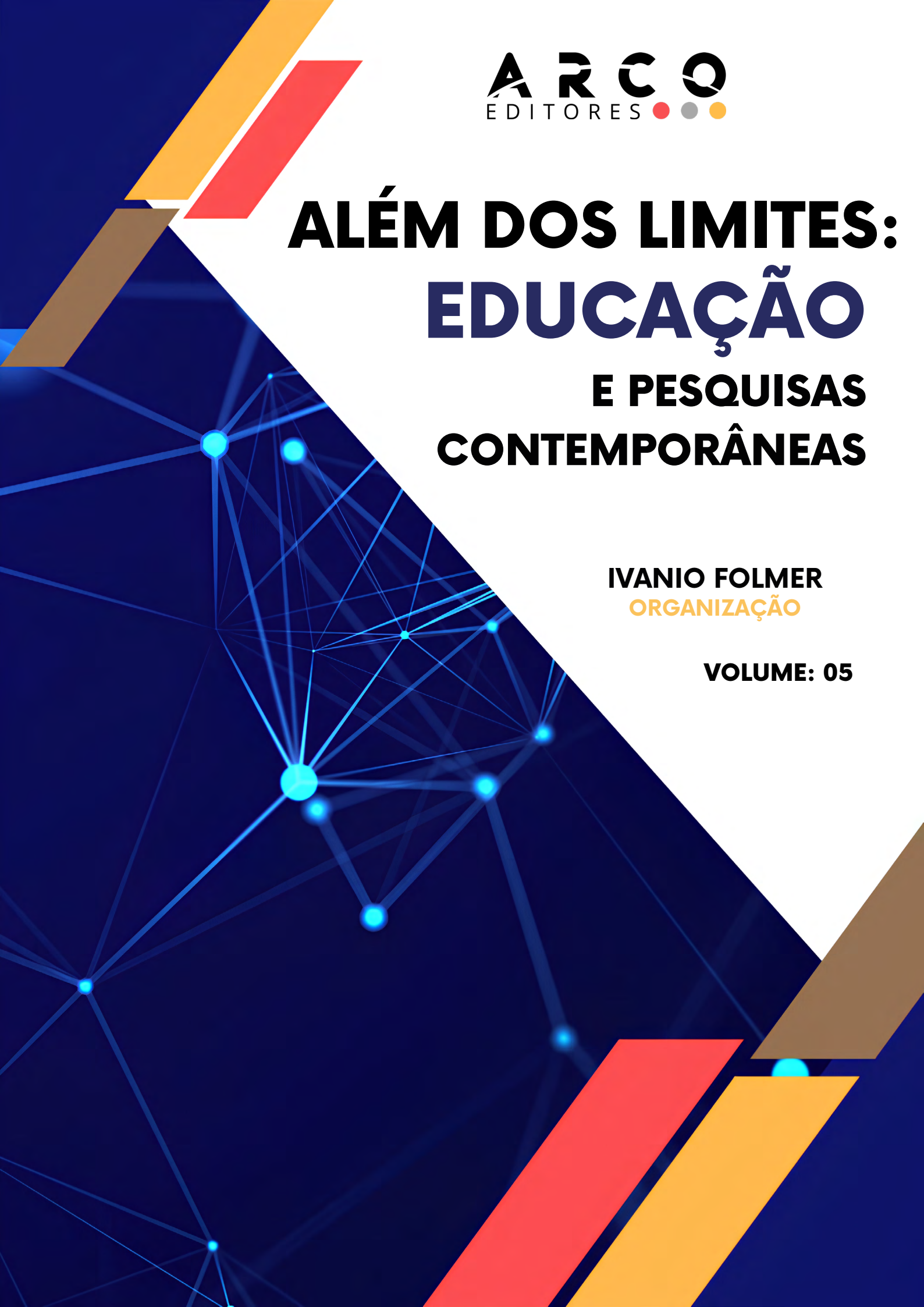


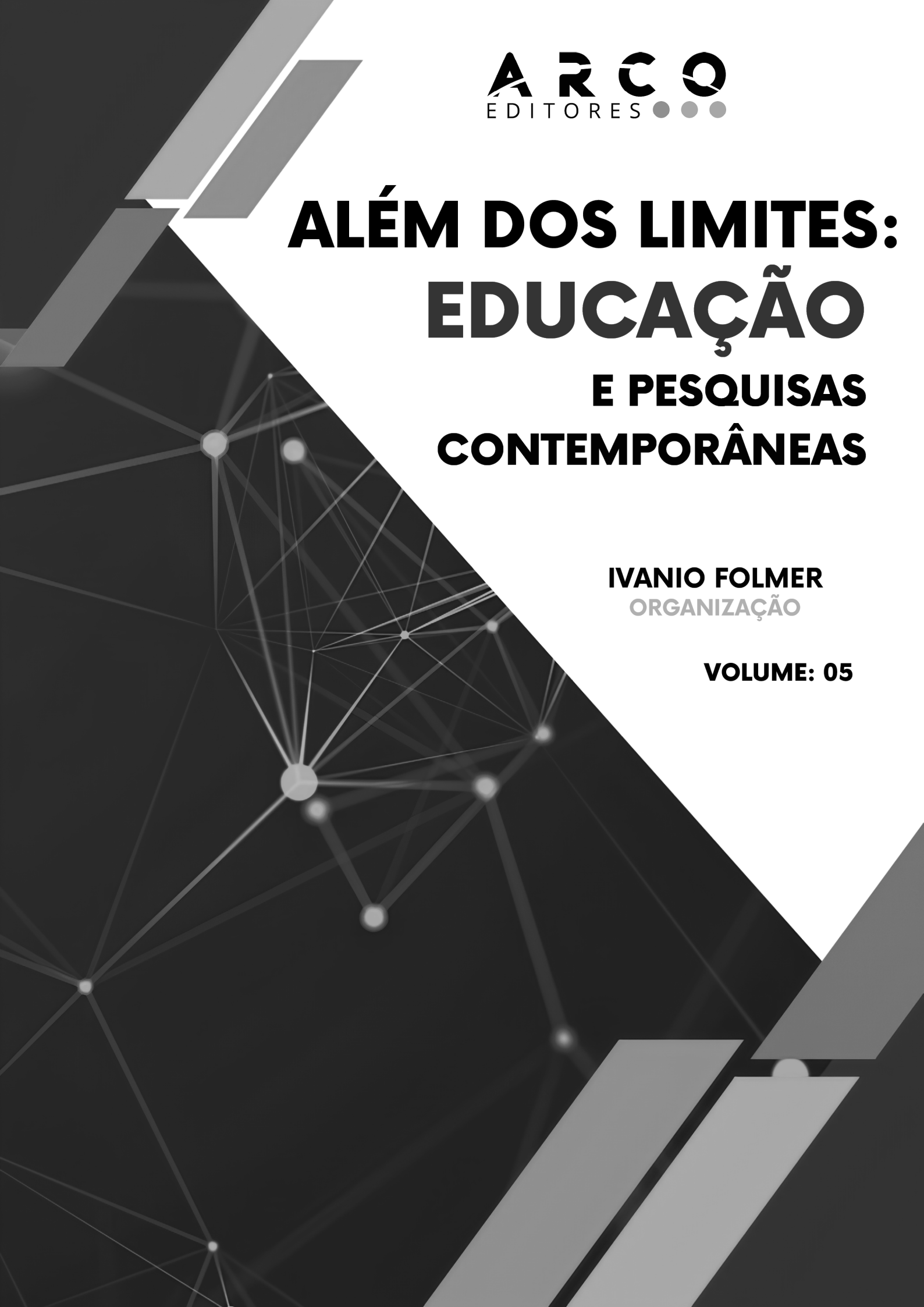


ARCO
EDITORES

ALÉM DOS LIMITES: EDUCAÇÃO E PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

IVANIO FOLMER
ORGANIZAÇÃO

VOLUME: 05



ARCO
EDITORES ● ● ●

ALÉM DOS LIMITES: EDUCAÇÃO E PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

IVANIO FOLMER
ORGANIZAÇÃO

VOLUME: 05

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Bibliotecária: Eliete Marques da Silva

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Além dos limites [livro eletrônico] : educação e
pesquisas contemporâneas : volume 05 /
Ivanio Folmer, organização. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-460-2

1. Educação – Aspectos sociais
2. Interdisciplinaridade na educação 3. Pedagogia
4. Pesquisas educacionais I. Folmer, Ivanio.

25-250844

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

 **10.48209/978-65-5417-460-2**

Esta obra é de acesso aberto.

*É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria
e respeitando a Licença Creative Commons indicada.*



APRESENTAÇÃO

A educação, como processo formativo essencial, se renova constantemente para responder às demandas de um mundo em transformação. Em tempos contemporâneos, não basta mais que os conhecimentos sejam transmitidos de forma isolada ou compartimentalizada. Exige-se uma postura crítica, reflexiva e integrada, capaz de articular saberes, culturas e práticas diversas. É nesse cenário que a interdisciplinaridade se apresenta como uma perspectiva necessária para o fortalecimento dos processos educativos.

A interdisciplinaridade surge como uma resposta ao excesso de fragmentação do conhecimento, propondo a superação de limites artificiais entre as disciplinas. Mais do que uma junção de conteúdos, ela implica uma nova atitude frente ao saber: a de conectar, dialogar e reconstruir as fronteiras do conhecimento de maneira dinâmica e coletiva. Em educação, isso significa pensar o currículo, as metodologias e as práticas pedagógicas de forma integrada, buscando sentido para o aprendizado.

Neste volume 5 da obra “Além dos Limites: Educação e Pesquisas Contemporâneas”, a interdisciplinaridade é abordada como um caminho para a inovação e para a efetividade das práticas educativas. Os capítulos aqui reunidos refletem sobre como diferentes áreas do saber, quando articuladas, enriquecem a compreensão da realidade e potencializam os processos formativos em todos os níveis e modalidades de ensino.

A educação interdisciplinar desafia as práticas tradicionais e convoca educadores e pesquisadores a assumirem o compromisso com uma formação humana integral. Tal formação ultrapassa o acúmulo de informações, privilegiando o desenvolvimento de competências críticas, criativas e éticas, fundamentais para a cidadania ativa em sociedades complexas e desiguais.

No campo da pesquisa, a interdisciplinaridade tem se mostrado uma estratégia potente para a análise de problemas multifacetados. Problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos não podem ser compreendidos ou

solucionados a partir de um único ponto de vista. Assim, a produção de conhecimento interdisciplinar fortalece investigações mais completas e respostas mais adequadas às questões contemporâneas.

Os textos apresentados nesta obra demonstram que o trabalho interdisciplinar exige diálogo constante entre diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Esse diálogo, por sua vez, é permeado de tensões, negociações e reconstruções, que enriquecem o processo de construção do conhecimento e fortalecem a prática educativa.

Em educação básica e superior, a prática da interdisciplinaridade se realiza a partir da problematização de temas relevantes e do incentivo à colaboração entre professores e estudantes. Projetos interdisciplinares, metodologias ativas e abordagens integradas são exemplos de estratégias que têm ampliado a capacidade dos educandos de compreender o mundo de maneira mais crítica e complexa.

Vale destacar que a interdisciplinaridade não se constrói de maneira espontânea. Ela requer planejamento, intencionalidade pedagógica, formação docente continuada e políticas educacionais que incentivem práticas inovadoras. Requer também coragem para romper com estruturas rígidas e com modelos ultrapassados de organização do saber escolar.

Este volume, ao reunir investigações e relatos de experiência, contribui para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a interdisciplinaridade. São reflexões que ajudam a pensar uma educação mais significativa, conectada com os desafios do presente e com as possibilidades de transformação social.

A construção de um saber interdisciplinar é também um exercício de humildade intelectual. Reconhecer que nenhuma área de conhecimento é suficiente em si mesma implica abrir-se para o outro, para o novo e para o inusitado. Assim, a educação se humaniza e se amplia, tornando-se espaço de encontro, diálogo e criação.

Interdisciplinarizar a educação significa respeitar a complexidade do mundo e a diversidade dos sujeitos que dele fazem parte. Significa apostar

na potência do encontro de diferentes saberes para promover aprendizagens mais profundas, libertadoras e comprometidas com a justiça social.

Ao percorrer as páginas deste livro, o leitor encontrará abordagens que demonstram como a interdisciplinaridade pode ser praticada em diferentes contextos educativos: da educação infantil ao ensino superior, da educação formal à educação não formal, em projetos sociais, pesquisas acadêmicas e práticas escolares.

Cada capítulo é uma demonstração de que a interdisciplinaridade é um processo em construção permanente, que se alimenta das experiências, dos erros, das descobertas e dos sucessos cotidianos. Mais do que uma teoria, ela é uma prática viva, aberta a novas possibilidades e novos sentidos.

O projeto “Além dos Limites” reafirma, em seu quinto volume, a importância da educação como motor de transformação e da pesquisa como instrumento de reinvenção do saber. Mais do que nunca, é necessário ultrapassar as fronteiras do conhecimento fragmentado para construir novas formas de ensinar, aprender e viver em sociedade.

Convidamos cada leitor e leitora a mergulhar nas reflexões aqui reunidas, permitindo-se questionar, inspirar e inovar suas práticas. Que esta obra possa contribuir para ampliar os horizontes da educação e reforçar a importância da interdisciplinaridade na formação de sujeitos críticos, criativos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e solidário.

SUMÁRIO

Capítulo 1

Horta Circular, Conectando saberes Populares com a Educação e a Alimentação Saudável, Através da Agroecologia.....11

Daniela da Rosa Matos; Liziany Müller; Ivanio Folmer; Tatiane Correa Trojahn
doi: 10.48209/978-65-5417-460-1

Capítulo 2

Um Estudo de Caso na Colônia Z15: Adaptação dos Pescadores no Uso de Aplicativos como Recurso de Trabalho.....22

Leila Taís Kuntzler Pedrotti; Liziany Müller; Ivanio Folmer; Tatiane Correa Trojahn
doi: 10.48209/978-65-5417-460-0

Capítulo 3

Cursos Técnicos na Área Agrícola e a Permanência de Jovens na Agricultura Familiar: Estudo na Região Centro Serra do RS....29

Daniel Júnior Gervasoni; Liziany Müller; Ivanio Folmer; Tatiane Correa Trojahn
doi: 10.48209/978-65-5417-460-3

Capítulo 4

A Estrutura da Compra de Votos no Brasil Império (1822-1889)34

Lucas de Lemos Mehero
doi: 10.48209/978-65-5417-460-4

Capítulo 5

O Mercado da Compra de Votos: As Estruturas Ilícitas da Representação Parlamentar no Brasil.....40

Lucas de Lemos Mehero
doi: 10.48209/978-65-5417-460-5

Capítulo 6

A Estrutura Legal e Regulatória do Sistema Eleitoral de Prevenção e Repressão à Captação Ilícita de Sufrágio.....54

Lucas de Lemos Mehero
doi: 10.48209/978-65-5417-460-6

Capítulo 7

Cultura da Compra de Votos: Como o Sistema Político Brasileiro Falha em Coibir a Captação Ilícita de Sufrágio e Recompensa o Ilícito Eleitoral.....68

Lucas de Lemos Mehero

doi: 10.48209/978-65-5417-460-7

Capítulo 8

Integridade Eleitoral como Pilar Democrático: Medidas para Fortalecer o Sistema Eleitoral Brasileiro.....78

Lucas de Lemos Mehero

doi: 10.48209/978-65-5417-460-8

Capítulo 9

Avaliação Formativa na Educação Superior Peruana: Impactos no Desenvolvimento de Competências Acadêmicas.....93

William Enrique Huanca Solis; Roxana Maritza Orellana Salazar; Merardo Americo Osorio Canturin; Jose Gonzalo Ordoñez Speziani; Vilma Hermelinda Munive Orrego

doi: 10.48209/978-65-5417-460-9

Capítulo 10

Competências Digitais e Avaliação do Plano de Estudos em Instituições de Ensino Superior Peruanas.....102

William Enrique Huanca Solis; Roxana Maritza Orellana Salazar; Merardo Americo Osorio Canturin; Jose Gonzalo Ordoñez Speziani; Vilma Hermelinda Munive Orrego

doi: 10.48209/978-65-5417-460-A

Capítulo 11

Reflexões sobre Cisgeneridade, Transfobia e o Trabalho de Assistentes Sociais na Política de Saúde.....112

Alícia Moraes Palheta; Yves Yara Oliveira Alves

doi: 10.48209/978-65-5417-460-B

Capítulo 12

O Papel da Interdisciplinaridade e das Metodologias Ativas no Ensino Fundamental.....122

Brenda Cristinne dos Santos Gonçalves; Dinalva Lopes Claudio; Heloísa da Silva Duarte; Iolanda Pereira Lima; Odirlene Maria da Silva; Simone Gomes dos Santos Gonçalves

doi: 10.48209/978-65-5417-460-C

Capítulo 13

Anotações sobre o agir no Tempo: Espacializar, Representar e Estranhar.....130

Lucas Corbucci Caldeira Nasi

doi: 10.48209/978-65-5417-460-D

Capítulo 14

Cinco Galerias Comerciais no Centro de São Paulo: Um Recorte da Produção Arquitetônica de Ermanno Siffredi e Maria Bardelli (1950–1960).....144

Marcos Sartori

Francisco Spadoni

doi: 10.48209/978-65-5417-460-E

Sobre o Organizador.....166

Sobre as Autoras e os Autores.....167

CAPÍTULO 1

HORTA CIRCULAR, CONECTANDO SABERES POPULARES COM A EDUCAÇÃO E A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, ATRAVÉS DA AGROECOLOGIA

Daniela da Rosa Matos

Liziany Müller

Ivanio Folmer

Tatiane Correa Trojahn

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-1

INTRODUÇÃO

A escola desempenha um papel crucial na formação dos indivíduos e em sua relação com o mundo ao seu redor, incluindo a natureza e as outras pessoas. No contexto das escolas rurais, o resgate de saberes populares e práticas que se perderam com o tempo e a desvalorização da cultura oral é fundamental. Ao olhar para o passado, podemos recuperar o que foi perdido e, assim, construir um futuro mais alinhado com nossas raízes, sem esquecer de quem somos. Como afirmou o pensador indígena: “Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (KRENAK, 2022, p. 11).

Esta pesquisa propõe refletir sobre o bem-estar dos alunos, professores e da comunidade em que a escola está inserida, abordando temas que envolvem a cultura, a conexão com a natureza, a preservação ambiental, a educação e a alimentação saudável. Esses pilares estão intrinsecamente interligados e serão explorados por meio da agroecologia, que, mais do que uma ciência, representa uma maneira sustentável de viver e se relacionar com o mundo natural. Conforme Silva (2014), “A agroecologia admite que a sustentabilidade implica cultivar relações e práticas que geram e sustentam a vida, e que

a violação dessa trama cria vulnerabilidade; ao cuidarmos dela, contribuímos para sua sustentabilidade” .

Com base nesses princípios, surge o estudo de caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Roque, localizada na Zona Rural de Fontoura Xavier, RS, onde será implementada uma horta circular com o objetivo de resgatar saberes populares sobre plantas medicinais e promover práticas agroecológicas. O foco é fomentar o senso de pertencimento dos alunos, a conscientização sobre uma alimentação saudável e a valorização da cultura local. De acordo com Altieri (2012), “A agroecologia é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas”.

A horta circular, além de proporcionar um maior contato com a natureza, permite aos alunos aprender sobre os ciclos naturais e o cultivo sustentável do solo, como destacam Lessa et al. (2021): “As hortas mandalas agroecológicas proporcionam o melhor uso do espaço para a produção agrícola, respeitando os ciclos naturais e dispensando agrotóxicos, com o formato circular promovendo o melhor aproveitamento da luz e água”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A implantação de uma horta escolar oferece inúmeras possibilidades de aprendizado para alunos e educadores, permitindo o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que fortalecem a educação ambiental e o senso de pertencimento dos estudantes. Como afirmam Anschau et al. (2018), “A horta se torna uma ferramenta de ensino e aprendizagem de grande importância, sendo um ‘laboratório vivo’ que alimenta a comunidade escolar” .

Reconhecer o valor do fazer rural é essencial para uma educação que reflita a realidade local. A construção de uma horta, especialmente em formato circular, pode integrar diversas atividades que fortaleçam a coletividade e a identidade escolar. Cristine Tekuá, teórica indígena, afirma que “a escola é uma potência, é um espaço de encontro, socialização e trocas de conhecimento” (informação verbal). A construção e o manejo de uma horta possibilitam aos alunos a troca de saberes e a vivência prática, que pode ser expandida para o conteúdo em sala de aula.

A horta deve ser integrada à didática escolar, estimulando nos alunos a curiosidade e o reconhecimento do ambiente ao seu redor. Ela permite que eles busquem respostas para questões ambientais e nutricionais, promovendo descobertas dinâmicas e participativas, e envolvendo toda a comunidade escolar (LESSA et al., 2021).

A agroecologia vai além de ser uma ciência, representando uma forma de vida que resgata o equilíbrio com a natureza. A relação humana com o ambiente tem se distanciado ao longo dos anos, o que tem gerado desequilíbrios no sistema natural que sustenta a vida. A agroecologia visa restabelecer esse equilíbrio, criando sistemas sustentáveis que preservam o solo, a água e a biodiversidade, além de fornecer alimentos saudáveis. Como argumenta Machado (2014), “A vida é um bem que não tem preço. Devemos substituir processos agrícolas prejudiciais por tecnologias que promovam a vida, pois este é o caminho da produção agrícola”.

A agroecologia nas escolas rurais, especialmente por meio da horta circular, é um passo importante para valorizar as práticas tradicionais e integrar os conhecimentos populares que vêm se perdendo. Como diz Tekuá, “Nós, educadores, somos semeadores da micro-política do dia a dia, capazes de transformar nosso território educativo, seja qual for” (informação verbal). Mesmo em um sistema educacional engessado, as pequenas ações podem gerar transformações significativas, como a criação de hortas circulares, que promovem o respeito à vida e aproximam os alunos do campo.

De acordo com Santos et al. (2014), “A escola, especialmente as localizadas na zona rural, deve utilizar a horta escolar como uma ferramenta fundamental no processo de ensino-aprendizagem. As atividades realizadas na horta contribuem para a compreensão dos alunos sobre os riscos dos agrotóxicos e a necessidade de preservar o meio ambiente”.

A alimentação saudável é essencial para a qualidade de vida. O Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde (2014) destaca que “A alimentação envolve a ingestão de nutrientes, mas também o modo de preparar e combinar os alimentos, além dos aspectos culturais e sociais que influenciam a saúde e o bem-estar” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p. 15).

No Brasil, apesar de ser um grande produtor de grãos, a alimentação de muitas crianças é dominada por produtos processados e ultraprocessados, frequentemente mais baratos do que alimentos frescos. Essa mudança no paladar das crianças, que preferem alimentos industrializados, é um reflexo da falta de educação nutricional prática, algo que pode ser solucionado com a criação de hortas escolares agroecológicas.

A horta circular promove o cultivo de alimentos orgânicos e saudáveis, sem agrotóxicos, e estimula as crianças a se conectarem com os alimentos que consomem. Além de ser uma importante fonte de nutrição, ela também é um espaço de aprendizado e valorização do trabalho no campo. Como afirmam Ribeiro et al. (2015), “A implementação de uma horta escolar resgata os valores da produção saudável e hábitos alimentares, além de valorizar o trabalho rural e promover o empreendedorismo e o trabalho em equipe”. Ter uma horta na escola é uma oportunidade de enriquecer as práticas educacionais, permitindo que os alunos vivenciem e aprendam sobre o cultivo de alimentos em um ambiente que vai além da sala de aula.

METODOLOGIA

O objetivo da escolha pela abordagem qualitativa exploratória, através de um estudo de caso com intervenção, corresponde a flexibilidade que essa abordagem oferece, pois o planejamento é bastante flexível de modo que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos aos fatos estudados Gil (2017, p. 25).

A pesquisa teve início através de uma visita à Escola Municipal de Ensino Fundamental São Roque, localizada na comunidade Picada Rosa, na zona rural do município de Fontoura Xavier, foi realizada uma observação da dinâmica escolar do espaço físico da escola, a partir dessa observação constatou-se que não era desenvolvida nenhuma atividade que conectasse os alunos ao meio rural no qual estão inseridos e que há pouco fomento a identidade rural e ao seu senso de pertencimento, surgiu essa pesquisa que buscou contribuir para que se tenha um espaço onde os professores e alunos possam usufruir, explorando as diversas potencialidades que cultivar uma horta traz.

Resgatando Saberes Populares Através das Plantas Medicinais

Para a construção da horta circular, foi escolhida a turma multisseriada de 4º e 5º anos, com a qual foi realizada uma atividade introdutória e que visou suscitar a importância da presença dos saberes populares e sobre as plantas medicinais. Dickmann e Dickmann (2008, p. 70) reiteram que “o saber popular é entendido como aquele adquirido nas lutas, que não está escrito nos livros, aquele que é fruto das várias experiências vividas e convividas em tempos e espaços diversos na história do povo”. Os saberes populares geralmente são transmitidos via oral de geração para geração, porém ao longo dos anos e com o avanço da tecnologia essa tradição vem se perdendo, resgatar saberes populares é também resgatar parte da cultura da comunidade.

Buscando promover esse diálogo entre as crianças e as pessoas mais velhas de suas famílias, foi contada a história intitulada “A Menina que Amava Plantas” do escritor chinês Xu Lu, que narra a história real da cientista chinesa To You You, que, quando criança, se encantou pelas plantas medicinais e o saber popular da medicina tradicional chinesa, inspirada pelo ancião que morava no vilarejo próximo a ela, o qual seguidamente transmitia a ela seus conhecimentos sobre as plantas medicinais, To You You cresceu e tornou-se cientista, estudando as plantas medicinais e através do estudo da Artemísia descobriu a cura para a malária.

Com a contação dessa história buscou-se abertura para a conversa com as crianças sobre plantas medicinais na qual elas relataram em que relataram que as pessoas de suas famílias, sobretudo as pessoas mais velhas como os avós e bisavós possuem conhecimentos sobre plantas medicinais, alguns até sobre o feitiço de remédios a partir das plantas. Esses que são conhecimentos riquíssimos e que por mais que não sejam científicos, são extremamente importantes para manter viva a identidade da comunidade como nos lembra Chassot nesta passagem:

O pescador solitário, que encontramos em silenciosas meditações, sabendo onde e quando deve jogar a tarrafa, também tem saberes importantes. A lavadeira, que sabe escolher a água para os lavados, tem os segredos para remover manchas mais resistentes ou conhece as melhores horas de sol para o

coar. A parteira, que os anos tornaram doutora, conhece a influência da lua nos nascimentos e o chá que acalmara as cólicas do recém-nascido. A benzedeira não apenas faz rezas mágicas que afastam o mau-olhado, ela conhece chás para curar o cobreiro, que o dermatologista diagnostica como herpes-zoster. O explorador de águas, que indica o local propício para se abrir um poço ante o vergar de sua forquilha de pessegueiro, tem conhecimentos de hidrologia que não podem ser simplesmente rejeitados (CHASSOT 2006, p.221).

Buscando valorizar o conhecimento popular sobre plantas medicinais que as famílias possuem, foi proposto um livro de plantas medicinais no qual as crianças juntamente com as suas famílias buscariam por plantas medicinais presentes em suas casas e catalogariam indicando seus nomes populares e seus usos. Ao concluírem a catalogação das plantas os alunos apresentaram os seus livros de plantas, o que aprenderam e observaram através dessa pesquisa e quem os ajudou no reconhecimento das plantas.

Construção da horta circular

A construção da horta circular ocorreu em cinco etapas após a atividade introdutória, os alunos foram convidados a participar da construção da horta circular, convite que receberam com empolgação. O local escolhido foi ao lado do prédio da escola onde já havia um canteiro circular que era utilizado para plantar flores mas estava sem nenhum cultivo e que possui uma boa iluminação solar e dispõe de boa umidade. Feita a escolha do local o próximo passo foi iniciar a implementação das esferas laterais, no primeiro momento foi utilizada a trena para medição e feita a marcação para a construção das esferas laterais que totalizaram quatro.

As esferas laterais foram construídas em duas etapas desde a medição e marcação até o preparo da terra, sendo duas construídas em uma manhã e as outras duas em outra. As crianças demonstraram muito interesse no preparo da terra fascinando-se ao encontrar minhocas e ao descobrir que elas são essenciais para a saúde do solo. Alguns relataram que ajudam os pais a plantar hortas em casa e gostam dessa tarefa, o preparo dos canteiros e da terra assim como em todas as atividades de construção e manejo da horta foi repleto de conversas

e troca de conhecimentos não só advindo da pesquisadora e interventora desta pesquisa ação, mas principalmente das crianças que relataram suas vivências e aprendizados.

Os canteiros ficaram prontos ao final da terceira etapa, que passou pela construção e preparo da terra feita com adubação composta por esterco de galinha misturado com serrapilheira. Após adubação, foi dado o espaçamento de duas semanas para a incorporação do adubo ao solo e a construção de um cercado para evitar que os animais dos vizinhos adentrassem na horta.

Na penúltima etapa após o cercamento do espaço da horta, foram plantadas as culturas escolhidas visando o plantio em consórcios estabelecendo uma boa relação entre as plantas. Nos círculos centrais foram plantadas as seguintes plantas: Beterraba em consórcio com brócolis, Tagetes que possui efeito repelente e auxilia na saúde do solo e cravinas que é uma atratora de abelhas, borboletas e pássaros que atuam na polinização e no combate de pequenos insetos que podem vierem a atacar as culturas alimentícias, no segundo círculo central além das culturas mencionadas foram plantadas também duas mudas de morangos que uma das alunas trouxe de casa e manifestou o desejo de plantá-las.

Nas esferas laterais foram plantadas além de plantas alimentícias, ervas aromáticas, condimentares e plantas medicinais as quais são: Alecrim, hortelã, Cidró, Insulina, Lavanda, Canfora, Melissa, Hortelã Vick e Salvia. As ervas condimentares salsa e cebolinha e as culturas alimentícias que se trata de: Alface, tomate, pimentão, abóbora e milho. Após o plantio foi realizada a cobertura do solo e dos passeios com maravalha que irá manter a umidade do solo, proteger da exposição do sol e das chuvas e ajudar a manter a biota do solo.

Ainda na quarta esfera foi realizado o plantio de uma muda árvore frutífera, bergamota pokan, trazida por uma aluna que relatou que sua mãe faz mudas de frutíferas em casa e ela trouxe pois gostaria de plantar na horta, pois as frutas servem de alimento e as folhas servem para fazer chás, demonstrando os seus aprendizados sobre as propriedades medicinais das plantas e o seu gosto pelo da horta circular.

Após o plantio os cuidados e manejo da horta foram constantes, envolvendo os alunos que a cada vez que adentravam na mesma admiravam-se com o crescimento das plantas demonstrando entusiasmo ao ver o resultado do trabalho coletivo e do cuidado com o solo, e demonstrando interesse por conhecer ainda mais as plantas e plantar novas sementes assim como o girassol, que os alunos relataram querer plantar. Sendo assim, trouxeram sementes e realizaram o plantio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em cinco semanas as plantas cresceram vigorosamente, as alfaces já estavam em ponto de colheita, então os alunos foram convidados a ir até a horta e realizar a colheita antes do horário da merenda para que fosse preparada a salada e eles pudessem experimentar o alimento que cultivaram e o quão prazeroso é colher próprio alimento fresquinho e livre de agrotóxicos.

Os alunos demonstraram entusiasmo durante a colheita das alfaces e interesse em saborear as alfaces e aqueles que relataram não gostar de saladas expressaram desejo de experimentar, pois foram cultivadas por eles.

Através da horta circular os alunos puderam acessar conhecimentos práticos que fazem parte do meio rural no qual vivem, conhecimentos esses que estão presentes no dia a dia da vida rural mas que não são explorados no ambiente escolar, distanciando-os da ruralidade e do ambiente natural em que vivem, pois perceber a natureza e se conectar com ela possibilita a percepção que é capaz de despertar a consciência ecológica e o senso de pertencimento à natureza e aquele meio rural repleto de vida e de inúmeras relações, não só humanas, mas também com os demais seres vivos, pois como afirma Capra (2004):

A ecologia profunda não separa seres humanos — ou qualquer outra coisa — do meio ambiente natural. Mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida (CAPRA, 2004, p. 17).

Com a construção da horta circular os alunos foram reconhecendo as práticas que também são feitas em suas casas, nas hortas de suas famílias e relatando que passaram a achar interessante acompanhar seus familiares no cultivo da horta e a aprender sobre as plantas medicinais que estão presentes em suas casas, realizando uma pesquisa sobre as mesmas e acessando o conhecimento popular e oral que passa de geração para geração, aprendendo a catalogar as plantas em um livro criado por eles explorando a sua criatividade e a escrita, associando conhecimentos práticos aos construídos em sala de aula.

A presença de uma horta na escola significa a existência de um espaço onde o ensino e o desenvolvimento de algumas atividades, auxiliam na administração e na assimilação de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, na direção de uma construção em Educação Ambiental (ROSA, 2002).

O cultivo da horta possibilitou que os alunos trabalhassem coletivamente, aprendessem sobre a importância de cultivar o próprio alimento e principalmente sobre o cuidado com a natureza e com o solo para que ele produza alimentos saudáveis. Pois assim como afirma Gadotti (2005, pg 89) “o desenvolvimento sustentável tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação”. Ademais a prática da horta circular embasou práticas em sala de aula e vice-versa onde foi possível trabalhar com produção textual e artística, que possibilitou que os alunos produzissem textos, histórias em quadrinhos e ilustrações sistematizando o que aprenderam com a construção da horta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa ação foi possível concluir que uma horta circular em ambiente escolar é capaz de fomentar o senso de identidade e pertencimentos dos alunos, estimular a observação, conexão e o respeito pela natureza, assim como proporcionar práticas coletivas que instigam o senso de união e colaboração. Ademais com a horta no ambiente escolar também foi possível constatar que é possível através da horta integrar a prática com a didática, levando conhecimentos de um laboratório vivo para a sala de aula.

Verificou-se também no âmbito da alimentação saudável que os alimentos cultivados pelos alunos são mais bem aceitos em seus pratos, pois muitos relataram não gostar de salada, mas experimentaram pelo fato de terem sido cultivadas por eles, sendo que a maioria apreciou e disse que irá continuar a consumir.

Esse projeto demonstrou o quanto uma horta circular pode agregar em uma escola e quantos conhecimentos ela é capaz de trazer para o ambiente escolar e a importância de estimular as crianças e os jovens do meio rural a se conectar com a natureza e o meio em que vivem, pois são as gerações futuras que tem a importante missão de manter o campo vivo e fértil.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, MIGUEL. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed., (revista e ampliada), São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

ANSCHAU, J.R; DOLIANITIS, B.M; PAGLIARIN, G,C; ZAPPE, J.A; MORAES, R.S; FRESCURA, V.D. Projeto Horta Viva na Escola. Ciência e Natureza, Santa Maria v.40, Edição Especial: II mostra de Projetos da UFSM – Santa Maria RS.

BRASIL. Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: Guia alimentar para a população brasileira (www.gov.br).

CAPRA, FRITJOF. A Teia da Vida: Uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2004.

CHASSOT, A. Alfabetização Científica: Questões e Desafios Para a Educação. 4ª ed. Ijuí: Unijuí, 2006.

DICKMANN, I; DICKMANN, I. Primeiras palavras em Paulo Freire. Passo Fundo: Battistel, 2008.

GADOTI, MOACIR. Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n.6, p.15-29, 2005.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. Como Elaborar Uma Pesquisa. Editora Atlas S.A, 3º edição. São Paulo 2017.

KRENAK, AILTON O Futuro é Ancestral. Companhia das Letras ed São Paulo 2022.

LESSA, A.C; BATISTA, R.O; SHIMADA, S.O. Guia de Produção de Uma Horta Mandala Agroecológica Para Escolas Sustentáveis. Universidade Federal de Sergipe.

M. J. D. DOS SANTOS, T. A. O. DE AZEVEDO, J. L. DE O. FREIRE, D. K. L. ARNAUD e F. L. A. M. REIS. Horta Escolar Agroecológica: Incentivadora da Aprendizagem e de Mudanças de Hábitos Alimentares no Ensino Fundamental. Holos, Ano 30, Vol 14. Rio Grande do Norte RN.

MACHADO DA ROSA, A. C. et al., (org.). Hortas Escolares: o ambiente horta como espaço de aprendizagem no contexto do ensino fundamental. Inst. Souza Cruz, 2002.

PINHEIRO MACHADO, L. C. e PINHEIRO MACHADO FILHO, L. C. A dialética da agroecologia. Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

RIBEIRO, G; SANTOS, F; PEREIRA, E.S; LIMA, M.V; SOBRINHO, O. Experiência do Projeto Horta Didática nas Escolas de Mossoró-RN Como Proposta de Educação Ambiental, Alimentar e Nutricional. Revista Extendere Volume 3, número 1 Janeiro a Junho 2015. Universidade do estado do Rio Grande do Norte.

SILVA, JOSÉ Agroecologia: Uma Ciência Para a Vida e Não Para o Desenvolvimento Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 31, n. 1, p. 163-168, jan./abr. 2014

CAPÍTULO 2

UM ESTUDO DE CASO NA COLÔNIA Z15: ADAPTAÇÃO DOS PESCADORES NO USO DE APLICATIVOS COMO RECURSO DE TRABALHO

Leila Taís Kuntzler Pedrotti

Liziany Müller

Ivanio Folmer

Tatiane Correa Trojahn

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-0

Resumo: Este capítulo analisa como tecnologias de informação e comunicação (TICs) estão sendo incorporadas na atividade da pesca artesanal, a partir de um estudo de caso realizado com pescadores da Colônia Z15, localizada na Praia da Pinheira, em Palhoça, Santa Catarina. O trabalho investigou os recursos tecnológicos utilizados, os desafios enfrentados e as percepções dos pescadores quanto aos impactos dessas ferramentas em seu cotidiano. A pesquisa revelou que, embora os pescadores reconheçam os benefícios das TICs para a eficiência e segurança da atividade, o custo elevado dos equipamentos e a falta de capacitação dificultam sua adoção plena. O estudo reforça a importância de políticas públicas que promovam a inclusão digital e o acesso a tecnologias no setor pesqueiro artesanal.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Tecnologias de Informação e Comunicação. Desenvolvimento sustentável. Colônia Z15. Praia da Pinheira.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma atividade vital para a subsistência, segurança alimentar e economia de muitas comunidades costeiras no Brasil. Contudo, esta prática tradicional enfrenta desafios crescentes, como a concorrência com a pesca industrial, as mudanças climáticas e a necessidade de modernização para otimizar tempo e aumentar a produtividade.

No contexto atual de crescente digitalização, torna-se fundamental analisar de que forma as tecnologias de informação e comunicação (TICs) podem beneficiar comunidades pesqueiras tradicionais. Tais tecnologias oferecem oportunidades para aprimorar a eficiência na pesca, como o uso de geolocalização, monitoramento das condições climáticas e comunicação em tempo real. No entanto, fatores como custo elevado e baixa escolaridade ainda limitam o acesso e o uso eficaz desses recursos.

Este estudo buscou compreender como os pescadores da Colônia Z15, atuantes na Praia da Pinheira, Palhoça (SC), têm se adaptado ao uso de aplicativos e tecnologias digitais em seu trabalho. Investigaram-se os recursos tecnológicos empregados, os desafios enfrentados e as percepções sobre o impacto dessas ferramentas na atividade pesqueira. Ao integrar aspectos tecnológicos, sociais e culturais, a pesquisa contribui para o debate sobre a modernização sustentável da pesca artesanal.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com a utilização do método de estudo de caso. O trabalho de campo concentrou-se na Colônia Z15, especificamente entre os pescadores embarcados na Praia de Baixo, na Praia da Pinheira, município de Palhoça (SC) – Figura 1, 2, 3 e 4.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2024, por meio de observações de campo e da aplicação de um questionário estruturado. Foram realizadas 15 visitas à localidade em diferentes dias e horários, a fim de maximizar o contato com os pescadores.

Figura 1 – Mapa Enseada da Pinheira, 2018.



Fonte: <https://praias-sc.com/prai-da-pinheira/>

Figura 2 – Sede da Associação da Colônia Z15, 2023.



Fonte: imagens google, 2023.

Figura 3 – Pescador chegando do mar aberto, 2025.



Fonte: @laviniamartinspires

Figura 4 – Pescadores se organizando após o retorno do mar aberto, 2024.



Fonte: @laviniamartinspires

Foram impressas 30 cópias do questionário, das quais 10 retornaram preenchidas. A seleção dos participantes foi intencional, buscando representar diferentes faixas etárias e níveis de experiência com TICs. Durante as abordagens, os pescadores foram informados sobre os objetivos da pesquisa e convidados a participar de forma voluntária. Na maioria dos casos, os questionários foram respondidos em casa, com auxílio de familiares.

As informações coletadas foram analisadas de forma qualitativa, com ênfase na identificação de padrões de uso de tecnologias, desafios enfrentados e percepções dos pescadores quanto aos impactos das TICs na prática pesqueira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa apontam para um processo gradual de incorporação de tecnologias digitais na atividade pesqueira da Colônia Z15. Observou-se uma predominância de pescadores com 50 anos ou mais, evidenciando um envelhecimento da categoria. Apenas dois participantes tinham

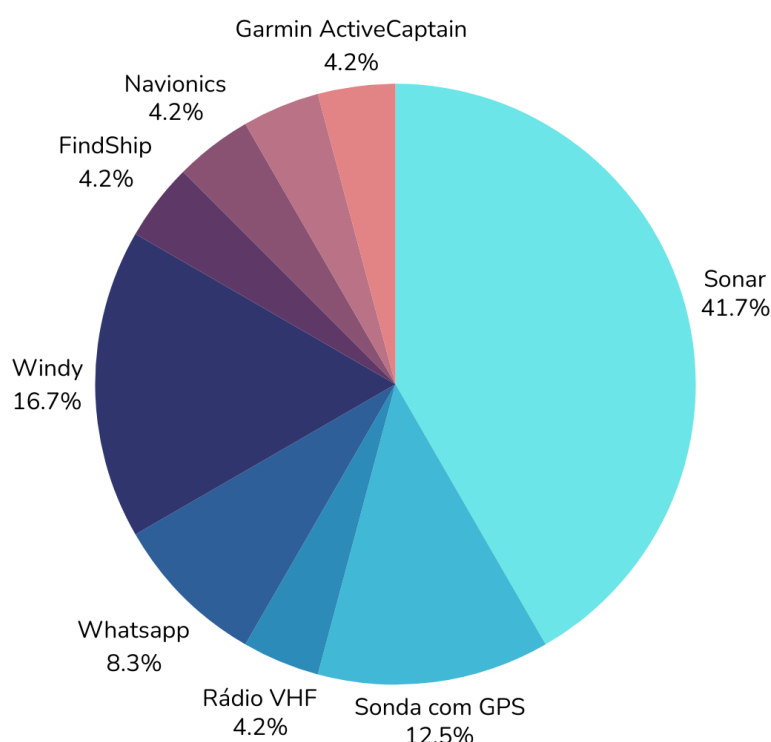
menos de 30 anos, e muitos relataram incentivar os filhos a buscar outras profissões, diante das dificuldades do setor.

Quanto à escolaridade, 50% dos entrevistados possuíam ensino fundamental e os demais, ensino médio. Aqueles com maior nível de escolaridade demonstraram maior abertura e interesse em capacitações tecnológicas voltadas à pesca.

A maioria dos pescadores entrevistados atua na pesca há mais de 20 anos, demonstrando amplo conhecimento empírico sobre o ambiente marinho. Aproximadamente 80% exercem a atividade de forma diária.

Em relação ao uso de TICs, 80% dos pescadores possuem smartphone com acesso à internet e utilizam aplicativos e ferramentas tecnológicas no trabalho. Os recursos mais mencionados incluem WhatsApp, Windy, Findship, Navionics, Marine Traffic e Garmin ActiveCaptain. Além disso, são empregados equipamentos como GPS, sonar, rádio PX e rádio VHF.

Figura 5 - Aplicativos e recursos tecnológicos de trabalho



Os pescadores relataram que o uso de tecnologias melhora significativamente a eficiência da pesca, contribuindo para a localização de cardumes, segurança na navegação e comunicação em situações emergenciais. Entre-

tanto, também apontaram obstáculos importantes, como o alto custo de equipamentos avançados e a falta de capacitação técnica para operar ferramentas mais complexas.

Notou-se que o processo de aprendizado tecnológico é frequentemente mediado por familiares, especialmente os mais jovens, que auxiliam na utilização de aplicativos e dispositivos. Os pescadores manifestaram interesse em participar de cursos e treinamentos que pudessem ampliar suas competências digitais.

Além disso, foi destacado que a tecnologia contribui para tornar a atividade mais segura, permitindo melhor monitoramento das condições climáticas e maior precisão na navegação. Contudo, o custo elevado de equipamentos como sondas coloridas e sistemas de localização continua sendo um fator limitante para muitos.

Por fim, os pescadores expressaram o desejo de maior apoio institucional para viabilizar a aquisição de tecnologias e promover capacitações. Também ressaltaram a necessidade de políticas que incentivem a participação de jovens na atividade pesqueira, garantindo a renovação geracional e a continuidade da pesca artesanal.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada na Colônia Z15 evidencia que, apesar das dificuldades, os pescadores reconhecem o valor das TICs como ferramentas que contribuem para a eficiência e segurança da atividade pesqueira. O estudo revelou que a inclusão digital no setor pesqueiro é um processo em andamento, impulsionado principalmente por dispositivos móveis e aplicativos de fácil acesso.

Contudo, persistem desafios importantes, como a acessibilidade financeira a tecnologias mais avançadas e a necessidade de formação adequada para seu uso. Além disso, o envelhecimento da categoria e a baixa atratividade da profissão para as novas gerações reforçam a importância de políticas públicas que promovam não apenas a modernização tecnológica, mas também a valorização cultural e econômica da pesca artesanal.

Conclui-se que a sustentabilidade da pesca artesanal depende de uma abordagem integrada, que combine inclusão digital, capacitação, apoio institucional e estratégias de renovação geracional. A promoção de um ambiente propício à inovação tecnológica, respeitando os saberes tradicionais e a identidade das comunidades pesqueiras, é fundamental para garantir a continuidade e a vitalidade desse modo de vida.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Olga Maria Boschi de; SILVA, Vera Lúcia da. Pesca artesanal e gênero: políticas públicas para o reconhecimento jurídico do trabalho da mulher pescadora no litoral de Santa Catarina – Brasil. *Revista Opinião Jurídica*, v. 9, n. 13, p. 355-385, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Brasília, 2009.

BRASIL. Portaria MPA nº 127, de 29 de agosto de 2023. Estabelece normas e procedimentos para o Registro Geral da Atividade Pesqueira. 2023.

CUEVAS-GÓMEZ, Gabriela Alejandra et al. El sector productivo no escapa a la digitalización: la incorporación de las TIC en la pesca en pequeña escala - México. *Revista Ciencia Pesquera*, v. 30, n. 1-2, p. 153-166, 2022.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de; SILVA, Vera Lúcia da. O processo de industrialização do setor pesqueiro e a desestruturação da pesca artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. *Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, n. 65, p. 329-357, 2012.

SANTA CATARINA. Lei nº 18.189, de 23 de agosto de 2021. Institui a Política Estadual de Pesca Artesanal, Industrial, Amadora ou Esportiva no Estado de Santa Catarina. 2021.

SEVERO, Christiane Marques. Pesca artesanal em Santa Catarina: evolução e diferenciação dos pescadores da Praia da Pinheira. *Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)*, UFRGS, 2008.

SILVA, Adriano Prysthon da. Pesca artesanal brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

CAPÍTULO 3

CURSOS TÉCNICOS NA ÁREA AGRÍCOLA E A PERMANÊNCIA DE JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO NA REGIÃO CENTRO SERRA DO RS

Daniel Júnior Gervasoni

Liziany Müller

Ivanio Folmer

Tatiane Correa Trojahn

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-3

Resumo: Este artigo analisa a influência dos cursos técnicos na permanência dos jovens na agricultura familiar, com foco na Região Centro Serra do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi conduzida com 32 alunos do Curso Técnico em Agropecuária da UNISC/Sobradinho. Os dados foram obtidos por meio de questionário online com questões objetivas e subjetivas. Os resultados indicam que a qualificação técnica fortalece a identidade rural, amplia as oportunidades profissionais e contribui para a sustentabilidade da agricultura familiar. A maioria dos jovens expressou intenção de aplicar práticas sustentáveis e permanecer no campo, demonstrando que a educação técnica é um fator relevante para mitigar o êxodo rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; cursos técnicos; juventude rural; permanência no campo.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar possui características próprias, distintas do agro-negócio, com a gestão das propriedades realizada de forma familiar e com a atividade agropecuária como principal fonte de renda e alimentação (IBGE, 2017). No entanto, enfrenta um processo de envelhecimento: a população rural com mais de 65 anos passou de 17,52% em 2006 para 21,4% em 2017 (Ministério da Agricultura e Pecuária, 2018).

Diversos fatores impulsionam o êxodo rural, como a busca por melhores condições de vida, emprego e estudo, além de dificuldades econômicas nas propriedades agrícolas (Zachow; Plein, 2018). Contudo, a modernização proporcionada pela Revolução Verde permitiu a algumas propriedades um aumento de produtividade e maior qualidade de vida no campo.

Nesse contexto, a oferta de cursos técnicos na área agrícola surge como oportunidade para qualificar os jovens, promovendo o desenvolvimento sustentável do setor e reduzindo a evasão rural. Além disso, a educação técnica contribui para suprir deficiências de gestão, um dos principais entraves para o sucesso da agricultura familiar (Zachow; Plein, 2018).

Santos e Vinha (2018) ressaltam que as escolas agrícolas exercem um papel estratégico na valorização da identidade do sujeito rural, com práticas pedagógicas adaptadas às realidades do campo. Dados do IBGE (2017/2022) apontam uma grave lacuna educacional no meio rural brasileiro. Dos 1,2 milhão de estabelecimentos pesquisados, grande parte apresenta baixos níveis de escolaridade. Isso limita a capacidade de gestão e inovação no campo.

Portanto, compreender como os cursos técnicos em agropecuária podem estimular a permanência dos jovens no campo é essencial para garantir a sustentabilidade da agricultura familiar e a segurança alimentar no futuro.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada nos municípios da Região Centro Serra/RS: Arroio do Tigre, Estrela Velha, Ibarama, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Segredo, Sobradinho e Tunas. O estudo utilizou abordagem qualitativa e exploratória (Prodanov; Freitas, 2013), com aplicação de um questionário online (Google Forms), com questões objetivas e subjetivas.

Participaram 32 alunos (72,7%) do Curso Técnico em Agropecuária da UNISC/Sobradinho, com idades entre 19 e 30 anos, todos provenientes de famílias de agricultura familiar. O questionário foi aplicado nos meses de outubro e novembro de 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria dos participantes era do sexo masculino (78,1%), refletindo ainda uma predominância masculina no setor agropecuário (Santos; Vinha, 2018). A presença feminina (21,9%) demonstra avanços em direção à maior inclusão.

Quanto à origem dos estudantes, os municípios com maior representatividade foram Passa Sete (31,3%) e Arroio do Tigre (21,9%), reforçando a relação entre a oferta educacional e o vínculo com a agricultura familiar (Oliveira et al., 2021). A interação com professores qualificados foi apontada como a principal facilidade (43,8%). Outros fatores relevantes incluíram a flexibilidade de horários (21,9%) e o conteúdo teórico voltado às demandas do setor rural (21,9%).

A motivação predominante para ingressar no curso foi a busca por melhores oportunidades no mercado agropecuário (53,1%), seguida pelo desejo de aplicar conhecimentos na propriedade familiar (31,3%), confirmando a importância da qualificação técnica para o fortalecimento da agricultura familiar (Zachow; Plein, 2018; Pereira; Souza, 2020).

Os alunos expressaram alta satisfação com a equipe docente (100% entre excelente e ótimo) e com as aulas teóricas e práticas (mais de 90% de avaliações positivas). A infraestrutura do curso também foi bem avaliada, com 90,6% de respostas positivas. No entanto, alguns estudantes indicaram a necessidade de maior interação com os materiais didáticos (18,8% preferiram não opinar).

A principal dificuldade apontada foi a falta de tempo para conciliar estudos e trabalho (53,1%). O deslocamento até a instituição (21,9%) e a complexidade de alguns conteúdos teóricos e práticos (12,5%) também foram destacados.

A grande maioria dos alunos (96,9%) manifestou intenção de seguir atuando na área agrícola após o curso — 40,6% na propriedade familiar e 56,3% em outras atividades do setor. Além disso, 81,3% afirmaram que o curso aumentou sua intenção de permanecer no meio rural, reforçando a importância da qualificação técnica no combate ao êxodo rural.

Quanto à sucessão familiar, 68,8% dos entrevistados expressaram forte motivação para aplicar práticas sustentáveis na gestão das propriedades. A gestão e administração rural (18,8%) e o manejo sustentável do solo e dos recursos naturais (25%) foram áreas de conhecimento consideradas mais relevantes pelos alunos.

A falta de recursos financeiros foi apontada como principal desafio (34,4%), seguida pelas dificuldades de acesso a inovações tecnológicas (21,9%) e pela baixa rentabilidade da agricultura (12,5%). Apesar desses obstáculos, 68,8% dos estudantes afirmaram que pretendem aplicar imediatamente práticas sustentáveis nas propriedades familiares, demonstrando a efetividade da formação técnica nesse aspecto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa confirmam que a formação técnica em agropecuária desempenha papel fundamental na permanência dos jovens no campo. A educação técnica não apenas amplia oportunidades de trabalho, mas fortalece a identidade rural e estimula a adoção de práticas sustentáveis e de gestão eficiente.

Embora persistam desafios estruturais, como a necessidade de financiamento e acesso a tecnologias, os cursos técnicos demonstram capacidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

A motivação dos jovens em aplicar os conhecimentos adquiridos reforça a importância de ampliar o acesso à qualificação técnica, especialmente em regiões marcadas pelo envelhecimento da população rural.

É fundamental que políticas públicas e instituições de ensino continuem investindo em programas que articulem educação técnica, inovação e práticas sustentáveis, promovendo a sucessão familiar e assegurando a viabilidade econômica e social da agricultura familiar no futuro.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. 2015.

CUNHA, N. C. Formação profissional e qualificação rural: a importância da educação para a gestão de negócios rurais. 2012.

DALFOVO, M. S. et al. Métodos quantitativos e qualitativos: resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008.

IBGE. Atlas do Espaço Rural Brasileiro. 2017.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares. 2018.

IBGE. Censo Agropecuário. 2022.

MAPA. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2020.

MEC. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Ministério da Educação. 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. População rural envelhece e jovens são minoria no campo. Brasília, 2018.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. V. C. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos. Revista de Economia e Sociologia Rural, 59(2), e222727, 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. de. Metodologia do trabalho científico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PEREIRA, J. L. G.; SOUZA, F. C. Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha. Revista de Economia e Sociologia Rural, 58(4), 2020.

SANTOS, P.; VINHA, J. F. S. C. Educação do/no campo: uma reflexão da trajetória da educação brasileira. UNIARA, 2018.

SILVA, L. S. da. A importância do curso técnico em agropecuária. 2016.

ZACHOW, M.; PLEIN, C. A gestão como característica da agricultura familiar. Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 6, p. 3318-3334, 2018.

CAPÍTULO 4

A ESTRUTURA DA COMPRA DE VOTOS NO BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)

Lucas de Lemos Mehero

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-4

O período imperial brasileiro, entre 1822 e 1889, é comumente associado à consolidação do Estado nacional e à construção de um modelo de governo relativamente estável, sobretudo durante o Segundo Reinado. No entanto, por trás da aparência de ordem institucional, manteve-se e, em muitos aspectos, aprofundou-se uma lógica de dominação política marcada pelo patrimonialismo, pela exclusão social e pelo controle do voto pelas elites agrárias. A compra de votos – ainda que nem sempre em sua forma pecuniária direta – persistiu como instrumento central de poder, articulando-se com mecanismos como o voto censitário, o clientelismo, a manipulação das urnas e a repressão à participação popular.

A Constituição de 1824, que instituiu o regime monárquico constitucional, criou uma estrutura formalmente representativa, com eleições periódicas e um sistema parlamentar. Todavia, o direito de sufrágio estava restrito a uma minoria alfabetizada e com renda mínima, o que, combinado à ausência de garantias como o voto secreto e à fragilidade das instituições fiscalizadoras, favoreceu o controle eleitoral pelas elites rurais. As reformas eleitorais do século XIX, incluindo a Lei Saraiva de 1881, foram insuficientes para alterar esse quadro: ao invés de democratizar o sistema, ampliaram ainda mais os mecanismos de exclusão, especialmente ao impor o critério de alfabetização num país marcado pelo analfabetismo estrutural.

No Brasil Império, a comprar de votos – entendida aqui como um complexo de práticas de manipulação eleitoral, coerção econômica e exclusão institucional – foi elemento estruturante do processo político. A análise das re-

formas legislativas, das práticas locais e dos relatos de contemporâneos revela que, longe de expressar a vontade popular, o sistema eleitoral imperial serviu essencialmente para legitimar os interesses das elites. Ao examinar essas dinâmicas, pretende-se lançar luz sobre as continuidades históricas que conectam o Império às formas modernas de clientelismo e corrupção eleitoral, contribuindo para uma compreensão mais profunda e crítica da cultura política brasileira.

O controle dos resultados eleitorais por parte das elites no período imperial foi facilitado por várias características estruturais da sociedade e da política brasileira. A economia baseada na monocultura e na escravidão criou uma elite rural extremamente poderosa, que detinha o direito de voto, já que o sistema eleitoral vigente no período imperial era o censitário. A estrutura política do Império, apesar de formalmente mais democrática, com eleições regulares e um sistema parlamentar, na prática, favorecia as oligarquias regionais e os grandes proprietários de terras.

As eleições no período imperial eram marcadas por fraudes e manipulações. A inexistência de um sistema eleitoral robusto e a falta de mecanismos efetivos de fiscalização permitiam que as elites locais utilizassem uma série de artifícios para garantir a vitória de seus candidatos. Entre as práticas comuns estavam a falsificação de votos, a intimidação e coerção de eleitores e a manipulação das urnas.

O controle sobre as instituições locais, como as câmaras municipais, reforçava o poder das elites. Essas câmaras, muitas vezes dominadas pelos interesses dos grandes proprietários, eram responsáveis pela organização e supervisão das eleições. Isso permitia que os processos eleitorais fossem manipulados desde a sua origem, garantindo que os candidatos eleitos fossem aqueles leais aos interesses dos coronéis.

A Lei Saraiva, promulgada em 1881, representou uma tentativa significativa de reforma eleitoral no Brasil imperial. A lei introduziu uma série de mudanças destinadas a modernizar o sistema eleitoral brasileiro, mas também teve consequências importantes que reforçaram a exclusão política de grande parte da população.

Um dos principais aspectos da Lei Saraiva foi a introdução do voto direto para as eleições gerais. Anteriormente, o sistema eleitoral brasileiro era indireto, com eleitores primários escolhendo eleitores secundários, que, por sua vez, elegiam os deputados.

Inicialmente, a Lei Saraiva concedeu o direito de voto a analfabetos, prevendo que, nestes casos, o cidadão que não soubesse ler e escrever poderia autorizar outra pessoa a requerer sua inscrição como eleitor e buscar o título em seu nome. Todavia, posteriormente, um artigo foi acrescentado, tratando das revisões dos alistamentos eleitorais, estabelecendo que os novos eleitores deveriam saber ler e escrever.¹ A exigência de que os eleitores fossem alfabetizados teve um impacto significativo e excludente. Naquele período, a taxa de analfabetismo no Brasil era extremamente alta, especialmente entre a população rural e os escravos recém-libertos, que formavam a maioria da população.

Ademais, a Lei Saraiva implementou um sistema de qualificação eleitoral baseado na comprovação de renda, o que favorecia ainda mais os grandes proprietários de terras e as classes mais abastadas.² Esses critérios de renda e alfabetização consolidaram a exclusão das classes trabalhadoras e dos pequenos agricultores do processo político, mantendo o controle eleitoral nas mãos de uma minoria privilegiada.³

Apesar de todos esses cuidados, a avaliação é que pelo menos até a década de 1860 as fraudes eleitorais ocorriam de modo generalizado. Segundo relato de Francisco Belisário de Souza no livro *O Sistema Eleitoral do Brasil*, as fraudes ocorriam sobretudo nas eleições de primeiro grau. O autor descreve como determinadas facções locais usavam de todos os expedientes para vencer as eleições: adulteração da lista de votantes; controle da mesa eleitoral; uso de ameaças e violências por intermédio de “capangas”; voto de eleitores fantasmas (o “fósforo”); adulteração das atas eleitorais (eleições “a bico de pena”).⁴

1 NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012, p. 26.

2 BRASIL. Decreto nº 8213, de 13 de agosto de 1881. Regula a execução da Lei nº 3029 de 9 de janeiro do corrente ano que reformou a legislação eleitoral. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 854-923. 1881. Artigo 2º.

3 NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012, p. 27.

4 NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012, p. 43.

O governo parlamentar, já estruturado na Regência, se expandiria, sob o reinado de d. Pedro ii, durante cinquenta anos de concórdia e paz. Mas a realidade era outra. O sistema se apoiava sobre pés de barro frágil, todos sabiam que as eleições pouco tinham a ver com a vontade do povo. O tifo eleitoral, na palavra de um marquês e senador, não passa de uma comédia, onde a opressão das classes miseráveis do interior e a violência das autoridades levam aos pés da Coroa números e nomes, todos tão falsos como o gesto de depor nas urnas cativas o voto escravizado. A verdade eleitoral não sairia da lei como queriam os estadistas: a verdade eleitoral, mesmo depurada com honestidade, traria à tona o próprio país, com o eleitorado obediente ao governo, qualquer que fosse este, uma vez que fosse o poder que nomeia, que possui as armas e o pão.³ O deputado, dentro desse círculo de ferro, era nada mais que o resultado das combinações de cúpula, tramadas nos salões dos poderosos. O eleitor era como aquele Jararaca, que o

candidato Joaquim Nabuco encontrou num casebre do Recife: estava pronto a votar com o postulante, simpatizava com a causa; “mas, votando, era demitido, perdia o pão da família; tinha recebido a chapa de caixão (uma cédula marcada com um segundo nome, que servia de sinal), e se ela não aparecesse na urna, sua sorte estava liquidada no mesmo instante”.⁴ A atrofia da base infla o outro extremo do sistema: a cabeça se converte numa monstruosa imagem, capaz de petrificar as vontades que a contemplam. Atrás de suas serpentes, lutam os políticos para desvendar a antiga beleza, mitologicamente perdida no modelo vitoriano, então senhor das imaginações. Daí, das eleições inautênticas, dos partidos formados pelos grupos sem raízes populares, estamentalmente autônomos, projeta-se sobre o país a vontade augusta, o imperialismo, refugiado constitucionalmente no Poder Moderador, tenazmente vivo. D. Pedro ii obedecerá, no território informe, ao seu próprio sistema, fiel aos princípios da Carta de 1824.⁵

Conforme exposto por Faoro, durante o reinado de D. Pedro II, o governo parlamentar foi, portanto, um sistema frágil e manipulável. Embora houvesse uma aparência de estabilidade e ordem, a realidade era marcada por fraudes eleitorais e corrupção. As eleições, longe de refletirem a vontade popular, eram controladas pelas elites e pelas autoridades locais.

Sendo assim, Faoro descreve o processo eleitoral daquele período como uma “comédia”, onde as classes mais pobres eram oprimidas e, sua vontade, irrelevante no cenário eleitoral. A verdadeira opinião pública era sistematicamente suprimida, e os números e nomes apresentados às autoridades superiores eram fabricados. Deputados eleitos eram, na prática, resultados de

⁵ FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Companhia das Letras. 2015, p. 536.

acordos feitos entre as elites, sem qualquer base popular real.

Apesar das sucessivas reformas, as eleições no Império sempre deixaram muito a desejar. Para julgá-las em conjunto, basta observar a feição peculiar do nosso parlamentarismo, com a rotação dos partidos dependendo predominantemente, quando não exclusivamente, do critério pessoal do monarca. Na frase de Martinho Campos, “o direito de eleger representantes da nação”, no reinado de d. Pedro II, era “a melhor e mais pensada atribuição do Poder Moderador”.²⁰ Nabuco de Araújo resumiu essa situação com rara felicidade no seu repetidíssimo sorites: “O Poder Moderador pode chamar quem quiser para organizar Ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria.”⁶

Inegavelmente, com o Segundo Reinado, o Brasil experimentou um período de relativa estabilidade política e crescimento econômico, especialmente nas regiões cafeeiras. No entanto, essa prosperidade econômica fortaleceu consideravelmente o poder dos grandes fazendeiros, que se tornaram os principais financiadores de campanhas eleitorais. Eles utilizavam sua influência para assegurar o controle político, garantindo que seus interesses fossem representados nas esferas de poder. Além disso, o voto censitário excluía boa parte da população da participação no processo eleitoral, o que o concentrava ainda mais nas mãos da elite agrária.

Apesar da aparência de estabilidade institucional e dos avanços formais promovidos pelas reformas do século XIX, o período imperial brasileiro foi profundamente marcado pela permanência de práticas políticas excludentes e manipuladoras. A estrutura censitária do voto, a ausência de garantias mínimas como o segredo do sufrágio, o controle das instituições locais pelas elites e a instrumentalização do Poder moderador criaram um ambiente em que o processo eleitoral servia mais para legitimar o poder das oligarquias do que para expressar a vontade popular.

As práticas de compra de votos, embora muitas vezes não configuradas como transações financeiras diretas, assumiam formas sofisticadas de coerção social e econômica. A dependência dos eleitores em relação aos grandes proprietários de terras, combinada à intimidação, ao voto de cabresto e ao contro-

⁶ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012, p. 175-176.

le das mesas eleitorais, impedia qualquer participação autônoma das classes subalternas. Reformas como a Lei Saraiva, ao introduzirem novos critérios de exclusão, como a exigência de alfabetização e a comprovação de renda, apenas reforçam esse cenário, restringindo ainda mais o acesso da população ao exercício pleno da cidadania política.

Conforme evidenciado por autores como Faoro, o parlamentarismo do Segundo Reinado não passou de uma engrenagem oligárquica sustentada por eleições fraudulentas e por acordos entre cúpulas. A política imperial, assim, perpetuou o patrimonialismo herdado da Colônia, preservando o voto como ferramenta de dominação e não de representação.

Portanto, a análise do Império revela que a compra de votos no Brasil não é um desvio recente, mas um traço estrutural da formação do Estado e da cultura política nacional. Essa herança se estende para além da monarquia, do Estado e da cultura política nacional. Essa herança se estende para além da monarquia, moldando o funcionamento das instituições republicanas das décadas seguintes. Entender o funcionamento do sistema eleitoral imperial é, assim, essencial para compreender as raízes da fragilidade democrática brasileira e os desafios que ainda persistem na consolidação de uma democracia efetivamente representativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 8213, de 13 de agosto de 1881.** Regula a execução da Lei nº 3029 de 9 de janeiro do corrente ano que reformou a legislação eleitoral. Coleção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, p. 854-923. 1881. Artigo 2º.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro.** Companhia das Letras. 2015, p. 536.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** Editora Companhia das Letras, 2012, p. 175-176.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012, p. 26-27 e 43.

CAPÍTULO 5

O MERCADO DA COMPRA DE VOTOS: AS ESTRUTURAS ILÍCITAS DA REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR NO BRASIL

Lucas de Lemos Mehero

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-5

A compra de votos no Brasil não é um fenômeno pontual, tampouco limitado às eleições formais ou à relação direta entre eleitores e candidatos. Trata-se de uma prática historicamente enraizada, que atravessa séculos de formação institucional e se adapta constantemente às transformações do sistema político, econômico e jurídico do país. Desde os tempos coloniais, passando pelo Império, pela Primeira República e pelas fase posteriores da história republicana, a lógica da troca – ora baseada na coerção, ora na promessa de favores – estruturou a forma como o poder é conquistado e exercido no Brasil.

Se, no passado, a compra de votos se manifestava abertamente por meio de coerção física, patronagem direta e controle social exercido por coronéis e elites locais, a modernização das instituições eleitorais, com destaque para o voto secreto e a urna eletrônica, não eliminou essa prática – apenas a tornou mais sofisticada, dispersa e difícil de rastrear. Hoje, a compra de votos se manifesta em múltiplas frentes: na troca de benefícios materiais por apoio individual, no uso da máquina pública como instrumento de barganha, na mediação por cabos eleitorais, na instrumentalização de emendas parlamentares e programas sociais, e até mesmo na venda de votos dentro do próprio Legislativo.

As principais modalidades contemporâneas da compra de votos no Brasil são parte de um sistema político que, apesar dos avanços institucionais,

ainda é permeado por relações clientelistas, desigualdades estruturais e mecanismos de captura do interesse público por interesses particulares. A captação ilícita de sufrágio continua sendo uma engrenagem ativa da política brasileira – reinventada a cada ciclo eleitoral, sustentada por vulnerabilidades sociais e, em muitos casos, legitimada por estruturas legais e institucionais que deveriam combatê-la.

Historicamente, a compra de votos é predominantemente baseada em relações de dependência entre o eleitor e o detentor do poder político e econômico, como observado no coronelismo e nas práticas clientelistas. O voto de cabresto foi a mais notória dessas práticas durante a Primeira República, em que os coronéis e líderes locais controlavam os votos de suas comunidades em troca de proteção ou vantagens econômicas. Outras modalidades antigas incluíam a distribuição de favores, como emprego público, benefícios fiscais, ou mesmo a construção de infraestrutura local.

Com o advento do voto secreto, introduzido com o Código Eleitoral de 1932, e o progresso da legislação eleitoral, incluindo a implementação da urna eletrônica a partir de 1996, as modalidades de compra de votos passaram por novas transformações. Embora as formas mais diretas de controle e coerção tenham diminuído, a compra de votos no Brasil persistiu, adaptando-se a novas realidades, especialmente no cenário político contemporâneo. Atualmente, a compra de votos envolve práticas mais difíceis de rastrear, que refletem a complexidade do sistema político brasileiro e as profundas desigualdades socioeconômicas que ainda afetam a população.

Atualmente, a compra de votos no Brasil ocorre principalmente através de práticas menos explícitas e mais sofisticadas, envolvendo não apenas o eleitorado, mas também os próprios parlamentares, em uma complexa rede de interesses políticos e econômicos. Entre as principais modalidades da compra de votos na política contemporânea, destacam-se os seguintes:

COMPRA DIRETA DE VOTOS POR MEIO DE BENEFÍCIOS MATERIAIS

A introdução do voto secreto diminuiu consideravelmente a captação ilícita de sufrágio por meio da coerção, mas introduziu o chamado “voto negociado”: a troca entre o eleitor e o político se torna mais complexa, baseada não em imposição, mas em “sedução material”. Em vez de coerção, o eleitor agora é atraído por ofertas materiais, como dinheiro ou favores.¹

Agora, entende-se que o eleitor dispõe de mais “poder de barganha”, o que não significa que inexista uma enorme disparidade entre a classe política e a massa dos eleitores. O poder político dos candidatos é negociado em troca de benefícios materiais imediatos, como dinheiro, ou outros tipos de compensações, como empregos e favores administrativos. O eleitor segue sendo uma figura instrumentalizada, mas agora negocia seu voto por benefícios tangíveis ou promessas futuras. O controle direto foi substituído por uma troca mais sutil, mas ainda assim desigual, em que o eleitor raramente tem uma posição de verdadeiro poder.

Os candidatos identificam eleitores vulneráveis, que vivem em condições de extrema pobreza e, por isso, são mais suscetíveis a aceitar benefícios em troca de seu voto. Essa relação de troca perpetua a dependência dos eleitores em relação aos políticos, que, por sua vez, garantem a manutenção de seu poder por meio de uma política de favores que transforma o voto em uma mercadoria a ser negociada.

FAVORES ADMINISTRATIVOS E PROMESSAS DE EMPREGOS PÚBLICOS

Outro mecanismo comum de compra de votos envolve o uso da máquina pública para favorecer eleitores em troca de apoio político. Neste caso, o político oferece promessas de empregos públicos, contratos governamentais, ou acesso facilitado a serviços estatais, como o atendimento médico e a concessão

¹ SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. **Opinião Pública**, v. 9, p. 148- 269, 2003.

de aposentadorias. Essa modalidade de compra de votos é particularmente eficaz em municípios onde o poder público local é o principal empregador, o que torna os eleitores extremamente dependentes do apoio dos políticos para a sua sobrevivência econômica.

Em 56% das pequenas cidades brasileiras, a Prefeitura é o maior empregador, superando o setor privado². A concentração de empregos públicos em municípios menores, como Japurá (AM), onde um quarto da população é empregada pela Prefeitura, cria um cenário de alta vulnerabilidade econômica. Nessas regiões, o eleitorado depende diretamente da máquina pública não apenas para empregos, mas para a circulação de renda que sustenta o comércio e os serviços locais.

Além disso, muitos desses municípios não têm uma base tributária sólida, com baixa arrecadação própria, o que agrava ainda mais a dependência do setor público. A existência de cidades onde quase toda a atividade econômica se dá por meio de repasses federais e estaduais, como o Fundo de Participação de Municípios, reforça o controle político sobre a população. Essa dependência facilita a coerção eleitoral, em que promessas de manter ou conceder empregos públicos se tornam um poderoso mecanismo de compra de votos, particularmente eficaz quando o setor privado é praticamente inexistente.

Os dados relacionados à dependência dos municípios em relação a esses repasses são alarmantes: para 2.698 cidades (ou seja, quase metade das cidades no país), 90% ou mais da receita corrente vem de repasses da União, de Estados ou de outras instituições públicas³. Isso significa que, nesses municípios, a arrecadação própria de impostos corresponde a menos de 10% do total da receita.

2 GAMBÁ, Estêvão; CUCOLO, Eduardo; TAKAHASHI, Fábio. **Prefeitura é maior empregador em 56% das cidades pequenas**. Folha de S. Paulo, 16 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/prefeitura-e-maior-empregador-em-56-das-cidades-pequenas.shtml>. Acesso em: 13.09.2024.

3 MALI, Tiago. **Quase metade das cidades brasileiras dependem 90% ou mais de repasses**. Poder360, Brasília, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/quase-metade-das-cidades-brasileiras-dependem-90-ou-mais-de-repasses/#:~:text=Para%202.698%20cidades%2C%2090%25%20ou,10%25%20do%20total%20da%20receita>. Acesso em 13 de setembro de 2024.

Evidentemente, em um ambiente onde as prefeituras controlam tanto a economia quanto o emprego, o uso da máquina pública para garantir apoio eleitoral torna-se uma prática comum, e a vulnerabilidade dos eleitores é explorada para fortalecer os vínculos políticos.

As promessas de emprego e distribuição de cargos públicos são frequentemente associadas ao clientelismo, em que o político se apresenta como o “provedor” de recursos do Estado, estabelecendo uma relação de troca entre ele e o eleitorado.

COMPRA DE VOTOS MEDIADA POR CABOS ELEITORAIS

Nos grandes centros urbanos, a prática da compra de votos muitas vezes se dá por meio da intermediação de cabos eleitorais, que atuam como “mediadores” entre o candidato e o eleitorado. Cabos eleitorais são, geralmente, líderes comunitários, empresários locais ou pessoas influentes em determinados segmentos sociais, que negociam votos em troca de benefícios materiais ou acesso a serviços governamentais. Eles recebem dinheiro ou outros incentivos dos candidatos para garantir o apoio de seus seguidores ou comunidades.

Os cabos eleitorais não apenas atuam durante o processo eleitoral, mas mantêm uma relação contínua com eleitores ao longo do tempo, oferecendo serviços públicos e favores em troca de apoio eleitoral. Isso diferencia sua atuação das práticas de compra de votos a curto prazo, como a simples troca de dinheiro por votos, que são vistas como menos eficazes.

[Os cabos eleitorais] profissionalizaram a negociação dos votos. Estes últimos estão geralmente ligados a um representante político municipal, e atuam como uma espécie de intermediário permanente de serviços públicos e outros favores [...]. Como em outros arranjos corruptos, as redes de clientelismo permanentes, baseadas em relações pessoais a longo prazo (como as do intermediário profissional) revelam-se mais eficientes contra possíveis traições comparadas a arranjos corruptos baseados em uma relação de troca a curto prazo. Assim, os cabos eleitorais geralmente estão convencidos da superioridade do seu trabalho, em termos de eficácia, sobre as investidas meramente monetárias e pré-eleitorais dos organizadores da campanha eleitoral.⁴

4 SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. **Opinião Pública**, v. 9, p. 148- 169, 2003.

Trata-se de uma rede de clientelismo, que é baseada em relações pessoais de longo prazo. Essa rede é mais robusta e confiável porque constrói laços de lealdade, confiança e reciprocidade, o que reduz a chance de eleitores que possa aceitar benefícios e, ainda assim, votar em outro candidato. Comparativamente, arranjos temporários, como a distribuição de dinheiro ou bens apenas durante as campanhas, são menos capazes de garantir essa lealdade, porque não criam o mesmo nível de compromisso pessoal e social.

Essa forma de compra de votos envolve não apenas a troca de favores materiais, mas também a manipulação emocional e social dos eleitores. Ao se aliar a líderes comunitários ou religiosos, por exemplo, o candidato obtém a confiança dos eleitores através da influência desses intermediários, o que torna o processo de compra de votos mais sutil e difícil de ser detectado pelas autoridades eleitorais.

COMPRA DE VOTOS VIA EMENDAS PARLAMENTARES

Uma das modalidades mais recentes e significativas de compra de votos no Brasil envolve o uso de emendas parlamentares. As emendas ao orçamento são uma ferramenta legal à disposição dos parlamentares para alocar recursos para suas bases eleitorais. No entanto, o uso dessas emendas tem sido frequentemente associado a práticas corruptas, em que os políticos direcionam verbas públicas em troca de apoio eleitoral.

A lógica atual da alocação de emendas estimula os políticos a garantirem seus redutos eleitorais por meio da alocação de recursos públicos. Atualmente, a sobrevivência de boa parte da classe política no Brasil está intimamente ligada à capacidade dos parlamentares de levar benefícios econômicos para suas regiões.

Pesquisas de opinião junto a eleitores e deputados sugerem que garantir repasses financeiros para os redutos eleitorais é um imperativo da sobrevivência política no Brasil (Ames, Baker e Rennó, 2008; Lemos e Ricci, 2011). A mídia e a academia, por sua vez, frequentemente desenvolvem suas análises assumindo que essa premissa seja verdadeira. Acontecimentos recentes, como a aprovação da Emenda Constitucional 86/2015, reforçam essa visão, uma vez que deputados e senadores se uniram para aprovar,

por maioria qualificada, uma norma que garante e protege a execução de suas emendas individuais. Assim, consolidou-se a crença de que deputados tendem a promover sua reputação pessoal em bases locais específicas, alimentando o apoio de eleitores e aliados políticos por meio de emendas parlamentares e outros benefícios particularizados.⁵

A Emenda Constitucional 86/2015, também conhecida como “Emenda do Orçamento Impositivo”, introduziu mudanças significativas na forma como as emendas parlamentares são tratadas no Brasil. Antes de sua aprovação, as emendas propostas por deputados e senadores ao orçamento federal não eram de execução obrigatória, ou seja, o governo federal tinha liberdade para escolher quais emendas seriam executadas, muitas vezes usando essa prerrogativa como forma de barganha política. A EC 86/2015 alterou essa realidade ao estabelecer que as emendas individuais dos parlamentares passariam a ser de execução obrigatória, tornando-as impositivas.

Por um lado, a medida foi vista como um avanço no equilíbrio entre os Poderes Legislativo e Executivo, já que retirou parte do controle do governo federal sobre a liberação de verbas das emendas, limitando seu uso como moeda de troca política. Por outro, críticos argumentam que, embora a EC 86/2015 tenha fortalecido a autonomia parlamentar, ela também pode perpetuar práticas clientelistas, onde parlamentares alocam recursos de forma particularizada em seus redutos eleitorais, sem uma visão de planejamento nacional, enfraquecendo a lógica de investimento em projetos estruturantes e de longo prazo para o país.⁶

Apesar da criação das emendas parlamentares com o objetivo de promover uma distribuição mais equitativa dos recursos e atender às necessidades locais, as emendas frequentemente são utilizadas para viabilizar esquemas de corrupção e desvio de verbas, muitas vezes com o intuito de perpetuar estes parlamentares no poder.

5 BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves. A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados. **Opinião Pública**, v. 23, p. 714-753, 2017, p. 714.

6 SANTOS, Núbia Cristina Barbosa; GASPARINI, Carlos Eduardo. Orçamento impositivo e relação entre poderes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 339-396, 2020, p. 375.

Essa prática ocorre quando o parlamentar usa sua capacidade de influenciar o orçamento público para beneficiar eleitores ou grupos específicos, garantindo, em troca, seu apoio nas eleições. Essa modalidade de compra de votos é altamente sofisticada e está frequentemente ligada a escândalos de corrupção em nível nacional, como o “Orçamento Secreto”, em que verbas são direcionadas a determinadas regiões ou setores sem a devida transparência.

COMPRA DE VOTOS VIA PROGRAMAS SOCIAIS

Embora muitos benefícios sociais sejam legítimos e cruciais para o combate à desigualdade, em alguns casos, esses programas têm sido usados para garantir apoio eleitoral. Políticos utilizam a expansão ou distribuição de programas sociais como forma de garantir a lealdade dos eleitores. Em um contexto em que esses programas são vitais para a sobrevivência de famílias inteiras, a promessa de sua continuidade ou ampliação pode ser utilizada como uma ferramenta de barganha eleitoral.

A legislação eleitoral brasileira busca coibir tais práticas. A cartilha “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos”, publicada pelo Governo Federal em 2024, destaca que programas sociais não devem ser interrompidos durante o período eleitoral, mas sua execução deve ser impessoal, sem promoção de candidatos ou partidos, garantindo a imparcialidade e o equilíbrio na disputa eleitoral.⁷ Entretanto, sabe-se que tais benefícios continuam sendo utilizados como meio para compra de votos, sendo que sua fiscalização é extremamente dificultosa.

O problema tornou-se tamanho que, em 2024, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, afirmou, em mais de uma ocasião, que o atual modelo do Bolsa Família se trataria de uma “compra de voto institucionalizada”.⁸ Isso porque o auxílio é realizado, segundo o ministro, de for-

7 BRASIL. **Condutas vedadas aos agentes públicos federais em eleições – Rede Federal de Fiscalização**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. P. 8.

8 FALCÃO, Jaqueline. **Gilmar Mendes diz que Bolsa Família é ‘compra de voto institucionalizada’**. O Globo, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/gilmar-mendes-diz-que-bolsa-familia-compra-de-voto-institucionalizada-20334383>. Acesso em: 13.09.2024.

ma ampla, sem pressupostos e sem a devida verificação, tratando-se de uma forma de captação de sufrágios cujo combate por meio do Tribunal Superior Eleitoral seria inviável.

O Bolsa Família já foi alvo de críticas severas por seu possível uso clientelista no nível municipal, gerando debates sobre o controle exercido pelos governos locais sobre o programa. A discricionariedade existente, especialmente no cadastramento de beneficiários, que é de responsabilidade das prefeituras, pode permitir que prefeitos e autoridades municipais direcionem os benefícios a determinadas famílias, favorecendo eleitores alinhados ao partido do incumbente ou reforçando sua base eleitoral.

Ademais, os municípios desempenham papéis fundamentais no programa, como assegurar que os beneficiários cumpram as contrapartidas nas áreas de saúde e educação. Esses aspectos também podem ser manipulados para influenciar o comportamento eleitoral. O controle local sobre o cadastramento e o monitoramento das condições dos beneficiários abre, em tese, espaço para que o programa seja utilizado como um instrumento político, beneficiando candidatos em pleitos eleitorais municipais.

No entanto, se analisado cuidadosamente o caso do PBG [Programa Bolsa Família], pode-se apresentar uma postura cética prante tal questão: se, por um lado, tende a ser difícil tal “controle clientelista”, por outro lado, até os defensores do programa reconhecem a possibilidade de algum tipo de discricionariedade, notadamente no cadastramento dos beneficiários (ver a discussão em Bichir, 2010), que é a atribuição municipal. Como nos afirmam Soares e Sátyro (2009, pp.17-18), aos municípios cabem várias ações fundamentais no PBF. O papel mais importante é a responsabilidade pela identificação das famílias a serem beneficiadas, mediante o reconhecimento das informações que compõem o cadastro. São também responsáveis pelo acompanhamento das contrapartidas, além de serem os encarregados diretos pela oferta de boa parte dos serviços de educação e saúde necessários para que as famílias cumpram suas contrapartidas. Dessa forma, existe ao menos em tese a possibilidade do uso discricionário do PBF por parte da burocracia municipal, com o objetivo de favorecer o partido do incumbente nas eleições seguintes.⁹

9 SILVA, Fábio Lacerda M. et al. Programa Bolsa Família e a Performance Eleitoral dos Incumbentes Municipais. In: **Septimo Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**. 2013, p. 5. Disponível em: <https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/27-109-1-PB.pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2024.

A relação entre clientelismo e políticas sociais é um problema constante no Brasil. Práticas clientelistas podem influenciar (e, muitas vezes, influenciam) a definição e a implementação de políticas sociais, tornando-as instrumentos de troca de favores políticos, em vez de mecanismos de promoção da cidadania.

É no campo das políticas sociais que a seleção social do tipo clientelista assume seu formato mais primário, pois se pauta na organização de relações entre Estado e sociedade baseadas no personalismo, na reciprocidade de benefícios e nas lealdades individuais (...). É nessa perspectiva que consideramos relevante discutir o clientelismo como um dos mecanismos mais expressivos da prática da ação seletiva do Estado e, que tem como uma de suas características marcantes a capacidade de filtrar demandas e interesses sociais.¹⁰

Embora não haja uma troca explícita de dinheiro por votos, a dependência dos eleitores em relação a esses programas cria uma relação de subordinação, em que o voto é influenciado pela promessa de continuidade ou melhoria de benefícios sociais.

É essencial que programas sociais sejam administrados com transparência e critérios objetivos, assegurando que os benefícios alcancem quem realmente necessita, sem serem utilizados como moeda de troca eleitoral. A fiscalização rigorosa e a conscientização da população são fundamentais para prevenir e combater o uso político desses programas, fortalecendo a democracia e garantindo direitos sociais de forma justa e equitativa.

VENDA DE VOTO DE PARLAMENTARES

A compra de votos no Brasil não se restringe à relação entre políticos e eleitores. Outro fenômeno igualmente relevante é a prática de parlamentares que vendem seus votos em troca de benefícios econômicos ou políticos. Esse tipo de compra de votos se dá no interior do Legislativo, onde parlamentares negociam seu apoio em votações importantes, como a aprovação de projetos de lei ou emendas constitucionais, em troca de favores do Executivo ou de interesses privados.

10 SEIBEL, Erni José; DE OLIVEIRA, Heloisa Maria José. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**, n. 39, p. 135-145, 2006.

Esse tipo de prática ganhou notoriedade em escândalos como o “Mensalão”, onde parlamentares recebiam pagamentos mensais para votar a favor de projetos de interesse do governo. A venda de votos ocorre principalmente por dois motivos: favores econômicos, como liberação de emendas parlamentares, cargos no governo, ou até mesmo pagamento direto de propinas, e apoio político, onde o parlamentar apoia determinado projeto ou governo em troca de favores que garantam sua reeleição, como o direcionamento de verbas públicas para sua base eleitoral ou a nomeação de aliados para cargos importantes.

De fato, antes do Mensalão de 2005, já haviam ocorrido outros escândalos de venda de votos de parlamentares, como o Mensalão Tucano, de 1998, que envolveu acusações de peculato e lavagem de dinheiro na campanha de reeleição do então governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB). No entanto, o Mensalão de 2005 representou uma mudança significativa no panorama da corrupção no Brasil, sendo caracterizado como um esquema de compra de votos com dinheiro público em escala nacional, elevando a prática a um nível inédito na política brasileira.

Alguns compararam o Mensalão com outros crimes perpetrados no Brasil. O Mensalão Mineiro é o paralelo mais claro. No entanto, este escândalo claramente serve como um falso equivalente; enquanto o Mensalão Mineiro implicou o ex-governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por uso indevido de recursos públicos e contribuições ilegais de campanha, tratava-se de crimes eleitorais alegados em uma jurisdição estadual (Minas Gerais). Já o Mensalão do PT, por outro lado, foi um esquema nacional de compra de votos legislativos, que transformou a compra de votos com dinheiro público em ‘prática comum’, um crime categoricamente diferente.¹¹

A análise das múltiplas modalidades de compra de votos no Brasil revela que essa prática, longe de ser um resquício do passado ou uma anomalia isolada, permanece como um componente estrutural da política nacional. Ao longo do tempo, o fenômeno apenas se transformou, acompanhando as

¹¹ MICHENER, Gregory; PEREIRA, Carlos. A Great Leap Forward for Democracy and the Rule of Law? Brazil’s Mensalão Trial. *Journal of Latin American Studies*, v. 48, n. 3, p. 477-507, 2016, p. 492

mudanças institucionais e tecnológicas do processo eleitoral, sem, contudo, romper com a lógica de dependência, favor e instrumentalização da cidadania que marca a história política brasileira desde seus primórdios.

De voto negociado por dinheiro a favores administrativos, da intermediação por cabos eleitorais ao uso de emendas parlamentares e programas sociais com fins eleitorais, e da cooptação de eleitores vulneráveis à negociação de votos entre parlamentares, o que se observa é um sistema político que naturaliza trocas espúrias entre poder e privilégio, comprometendo os fundamentos da representação democrática. A profissionalização e sofisticação desses mecanismos, muitas vezes revestidos de legalidade, tornam ainda mais desafiador o seu enfrentamento.

Embora o país tenha registrado avanços institucionais importantes – como o voto secreto, a justiça eleitoral especializada e a informatização do processo de votação –, tais medidas não foram suficientes para desmontar o sistema clientelista que sustenta a compra de votos em diferentes escalas. A persistência dessa prática denuncia a fragilidade da cultura democrática brasileira, a captura de políticas públicas por interesses eleitorais e a permanência de desigualdades sociais que tornam amplas parcelas da população suscetíveis à manipulação.

Portanto, combater a compra de votos exige mais do que reformas técnicas no processo eleitoral. É necessário enfrentar as causas estruturais que a sustentam: a concentração de poder econômico, a dependência de parcelas vulneráveis do eleitorado em relação ao Estado, a ausência de transparência na alocação de recursos públicos e a baixa responsabilização dos agentes políticos envolvidos. Só assim será possível romper o ciclo vicioso que transforma o sufrágio em moeda e a representação em mercadoria, abrindo espaço para uma democracia mais íntegra, inclusiva e efetivamente representativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves. A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados. **Opinião Pública**, v. 23, p. 714-753, 2017, p. 714.

BRASIL. **Condutas vedadas aos agentes públicos federais em eleições – Rede Federal de Fiscalização**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. P. 8.

FALCÃO, Jaqueline. **Gilmar Mendes diz que Bolsa Família é ‘compra de voto institucionalizada’**. O Globo, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/gilmar-mendes-diz-que-bolsa-familia-compra-de-voto-institucionalizada-20334383>. Acesso em: 13.09.2024.

GAMBA, Estêvão; CUCOLO, Eduardo; TAKAHASHI, Fábio. **Prefeitura é maior empregador em 56% das cidades pequenas**. Folha de S. Paulo, 16 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/prefeitura-e-maior-empregador-em-56-das-cidades-pequenas.shtml>. Acesso em: 13.09.2024.

MALI, Tiago. **Quase metade das cidades brasileiras dependem 90% ou mais de repasses**. Poder360, Brasília, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/quase-metade-das-cidades-brasileiras-dependem-90-ou-mais-de-repasses/#:~:text=Para%202.698%20cidades%2C%2090%25%20ou,10%25%20do%20total%20da%20receita>. Acesso em 13 de setembro de 2024.

MICHENER, Gregory; PEREIRA, Carlos. A Great Leap Forward for Democracy and the Rule of Law? Brazil's Mensalão Trial. **Journal of Latin American Studies**, v. 48, n. 3, p. 477-507, 2016, p. 492

SANTOS, Núbia Cristina Barbosa; GASPARINI, Carlos Eduardo. Orçamento impositivo e relação entre poderes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 339-396, 2020, p. 375.

SEIBEL, Erni José; DE OLIVEIRA, Heloisa Maria José. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**, n. 39, p. 135-145, 2006.

SILVA, Fábio Lacerda M. et al. **Programa Bolsa Família e a Performance Eleitoral dos Incumbentes Municipais**. In: Septimo Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. 2013, p. 5. Disponível em: <https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpSCP.fflch.usp.br/files/inline-files/27-109-1-PB.pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2024.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos: uma aproximação empírica. **Opinião Pública**, v. 9, 2003, p. 148-169.

CAPÍTULO 6

A ESTRUTURA LEGAL E REGULATÓRIA DO SISTEMA ELEITORAL DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO

Lucas de Lemos Mehero

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-6

A captação ilícita de sufrágio — popularmente conhecida como compra de votos — representa uma das mais persistentes ameaças à integridade do processo democrático brasileiro. Mais do que um simples delito eleitoral, essa prática compromete os pilares da representatividade, corrompe o vínculo entre eleitores e representantes e perpetua uma lógica de dominação baseada no clientelismo, na desigualdade e na mercantilização do voto. Ciente dos impactos corrosivos dessa conduta, o ordenamento jurídico brasileiro desenvolveu ao longo dos anos um arcabouço normativo robusto, que combina dispositivos penais, eleitorais e administrativos voltados à repressão e à prevenção da prática.

A estrutura legal de combate à compra de votos é formada por um conjunto articulado de normas — como o artigo 299 do Código Eleitoral, o artigo 41-A da Lei das Eleições e a Lei da Ficha Limpa — que não apenas tipificam a conduta como ilícito, mas também preveem sanções severas, como cassação do diploma, inelegibilidade e prisão. Paralelamente, órgãos como a Justiça Eleitoral, o Ministério Público Eleitoral e a Polícia Federal exercem papéis fundamentais na fiscalização, investigação e punição das infrações. Ainda assim, o fenômeno persiste, revelando os limites da atuação institucional e a necessidade de permanente vigilância normativa e social.

Este artigo tem como objetivo analisar a estrutura jurídica e institucional brasileira dedicada à prevenção e repressão da captação ilícita de sufrágio, explorando as normas em vigor, a atuação dos principais órgãos envolvidos e as medidas preventivas adotadas para garantir a lisura das eleições.

Ao fazê-lo, busca-se compreender os avanços já conquistados, os desafios persistentes e os caminhos possíveis para fortalecer a proteção ao voto livre e soberano no Brasil.

CRIMINALIZAÇÃO DA COMPRA DE VOTOS NO CÓDIGO ELEITORAL

A compra de votos é tipificada como crime pelo Código Eleitoral Brasileiro (Lei nº 4.737/1965). O artigo 299 prevê o crime de corrupção eleitoral, definido como “dar, oferecer, prometer, ou receber, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como dinheiro, bem ou favor, em troca de voto”¹.

Segundo o texto da lei, nota-se que não é necessário que a vantagem seja efetivamente entregue ou recebida; a mera oferta ou promessa já configura o delito. Assim, tanto o político que tenta comprar votos quanto o eleitor que aceita ou solicita a vantagem incorrem em crime e podem ser responsabilizados.

As penas previstas no artigo 299 do Código Eleitoral incluem reclusão de até 4 anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa. Ou seja, trata-se de crime de potencial gravidade, passível de pena privativa de liberdade. A legislação penal eleitoral, portanto, menciona ambos os lados da compra de votos – o corruptor (candidato ou intermediário) e o corrompido (eleitor) –, reforçando o caráter ilícito da conduta em qualquer de suas formas.

LEI Nº 9.640/1999 E A REPRESSÃO À COMPRA DE VOTOS

A Lei nº 9.840, de 28 de setembro de 1999, conhecida como a Lei de Combate à Corrupção Eleitoral ou Lei Contra a Compra de Votos, foi um marco histórico no enfrentamento da compra de votos. Originada de iniciativa popular, essa lei alterou a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) para introduzir o artigo 41-A, tipificando a captação ilícita de sufrágio como ilícito eleitoral específico.

¹ BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Institui o Código Eleitoral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1965.

Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive com emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990².

A Lei nº 9.840/99 também promoveu outra alteração importante: mudou o §5º do art. 73 da Lei nº 9.504/97 para ampliar as hipóteses de abuso de poder político puníveis com cassação, antes restritas a agentes públicos (seu texto foi posteriormente alterado pela Lei nº 12.034/2009, mas manteve o termo “agente público ou não”).

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

§5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos do caput e no §10, sem prejuízo do disposto no §4º, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma³.

Com essas inovações, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público passaram a dispor de instrumentos mais eficazes para agir contra candidatos corruptos, possibilitando a cassação célere de mandatos obtidos por meio de compra de votos.

Cabe notar que as sanções administrativas da Lei das Eleições atuam em paralelo às sanções penais do Código Eleitoral. Essa dupla resposta jurídica – criminal e eleitoral – é uma tentativa por parte do Legislador de dar a devida importância à tutela do voto livre, consciente e soberano, bem juridicamente protegido pela legislação.

2 BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º out. 1997

3 BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º out. 1997

LEI DA FICHA LIMPA E INELEGIBILIDADE POR CORRUPÇÃO ELEITORAL

A Lei Complementar nº 135/2010, popularmente conhecida como Lei da Ficha Limpa, veio reforçar o arcabouço de combate à corrupção eleitoral ao endurecer as consequências para quem praticou a compra de votos ou outros ilícitos eleitorais graves. Seu texto altera a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidades), ampliando os casos de inelegibilidade.

Em especial, a Lei da Ficha Limpa inseriu na Lei Complementar nº 64/1990 a alínea “j” do inciso I do art. 1º, tornando inelegíveis por oito anos, aqueles que forem condenados (com decisão transitada em julgado ou proferida por órgão da Justiça Eleitoral) por corrupção eleitoral ou captação ilícita de sufrágio, entre outras hipóteses.

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

(...)

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)⁴.

Antes da Lei da Ficha Limpa, a inelegibilidade por atos de corrupção eleitoral era mais branda (em geral, 3 anos) e só após o trânsito em julgado. Com a mudança, a legislação alcança condenações ainda não definitivas (desde que por órgão colegiado), fechando brechas que permitam a candidatos condenados recorrer indefinidamente e ainda assim concorrer.

Sendo assim, a combinação do artigo 41-A da Lei das Eleições (cassação imediata) com a alínea “j” da Lei Complementar nº 64/90 (inelegibilidade prolongada) remove o beneficiário da fraude do cargo e previne sua

4 BRASIL. **Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990**. Estabelece, de acordo com o artigo 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 maio 1990.

recandidatura no curto e médio prazo. Além disso, ainda se aplica as sanções penais previstas no Código Eleitoral.

INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO E PUNIÇÃO

A repressão à compra de votos no Brasil não depende apenas da existência de lei, mas também da atuação eficaz das instituições responsáveis por fiscalizar, investigar e punir essa prática. Vejamos a seguir a estrutura do sistema eleitoral brasileiro para coibir ilícitos eleitorais, composta por órgãos que desempenham funções complementares na preservação da integridade do processo democrático.

A Justiça Eleitoral, representada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), exerce papel central na aplicação das normas eleitorais, julgando casos de corrupção eleitoral e garantindo que os pleitos ocorram dentro da legalidade.

O Ministério Público Eleitoral (MPE) conduz investigações, propõe ações e acompanha denúncias de compra de votos, entre outros ilícitos eleitorais. Já a Polícia Federal tem a função de apurar crimes eleitorais e realizar operações repressivas, muitas vezes em flagrante, para coibir fraudes durante o período eleitoral.

Outras instituições, como as Corregedorias Eleitorais, os órgãos de controle financeiro das campanhas e a própria sociedade civil organizada, desempenham papel relevante no monitoramento das eleições e na denúncia de irregularidades.

O funcionamento coordenado dessas instituições é essencial para que a legislação anticorrupção eleitoral seja devidamente aplicada, impedindo que candidatos eleitos por meio de práticas ilícitas permaneçam no cargo e garantindo a soberania do voto. A seguir, são detalhadas as atribuições e os desafios enfrentados por cada uma dessas instâncias na fiscalização e punição da compra de votos no Brasil.

FUNCIONAMENTO DO TSE E DOS TRES NO COMBATE À COMPRA DE VOTOS

A Justiça Eleitoral brasileira – composta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) nos estados e pelos juízes eleitorais de primeiro grau (zonas eleitorais) – desempenha papel central na prevenção e repressão da compra de votos.

O TSE, com sede em Brasília, é o órgão máximo desse ramo especializado do Judiciário, cabendo-lhe, entre outras funções, expedir resoluções regulamentando as eleições, responder a consultas, orientar a interpretação da lei eleitoral e julgar recursos contra decisões dos TREs.

Os TREs, sediados em cada unidade da Federação, atuam como instâncias intermediárias e, em alguns casos, originárias no julgamento de ilícitos eleitorais, assegurando a aplicação uniforme da lei nas eleições estaduais e municipais.

No combate à compra de votos, o TSE e os TREs atuam tanto normativamente quanto jurisdicionalmente. Normativamente, a cada eleição o TSE edita resoluções detalhando as regras eleitorais e ilícitos. Por exemplo, para as eleições de 2024, o TSE aprovou a Resolução nº 23.735/2024, que descreve todos os ilícitos eleitorais e condutas vedadas durante o pleito – incluindo, evidentemente, a captação ilícita de sufrágio e os abusos de poder político e econômico correlatos.⁵ Essas resoluções servem de guia para candidatos, partidos, juízes e promotores, esclarecendo procedimentos de fiscalização e punição.

Jurisdicionalmente, a Justiça Eleitoral processa e julga as representações e ações relativas à compra de votos. Uma denúncia de compra de votos em uma cidade, por exemplo, pode ser apurada pelo juiz da zona eleitoral e resultar na cassação do candidato pelo próprio juiz ou pelo TRE (a depender do cargo); da decisão do TRE cabe recurso ao TSE, que em última instância confirma ou reverte o entendimento.

5 BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.735, de 27 de fevereiro de 2024**. Disciplina a aplicação do artigo 30-A da Lei nº 9.504/1997, que trata da arrecadação e dos gastos de recursos em campanhas eleitorais. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 29 fev. 2024.

Segundo o próprio TSE, “a Justiça Eleitoral pune com muito rigor, conforme a lei, quem tenta influenciar a vontade do eleitor com a prática de compra de votos”⁶. A intenção é proteger o direito ao voto livre como bem jurídico fundamental.

Ao longo dos anos, inúmeros prefeitos, vereadores, deputados e demais políticos tiveram seus mandatos anulados por decisões dos TREs confirmadas pelo TSE, quando ficou comprovada a captação ilícita de sufrágio. Cada tribunal regional conta com uma Corregedoria Regional Eleitoral, órgão responsável por fiscalizar o processo eleitoral no estado e instruir procedimentos de ilícitos.

Art. 4º - O Tribunal elegerá para sua Presidência um dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, para servir por dois anos, contados da posse, cabendo ao outro o exercício cumulativo da Vice-Presidência e da Corregedoria Regional Eleitoral, sendo que presidirá o pleito e lhes dará posse o Juiz mais antigo⁷.

O TSE, por sua vez, em parceria com os TREs, também exerce papel informativo ao lançar materiais de conscientização em rádio, TV e mídias sociais, inclusive alertando sobre os riscos e consequências da compra de votos.⁸ Temas como “venda de voto” e “voto consciente” são divulgados frequentemente em anos eleitorais, enfatizando que o voto não deve ser tratado como mercadoria. Essa ação pedagógica complementa a ação repressiva, com o objetivo de criar um ambiente menos propício a essa prática ilícita.

6 BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Compra de votos é crime eleitoral e causa cassação e inelegibilidade. Tribunal Superior Eleitoral, 28 ago. 2013. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Agosto/compra-de-votos-e-crime-eleitoral-e-causa-cassacao-e-inelegibilidade#:~:text=A%20Justi%C3%A7a%20Eleitoral%20pune%20com,sofrer%20as%20san%C3%A7%C3%B5es%20que%20a>. Acesso em 28.02.2025.

7 SÃO PAULO. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Resolução TRE-SP nº 521/2022, de 27 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/legislacao/legislacao-compilada/resolucoes-do-tre-sp/regimento-interno>. Acesso em 28.02.2025.

8 BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. TSE lança campanhas para conscientizar eleitores sobre a importância do voto. Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, 2024. Disponível em: <https://www.tre-ba.jus.br/videos/tse-lanca-campanhas-para-conscientizar-eleitores-sobre-a-importancia-do-voto#:~:text=TSE%20lan%C3%A7a%20campanhas%20para%20conscientizar,logo%20Flogo.jpg>. Acesso em 28.02.2025.

O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

O Ministério Público Eleitoral (MPE) é outro pilar fundamental na fiscalização e repressão da compra de votos no Brasil. O MPE não é uma instituição separada, mas sim uma função exercida por membros do Ministério Público Federal e Estadual designados para atuar perante a Justiça Eleitoral.

Em nível nacional, o Procurador-Geral Eleitoral (que é o Procurador-Geral da República) atua junto ao TSE; em cada estado, um Procurador Regional Eleitoral (Procurador da República) atua no TRE; e nas zonas eleitorais, promotores de justiça estaduais exercem as funções de promotor eleitoral. Essa estrutura permite a presença do MP em todas as instâncias do processo eleitoral.

Art. 73. O Procurador-Geral Eleitoral é o Procurador-Geral da República
Parágrafo único. O Procurador-Geral Eleitoral designará, dentre os Subprocuradores-Gerais da República, o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, que o substituirá em seus impedimentos e exercerá o cargo em caso de vacância, até o provimento definitivo.

Art. 74. Compete ao Procurador-Geral Eleitoral exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência do Tribunal Superior Eleitoral.
Parágrafo único. Além do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, o Procurador-Geral poderá designar, por necessidade de serviço, membros do Ministério Público Federal para oficiarem, com sua aprovação, perante o Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 75. Incumbe ao Procurador-Geral Eleitoral:

I - designar o Procurador Regional Eleitoral em cada Estado e no Distrito Federal;

II - acompanhar os procedimentos do Corregedor-Geral Eleitoral;

III - dirimir conflitos de atribuições;

IV - requisitar servidores da União e de suas autarquias, quando o exigir a necessidade do serviço, sem prejuízo dos direitos e vantagens inerentes ao exercício de seus cargos ou empregos⁹.

Na prática, o Ministério Público Eleitoral desempenha dupla função: preventiva/fiscalizatória e repressiva. Durante as campanhas, os promotores eleitorais e procuradores acompanham a atuação dos candidatos, podendo expedir recomendações, fiscalizar eventos e receber denúncias de eleitores sobre irregularidades.

⁹ BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º out. 1997

No momento em que surge uma suspeita da compra de votos, o MPE tem poder investigativo e propositivo, podendo instaurar investigações preliminares ou requisitar inquérito policial à Polícia Federal, colhendo provas de corrupção eleitoral. Confirmados os indícios, cabe ao MPE propor as ações cabíveis na Justiça Eleitoral.

Assim, o Ministério Público Eleitoral monitora o andamento dos processos e recorre das decisões quando necessário. O MPE frequentemente lidera forças-tarefa durante as eleições, em conjunto com a polícia, para flagrar ilícitos eleitorais em tempo real (por exemplo, surpreendendo cabos eleitorais distribuindo dinheiro, cestas básicas, combustível ou outros benefícios a eleitores).

O Ministério Público Eleitoral também recebe denúncias da população. Existem casos que se originam de notícias de eleitores inconformados, encaminhadas ao promotor eleitoral para apuração. Assim, o MPE funciona como guardião da legitimidade eleitoral, combativo na repressão à compra de votos e demais ilícitos eleitorais: fiscaliza, investiga e aciona a Justiça para punir os responsáveis, além de promover a conscientização sobre os direitos políticos.

ATUAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL NA INVESTIGAÇÃO E REPRESSÃO

A Polícia Federal (PF) possui atribuição legal de atuar como polícia judiciária no âmbito eleitoral, tendo papel chave especialmente na investigação e repressão criminal dos casos de compra de votos e outros crimes eleitorais. Além disso, a resolução nº 23.673/2021 do TSE reconhece a Polícia Federal como uma das entidades fiscalizadoras do processo eleitoral.

Art. 6º Para efeito dos procedimentos previstos nesta Resolução, salvo disposição específica, são consideradas entidades fiscalizadoras, legitimadas a participar das etapas do processo de fiscalização:

(...)

VII – Polícia Federal;¹⁰

10 BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.673, de 14 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 16 dez. 2021.

A repressão à compra de votos frequentemente requer operações policiais sigilosas e ágeis, dada a dificuldade de comprovar esse crime, que muitas vezes ocorre de maneira disfarçada. A Polícia Federal, geralmente acionada pelo Ministério Público Eleitoral ou por ordem dos juízes eleitorais, conduz inquéritos policiais para investigar denúncias de compra de votos. Isso pode incluir técnicas de inteligência, campanhas, interceptações telefônicas autorizadas, análise de movimentações financeiras dos candidatos e vistorias em comitês de campanha.

A atuação da Polícia federal no combate a crimes eleitorais está amparada na Constituição Federal e em normas do TSE. A Resolução nº 23.640/2021 do TSE disciplina que “o Departamento de Polícia Federal ficará à disposição da Justiça Eleitoral sempre que houver eleições em qualquer parte do país”. Na mesma resolução, o TSE estabelece que a PF exercerá, com prioridade a função de polícia judiciária em matéria eleitoral.¹¹ Sendo assim, em períodos eleitorais, investigar e reprimir delitos como a compra de votos torna-se atividade prioritária para a PF.

A PF também pode instaurar inquéritos policiais eleitorais, não apenas por determinação da Justiça Eleitoral, mas também de ofício ou mediante requisição do Ministério Público Eleitoral.¹²

Nas eleições mais recentes, a Polícia Federal realizou diversas operações para coibir a compra de votos, em conjunto com a Justiça Eleitoral. Em 2024, casos notáveis de operações da PF para coibir compra de votos aconteceram na Macedônia (SP)¹³, Tucuruí (PA)¹⁴, Macapá (AP)¹⁵, entre diversas outras.

11 BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.640, de 29 de abril de 2021**. Dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de direito de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997 para as eleições. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 3 maio 2021

12 BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.640, de 29 de abril de 2021**. Dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de direito de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997 para as eleições. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 3 maio 2021

13 BRASIL. **Polícia Federal realiza operação contra compra de votos em Macedônia/SP**. Polícia Federal, 14 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/01/policia-federal-realiza-operacao-contracompra-de-votos-em-macedonia-sp>. Acesso em 1 mar. 2025.

14 BRASIL. **PF apura compra de votos por candidato reeleito no Pará**. Polícia Federal, 30 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/01/pf-apura-compra-de-votos-por-candidato-reeleito-no-para>. Acesso em: 1 mar. 2025.

15 BRASIL. **PF deflagra operação em combate a crimes eleitorais em Macapá/AP**. Polícia Federal, 1 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/pf-deflagra-operacao-em-combate-a-crimes-eleitorais-em-macapa-ap>. Acesso em 1 mar. 2025.

A Polícia Federal, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral buscam atuar de forma conjunta e complementar em todo período de eleição. Esse arranjo institucional é fundamental para detectar e reprimir esquemas de compra de votos, apesar de ter se demonstrado insuficiente para diminuir o número de incidências do crime.

MEDIDAS PREVENTIVAS ADOTADAS PELO SISTEMA ELEITORAL

Além da punição nos casos de compra de votos, o sistema eleitoral brasileiro busca adotar diversas medidas preventivas para reduzir a incidência dessa prática e preservar a integridade do voto. Dentre as principais medidas de prevenção, destacam-se a educação e a conscientização do eleitorado; a garantia do voto secreto e a segurança da votação; a fiscalização do financiamento de campanha; as ações integradas de fiscalização durante as eleições e a participação da sociedade civil organizada.

A Justiça Eleitoral promove constantes campanhas de esclarecimento aos eleitores sobre a importância do voto livre e os riscos de cair em esquemas de corrupção. Peças publicitárias do TSE enfatizam mensagens como “democracia não tem preço” e explicam que a compra de votos é crime e gera punições. Assim, o TSE busca desestimular eleitores a aceitarem ofertas ilícitas e encorajá-los a denunciar tentativas de aliciamento.

Outra medida importante é a garantia constitucional do voto universal, direto e secreto, que busca dificultar a efetividade da compra de votos, limitando os meios do comprador de verificar se o eleitor votou conforme prometido. Embora não elimine completamente a prática, o voto secreto atua como salvaguarda, empoderando o eleitor a votar de acordo com sua consciência. A votação eletrônica rápida também diminui as possibilidades de intervenção externa e reduz o tempo de interação do eleitor com terceiros no momento do voto, mitigando situações de cabresto.

O sistema eleitoral também estabeleceu limites de gastos de campanha e mecanismos rigorosos de prestação de contas dos candidatos, pois a compra de votos geralmente demanda recursos não contabilizados (caixa dois). A Justiça Eleitoral, por meio da análise das contas de campanha e cruzamento de dados oficiais, procura identificar desvios financeiros que possam indicar compra de

votos ou abuso de poder econômico.

Além disso, na véspera e no dia da eleição, forças-tarefa compostas pela Justiça Eleitoral, Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Militar e outras autoridades intensificam a fiscalização nas ruas. Barreiras policiais, blitz de trânsito e diligências em locais suspeitos, como comitês e concentrações de eleitores, são realizadas para impedir a distribuição de dinheiro, cestas básicas, combustíveis ou transporte irregular de eleitores, situações comumente ligadas à compra de votos. O simples conhecimento da forte presença estatal e a possibilidade de flagrante atuam como prevenção, desestimulando candidatos e cabos eleitorais de executarem planos ilícitos.

No entanto, a situação atual revela que a captação ilícita de sufrágio continua sendo um dos maiores entraves à consolidação de uma democracia substantiva no Brasil. Embora o país conte com um sistema jurídico sofisticado e uma estrutura institucional complexa para combater essa prática — que inclui normas específicas, penalidades severas e atuação integrada de órgãos como a Justiça Eleitoral, o Ministério Público e a Polícia Federal —, sua eficácia ainda é desafiada pela persistência de estratégias sofisticadas de cooperação do voto.

A Lei nº 9.840/1999 e a Lei da Ficha Limpa representaram marcos importantes na elevação do padrão normativo e na mobilização da sociedade civil contra práticas corruptas no processo eleitoral. No entanto, o volume expressivo de denúncias, cassações e investigações em cada ciclo eleitoral demonstra que a repressão, por si só, não é suficiente. A compra de votos, muitas vezes dissimulada em formas modernas como benefícios assistenciais, empregos públicos e uso eleitoral de emendas parlamentares, exige também um esforço preventivo contínuo e transversal.

Nesse sentido, a consolidação de uma cultura de intolerância à corrupção eleitoral passa não apenas pela ação institucional, mas sobretudo pela educação política da população, pela fiscalização cidadã e pelo fortalecimento da confiança nas instituições democráticas. O voto é mais do que um instrumento de escolha — é expressão de soberania popular. E protegê-lo de sua apropriação indevida é tarefa permanente de todos os que acreditam na democracia como um valor a ser defendido, e não negociado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.** Estabelece, de acordo com o artigo 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 maio 1990.

BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.** Institui o Código Eleitoral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1965.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º out. 1997

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1º out. 1997

BRASIL. **PF apura compra de votos por candidato reeleito no Pará.** Polícia Federal, 30 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/01/pf-apura-compra-de-votos-por-candidato-reeleito-no-para>. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRASIL. **PF deflagra operação em combate a crimes eleitorais em Macapá/AP.** Polícia Federal, 1 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/pf-deflagra-operacao-em-combate-a-crimes-eleitorais-em-macapapa-ap>. Acesso em 1 mar. 2025.

BRASIL. **Polícia Federal realiza operação contra compra de votos em Macedônia/SP.** Polícia Federal, 14 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/01/policia-federal-realiza-operacao-contra-compra-de-votos-em-macedonia-sp>. Acesso em 1 mar. 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. **TSE lança campanhas para conscientizar eleitores sobre a importância do voto.** Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, 2024. Disponível em: <https://www.tre-ba.jus.br/videos/tse-lanca-campanhas-para-conscientizar-eleitores-sobre-a-importancia-do-voto#:~:text=TSE%20lan%C3%A7a%20campanhas%20para%20conscientizar,logo%2Flogo.jpg>. Acesso em 28.02.2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Compra de votos é crime eleitoral e causa cassação e inelegibilidade.** Tribunal Superior Eleitoral, 28 ago. 2013. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Agosto/compra-de-votos-e-crime-eleitoral-e-causa-cassacao-e-inelegibilidade#:~:text=A%20Justi%C3%A7a%20Eleitoral%20pune%20com,sofrer%20as%20san%C3%A7%C3%B5es%20que%20a>. Acesso em 28.02.2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.640, de 29 de abril de 2021**. Dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de direito de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997 para as eleições. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 3 maio 2021

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.673, de 14 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 16 dez. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.735, de 27 de fevereiro de 2024**. Disciplina a aplicação do artigo 30-A da Lei nº 9.504/1997, que trata da arrecadação e dos gastos de recursos em campanhas eleitorais. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 29 fev. 2024.

SÃO PAULO. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. **Resolução TRE-SP nº 521/2022, de 27 de outubro de 2022**. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/legislacao/legislacao-compilada/resolucoes-do-tre-sp/regimento-interno>. Acesso em 28.02.2025.

CAPÍTULO 7

CULTURA DA COMPRA DE VOTOS: COMO O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO FALHA EM COIBIR A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO E RECOMPENSA O ILÍCITO ELEITORAL

Lucas de Lemos Mehero

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-7

A compra de votos no Brasil não é apenas uma infração eleitoral tipificada na legislação – é, sobretudo, um traço estrutural do sistema político nacional, reforçado por incentivos perverso, omissões institucionais e uma cultura de tolerância. Embora dispositivos legais como o artigo 41-A da Lei nº 9.504/1997 e o artigo 299 do Código Eleitoral estabeleçam sanções para a captação ilícita de sufrágio, a aplicação dessas normas encontra limites significativos na própria arquitetura do sistema eleitoral brasileiro. As brechas temporais da legislação, a ausência de sanções aos partidos políticos e a impunidade recorrente dos eleitores que comercializam seus votos e contribuem para perpetuar um ciclo vicioso que enfraquece a democracia e compromete a legitimidade do processo eleitoral.

Essa realidade é agravada por mecanismos institucionais que, paradoxalmente, premiam o sucesso eleitoral independentemente dos meios utilizados. A distribuição do Fundo Partidário, vinculada ao número de cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados, cria um incentivo direto para que partidos maximizem sua representação, ainda que mediante práticas ilícitas. Como não há previsão de responsabilização formal para as legendas beneficiadas por candidatos que comprem votos, o sistema acaba por legitimar — e até recompensar — condutas ilegais.

Além disso, a compra de votos não se restringe ao período eleitoral nem à relação direta entre eleitor e candidato. Ela se manifesta de forma difusa e con-

tínua ao longo do ciclo político, por meio da concessão de favores administrativos, da manipulação de programas sociais, do uso de emendas parlamentares e, mais recentemente, de práticas como o orçamento secreto. Soma-se a isso a negligência histórica em responsabilizar os próprios eleitores que comercializam seus votos, criando um ambiente de impunidade que normaliza o ilícito como parte do jogo político.

Por exemplo, o artigo 41-A exige que a conduta ocorra entre o registro da candidatura e o dia da eleição, o que abre margem para candidatos anteciparem a compra de votos antes do período eleitoral oficial.

Claro está no texto do art. 41-A da LE que a conduta só se tornará juridicamente relevante se ocorrer no curso do processo eleitoral, isto é, entre a data designada para a formulação do pedido de registro de candidaturas e as eleições. Com efeito, a captação é de “sufrágio”, sendo realizada por “candidato” em relação a “eleitor”.

(...)

Sob o aspecto temporal, deve a coação ser realizada durante o processo eleitoral. Fora desse interregno, o evento não teria relevância jurídica na seara eleitoral, porque sequer poderia se falar na existência de candidatura, tampouco na possibilidade de o eleitor votar¹.

Assim, a redação do art. 41-A imputa a infração ao **candidato** que doa, oferece ou promete vantagens ao **eleitor**. A limitação temporal da tipificação da compra de votos cria a falsa impressão de que essa prática se restringe ao período eleitoral. No entanto, a lógica clientelista que sustenta esse mecanismo está presente em toda a dinâmica da política brasileira, manifestando-se de formas diversas ao longo do tempo. Se, juridicamente, a compra direta de votos só pode ser punida quando ocorre entre o registro da candidatura e o dia da eleição, na realidade, o processo de fidelização do eleitorado por meio de vantagens indevidas ocorre de maneira contínua, muitas vezes de maneira disfarçada sob o manto de políticas públicas direcionadas, distribuição de benefícios ou concessão de cargos e favores.

Essa compra de votos diluída no tempo se dá por meio do uso da máquina pública para a construção de redes de dependência política, em que eleitores são cooptados não apenas no momento do pleito, mas ao longo de todo o ciclo eleitoral. Programas assistencialistas, emendas parlamentares e

¹ GOMES, José Jairo. Direito eleitoral. São Paulo, 2013, p. 1354-1355.

a concessão de favores administrativos passam a ser utilizados como moedas de troca eleitorais, garantindo que o eleitor esteja, de forma indireta, comprometido com determinados candidatos ou partidos mesmo antes da oficialização das candidaturas. Isso cria um estado permanente de compra de votos, em que o processo eleitoral se torna apenas a fase final de uma engrenagem já em funcionamento.

Nesse contexto, os partidos políticos assumem um papel central. Ao invés de serem apenas beneficiários passivos desse modelo, muitos atuam ativamente na estruturação dessas redes de dependência, garantindo que o controle sobre determinadas regiões ou grupos eleitorais se mantenha entre uma eleição e outra. A lei não alcança diretamente partidos políticos, que deveriam deter a responsabilidade de fiscalizar e, caso necessário, coibir a prática da compra de votos por parte de seus candidatos. Não há, na legislação, qualquer previso clara de responsabilização de partidos nesses casos, configurando uma lacuna potencialmente explorada por legendas que se beneficiam da compra de votos sem consequências jurídicas diretas.

Na verdade, o próprio sistema de distribuição do fundo partidário é um estímulo para que partidos obtenham o maior número de parlamentares eleitos possível – sem se preocupar como esse objetivo será alcançado. Isso porque o Fundo Partidário é proporcionalmente distribuído à representação de cada partido na Câmara dos Deputados, ou seja, quanto maior a bancada de um partido, maior a sua fatia do fundo.

Fundo partidário – O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos ou simplesmente “fundo partidário” é regulado no art. 38 da LPP, sendo constituído por “I – multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas; II – recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual; III – doações de pessoa física ou jurídica [registre-se que a doação de “pessoa jurídica” passou a ser proibida – vide art. 31, II da LPP], efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário; IV – dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995”.

Há duas situações a serem consideradas. A primeira refere-se ao direito de acesso aos recursos do fundo partidário. A segunda diz respeito à distribuição de tais recursos entre os partidos.

(...)

Quanto à segunda situação, o inciso I, art. 41-A, da LPP (com a redação da Lei no 13.165/2015) estabelece que 5% do total dos recursos devem ser “destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que atendam aos requisitos constitucionais de acesso aos recursos do Fundo Partidário”; o acesso a essa parcela de recursos independe do tempo de existência do partido (vide STF – ADI 5105/DF – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 30-3-2016). O restante é distribuído aos partidos proporcionalmente às suas respectivas representações na Câmara de Deputados².

Dessa maneira, partidos que toleram ou até incentivam práticas ilícitas, como a compra de votos, podem ser diretamente beneficiados, pois a obtenção de mais cadeiras no parlamento aumenta os recursos que receberão. Como não há punição formal para legendas cujos membros sejam flagrados nessa prática, o custo-benefício do ilícito eleitoral acaba favorecendo aqueles que adotam estratégias agressivas para garantir votos, sem real risco de sanção institucional para a estrutura partidária como um todo.

O cenário descrito evidencia um paradoxo do sistema eleitoral brasileiro: embora existam normas e estruturas institucionais para coibir a compra de votos, o próprio modelo de financiamento partidário cria incentivos para que partidos e candidatos recorram a essa prática ilícita. Como o volume de recursos do Fundo Partidário é diretamente proporcional ao tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados, os partidos têm um estímulo financeiro concreto para maximizar o número de parlamentares eleitos, independentemente dos meios utilizados para alcançar esse objetivo.

Essa lógica reforça o clientelismo eleitoral, uma vez que partidos podem tolerar e até fomentar práticas de captação ilícita de sufrágio sem sofrer qualquer punição eleitoral significativa. Em um sistema no qual a obtenção de votos influencia diretamente o orçamento partidário, a compra de votos deixa de ser apenas um desvio individual de candidatos e se transforma em uma estratégia rentável dentro da dinâmica política nacional. Como consequência, a fiscalização da Justiça Eleitoral se torna ainda mais desafiadora, porque o problema não se encontra apenas na conduta isolada de candidatos, mas sim em um mecanismo estrutural que premia os resultados eleitorais sem questionar a legitimidade de sua obtenção.

² GOMES, José Jairo. Direito eleitoral. São Paulo, 2013, p. 300-302.

O fato de a legislação eleitoral não prever sanções diretas aos partidos cujos membros sejam flagrados na compra de votos coloca o sistema político-eleitoral brasileiro em um ambiente de impunidade institucional, onde a eventual punição individual de um candidato não compromete o projeto partidário mais amplo. Isso cria um sistema em que as legendas podem usufruir dos benefícios da prática ilícita sem arcar com seus custos, tornando-se, na prática, coniventes com tais estratégias.

Esse fator ajuda a entender por que, apesar de um arcabouço institucional robusto e uma legislação aparentemente rigorosa, a compra de votos continua a ser um problema persistente e crescente. Em 2024, 54% dos eleitores afirmaram ter presenciado ou vivenciado situações de compra de votos. Mais alarmante ainda, 62% relataram conhecer alguém que efetivamente trocou o voto por dinheiro³, evidenciando que essa prática não é apenas uma suspeita difusa, mas uma realidade disseminada no processo eleitoral brasileiro.

Ao contrário do que se costuma pensar, a captação ilícita de sufrágio não se concentra em nenhuma localidade específica no Brasil. Ele acontece em todo o território nacional, até mesmo em lugares mais avançados economicamente⁴.

Isso ocorre porque o fenômeno da compra de votos não ocorre apenas por fatores socioeconômicos, mas porque a lógica eleitoral brasileira, essencialmente patrimonialista e clientelista, criou uma verdadeira cultura de compra de votos no país. O juiz Marlon Reis, coordenador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), em entrevista ao jornal Zero Hora, afirmou que “a compra de votos é um problema cultural e não econômico”. Reis reconhece que “não é a pobreza extrema que leva as pessoas a comercializarem seus votos. É uma concepção privatista de política. É o fato de poder transformar o voto em uma mercadoria”.⁵

3 UOL. **Pesquisa afirma que 54% dos eleitores dizem ter vivenciado compra de votos.** UOL Notícias, 24 jun. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/06/24/pesquisa-afirma-que-54-dos-eleitores-dizem-ter-vivenciado-compra-de-votos.htm>. Acesso em 20.12.2024.

4 Veja. “Os estados campeões em venda de votos segundo a Polícia Federal”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/columa/maquiavel/os-estados-campeoes-em-venda-de-votos-segundo-a-policia-federal>. Acesso em: 19 mar. 2025.

5 GAÚCHAZH. Juiz defende mudança de modelo eleitoral para acabar com a compra de votos. GaúchaZH, 26 jul. 2010. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2010/07/juiz-defende-mudanca-de-modelo-eleitoral-para-acabar-com-a-compra-de-votos-2983794.html>. Acesso em 20.12.2024.

Concretiza-se, portanto, a perpetuação de uma lógica patrimonialista e clientelista na política brasileira, na qual o acesso ao poder e aos recursos públicos segue sendo, por muitas vezes, condicionado à troca de favores, ao abuso de poder econômico e à manipulação do voto popular. Enquanto o sistema de financiamento partidário continuar nesses moldes, o combate à compra de votos enfrentará um obstáculo estrutural, pois os incentivos permanecerão voltados para a maximização da representação política sem mecanismos eficazes de responsabilização para os partidos que se beneficiam desse processo.

O Brasil conta com um arcabouço normativo e institucional extenso para coibir a compra de votos. A Justiça Eleitoral, o Ministério Público Eleitoral e a Polícia Federal possuem atribuições claras para investigar e punir esse crime, e a legislação prevê tanto sanções eleitorais, como a cassação de mandatos, quanto penas criminais. No entanto, apesar dessa estrutura aparentemente robusta, a compra de votos não só persiste como tem se intensificado nos últimos anos.

Os dados recentes apontam um aumento expressivo dessa prática, mesmo diante de operações policiais, campanhas de conscientização e endurecimento das regras eleitorais⁶. O volume de dinheiro vivo apreendido em campanhas eleitorais tem crescido, assim como os relatos de compra direta de votos e o uso de verbas públicas como instrumento de barganha política. Se, em tese, o Brasil possui um dos sistemas mais avançados do mundo para garantir a lisura do processo eleitoral, na prática, as engrenagens do sistema político estimulam a continuidade da corrupção eleitoral.

Com o orçamento secreto, um fundo eleitoral de R\$ 4,9 bilhões e um sistema que distribui recursos aos partidos proporcionalmente ao número de parlamentares eleitos, sem responsabilizá-los por ilícitos eleitorais, cria-se no Brasil um ambiente propício para a corrupção generalizada e a impunidade.

Deve-se destacar que não apenas a compra de votos é considerada crime, mas sua venda por parte do eleitor também. O artigo 299 do Código Eleitoral estabelece pena de reclusão de até quatro anos e pagamento de multa para quem

6 Mali, Tiago. “Pesquisa afirma que 54% dos eleitores dizem ter vivenciado compra de votos.” UOL, 24 de junho de 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/06/24/pesquisa-afirma-que-54-dos-eleitores-dizem-ter-vivenciado-compra-de-votos.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

“der, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto”. A redação da lei deixa claro que a conduta é ilícita tanto para quem oferece quanto para quem aceita a vantagem em troca do voto.

Entretanto, na prática, observa-se uma discrepância significativa na aplicação da lei. As operações policiais e ações da Justiça Eleitoral, conforme as citadas nesta dissertação, praticamente sempre se concentram nos candidatos e intermediários que praticam a compra de votos, enquanto os eleitores que vendem seus votos raramente (nota-se, praticamente nunca) são alvos de investigações ou punições. Essa ausência de repressão aos eleitores que comercializam seus votos também é um fator essencial para a perpetuação de uma cultura da compra de votos no Brasil.

Assim, enquanto os partidos políticos encontram incentivos estruturais para estimular a compra de votos, os eleitores, por sua vez, veem na impunidade uma oportunidade para obter vantagens pessoais sem receio de sanções legais. Essa dinâmica reforça um ciclo vicioso que compromete a integridade do processo eleitoral e a legitimidade das instituições democráticas.

É importante reconhecer que, embora muitos eleitores que, embora muitos eleitores que vendem seus votos estejam em condições socioeconômicas desfavoráveis, essa circunstância não pode ser utilizada como justificativa para ausência de punição. A impunidade, independentemente das razões que a motivam, compromete a eficácia do sistema legal e incentiva a continuidade de práticas ilícitas.

A falta de repressão efetiva aos eleitores que vendem seus votos, conforme mencionado, perpetua a impunidade e mantém a chamada cultura da compra de votos, enfraquecendo os pilares da democracia brasileira. Quando a lei não é aplicada de forma uniforme, estimulando a impunidade, é natural que haja um incentivo a comportamentos predatórios.

A condição socioeconômica desfavorável dos eleitores que vendem seus votos não deve servir como argumento para a não aplicação de punições. Essa justificativa não pode prevalecer sobre a necessidade de manutenção da ordem legal e da integridade do processo eleitoral. O direito penal deve ser aplicado

de forma equitativa, garantindo que todos os indivíduos, independentemente de sua condição social, sejam responsabilizados por suas ações. A seletividade na aplicação da lei fere o princípio do tratamento isonômico e compromete a confiança da sociedade nas instituições democráticas.

Cesare Beccaria, ao mesmo tempo em que reconhece que não é necessariamente uma maior severidade do castigo que gera maior efeito dissuasório, destaca que deve haver uma percepção de inevitabilidade do castigo, para que a prática criminosa seja coibida:

A perspectiva de um castigo moderado, mas inevitável, causará sempre uma forte impressão mais forte do que o vago temor de um suplício terrível, em relação ao qual se apresenta alguma esperança de impunidade. O homem treme à ideia dos menores males, quando vê a impossibilidade de evitá-los, ao passo que a esperança, doce filha do céu, que tantas vezes nos proporciona todos os bens, afasta sempre a ideia dos tormentos mais cruéis, por pouco que seja ela sustentada pelo exemplo da impunidade, que a fraqueza ou o amor do ouro tão freqüentemente concede⁷.

É sabido que as ideias de Beccaria já são consideradas superadas em certos campos do direito penal contemporâneo, especialmente no que diz respeito à proporcionalidade das penas e à consideração de fatores socioeconômicos, culturais e educacionais que influenciam o comportamento do agente criminoso. No entanto, sua tese central acerca da importância da certeza da punição permanece válida e pode ser aceita como eficaz instrumento de prevenção ao crime.

Desse modo, embora a condição socioeconômica desfavorável dos eleitores que vendem seus votos não possa servir como justificativa para ausência total de punições, ela deve certamente ser considerada para evitar a aplicação de sanções excessivamente rigorosas a esses indivíduos. É essencial que as penas sejam aplicadas de maneira proporcional, levando-se em conta a situação de hipossuficiência do eleitor, especialmente quando comparada à responsabilidade do político que promove a compra de votos.

É adequado, portanto, que o político comprador de votos receba sanções significativamente mais severas, em razão de sua maior capacidade econômica e de influência, enquanto o eleitor em situação vulnerável seja submetido

⁷ BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Ebook Libris, 1764, p. 40-41.

a medidas mais brandas, que preservem a proporcionalidade e a equidade na aplicação da lei penal.

Fica evidente, considerando todos os fatores apresentados, que há uma dinâmica no sistema eleitoral brasileiro que cria um ciclo vicioso, dificultando a renovação política e a implementação de políticas públicas que atendam aos reais interesses da população. Esse ciclo retroalimenta um sistema que distorce a representatividade política, resultando em mandatos que não refletem a vontade e necessidade legítimas do eleitorado.

A persistência da compra de votos no Brasil não decorre da ausência de normas, mas da profunda assimetria entre o que a lei promete e o que o sistema político efetivamente permite – e, em certos casos, estimula. A análise revela que a legislação eleitoral brasileira, embora aparente rigor, é limitada por recortes temporais, pela dificuldade de fiscalização, pela seletividade na responsabilização e, sobretudo, pela completa ausência de sanções às estruturas partidárias que se beneficiam da prática. A tipificação da conduta no artigo 41-A da Lei das Eleições e no artigo 299 do Código Eleitoral é insuficiente diante de um sistema que premia resultados eleitorais sem indagar pela legitimidade dos meios utilizados para alcançá-los.

O financiamento público da política, estruturado com base no desempenho eleitoral dos partidos, cria incentivos perversos para que as legendas ignorem práticas ilícitas cometidas por seus candidatos. Enquanto isso, o eleitor que vende o voto, embora também enquadrado na tipificação penal, é raramente punido — alimentando uma percepção de impunidade generalizada que corrói os fundamentos da cidadania. Trata-se de um arranjo que reforça o patrimonialismo, naturaliza o clientelismo e esvazia o sentido republicano do voto.

A cultura da compra de votos, assim compreendida, transcende a prática ilícita pontual: ela se enraíza em uma lógica sistêmica de troca, onde favores substituem direitos e a representação política torna-se moeda de barganha. Romper esse ciclo exige não apenas reformas legais pontuais, mas uma reconstrução institucional mais profunda, que inclua a responsabilização efetiva dos partidos, a aplicação equânime da lei e a conscientização da sociedade sobre os custos democráticos da convivência com o ilícito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Ebook Libris, 1764, p. 40-41.

GAÚCHAZH. **Juiz defende mudança de modelo eleitoral para acabar com a compra de votos**. GaúchaZH, 26 jul. 2010. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2010/07/juiz-defende-mudanca-de-modelo-eleitoral-para-acabar-com-a-compra-de-votos-2983794.html>. Acesso em 20.12.2024.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. São Paulo, 2013, p. 300-302 e p. 1354-1355.

Mali, Tiago. **“Pesquisa afirma que 54% dos eleitores dizem ter vivenciado compra de votos.”** UOL, 24 de junho de 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/06/24/pesquisa-afirma-que-54-dos-eleitores-dizem-ter-vivenciado-compra-de-votos.htm>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Veja. **“Os estados campeões em venda de votos segundo a Polícia Federal”**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/os-estados-campeoes-em-venda-de-votos-segundo-a-policia-federal>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CAPÍTULO 8

INTEGRIDADE ELEITORAL COMO PILAR DEMOCRÁTICO: MEDIDAS PARA FORTALECER O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

Lucas de Lemos Mehero
Doi: 10.48209/978-65-5417-460-8

A integridade eleitoral é um dos pilares fundamentais da democracia, pois garante que o exercício do voto reflita, de fato, a vontade popular e não a distorção provocada por práticas ilícitas como a compra de votos. No entanto, no Brasil, essa integridade tem sido sistematicamente abalada por um fenômeno que, longe de ser episódico, revela-se estrutural. A compra de votos, ainda que formalmente criminalizada, permanece como uma prática recorrente e adaptável, profundamente enraizada na cultura política nacional. Trata-se de uma herança de longa duração, cuja gênese remonta aos tempos coloniais, quando a organização social assentava-se sobre relações de dependência, patronagem e favor — um modelo que, apesar das transformações institucionais ao longo dos séculos, segue influenciando a lógica de funcionamento do sistema político brasileiro.

Essa permanência histórica da corrupção eleitoral no Brasil desafia a eficácia das reformas pontuais que se limitaram a aumentar penas ou restringir condutas específicas. O problema transcende a fragilidade normativa: ele está relacionado à ausência de responsabilização efetiva, à conivência institucional e ao desenho de incentivos perversos que beneficiam candidatos, partidos e estruturas patrimonialistas. A legislação atual, embora preveja a punição tanto de quem compra quanto de quem vende o voto, não tem sido capaz de inibir essa prática, em grande parte por falhas na aplicação das sanções e pela falta de políticas públicas voltadas à transformação cultural do eleitorado.

Diante dessa realidade, este artigo propõe uma abordagem sistêmica para o fortalecimento da integridade eleitoral no Brasil. Em vez de apostar exclusivamente no endurecimento penal, defende-se a adoção de medidas estruturais que incidem sobre os principais vetores de sustentação da compra de votos: a impunidade, a vulnerabilidade social dos eleitores, a convivência partidária e o desenho disfuncional dos instrumentos de financiamento político. Para tanto, são analisadas três frentes complementares: (i) a responsabilização do eleitor, considerando sua condição socioeconômica; (ii) a responsabilização institucional dos partidos políticos que se beneficiam dessa prática; e (iii) a reestruturação da lógica de distribuição do Fundo Partidário, conectando o financiamento público à qualidade da gestão e ao compromisso com o desenvolvimento.

Ao reconhecer a complexidade do fenômeno e suas raízes históricas, este artigo busca contribuir para o debate público e legislativo sobre como romper, de forma realista e eficaz, com a cultura da compra de votos que há décadas fragiliza a democracia brasileira.

Nos últimos anos, alguns projetos de lei foram protocolados na Câmara dos Deputados com o objetivo de coibir a compra de votos. No entanto, o número dessas propostas ainda é reduzido, e a maioria delas se limita a sugerir o aumento das penas para os envolvidos nessa prática.

Embora o endurecimento da punição seja um fator relevante no combate à compra de votos, essa abordagem isolada se mostra insuficiente diante da gravidade e da recorrência do problema. A legislação brasileira não pode ser considerada excessivamente branda, uma vez que o artigo 299 do Código Eleitoral prevê pena máxima de quatro anos de reclusão tanto para quem compra quanto para quem vende o voto. Contudo, essa sanção se revela desproporcionalmente leve, se comparada ao impacto devastador que a compra de votos exerce sobre a democracia brasileira, já fragilizada por um histórico de clientelismo e corrupção eleitoral sistêmica.

A captação ilícita de sufrágio no Brasil não é um fenômeno isolado, mas uma conduta estrutural e reiterada, enraizada na cultura política do país. Seus efeitos sobre a representatividade popular e a integridade das instituições democráticas são profundos e de difícil mensuração, uma vez que essa prática não

apenas compromete a legitimidade do processo eleitoral, mas também normaliza a troca de favores como critério de governabilidade, criando uma verdadeira cultura da compra de votos no Brasil.

Diante desse cenário, é imprescindível reconhecer que tanto aquele que compra quanto aquele que vende o voto se tornam inimigos da democracia, corroendo os princípios da soberania popular e da equidade no processo eleitoral. Portanto, a pena para essa infração deve ser compatível com a gravidade do crime cometido, assegurando não apenas a punição dos responsáveis, mas também um efeito dissuasório eficaz. Afinal, como bem ressalta Beccaria, a proporcionalidade da pena em relação ao delito é um princípio fundamental para a justiça e para a preservação da ordem social:

O interesse de todos não é somente que se cometam poucos crimes, mais ainda que os delitos mais funestos à sociedade sejam os mais raros. Os meios que a legislação emprega para impedir os crimes devem, pois, ser mais fortes à medida que o delito é mais contrário ao bem público e pode tornar-se mais comum. Deve, pois, haver uma proporção entre os delitos e as penas.

Se o prazer e a dor são os dois grandes motores dos seres sensíveis; se, entre os motivos que determinam os homens em todas as suas ações, o supremo Legislador colocou como os mais poderosos as recompensas e as penas; se dois crimes que atingem desigualmente a sociedade recebem o mesmo castigo, o homem inclinado ao crime, não tendo que temer uma pena maior para o crime mais monstruoso, decidir-se-á mais facilmente pelo delito que lhe seja mais vantajoso; e a distribuição desigual das penas produzirá a contradição, tão notória quando freqüente, de que as leis terão de punir os crimes que tiveram feito nascer. Se o prazer e a dor são os dois grandes motores dos seres sensíveis; se, entre os motivos que determinam os homens em todas as suas ações, o supremo Legislador colocou como os mais poderosos as recompensas e as penas; se dois crimes que atingem desigualmente a sociedade recebem o mesmo castigo, o homem inclinado ao crime, não tendo que temer uma pena maior para o crime mais monstruoso, decidir-se-á mais facilmente pelo delito que lhe seja mais vantajoso; e a distribuição desigual das penas produzirá a contradição, tão notória quando freqüente, de que as leis terão de punir os crimes que tiveram feito nascer¹.

Contudo, o próprio Beccaria também reconhece que o aumento da pena, por si só, não é suficiente para dirimir a prática delituosa, devendo a “certeza do castigo” cumprir esse papel:

¹ BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. Ebook Libris, 1764, p. 44.

Não é o rigor do suplício que previne os crimes com mais segurança, mas a certeza do castigo, o zelo vigilante do magistrado e essa severidade inflexível que só é uma virtude no juiz quando as leis são brandas. A perspectiva de um castigo moderado, mas inevitável causará sempre uma forte impressão mais forte do que o vago temor de um suplício terrível, em relação ao qual se apresenta alguma esperança de impunidade².

Infelizmente, pouco se discute no Legislativo sobre mecanismos eficazes para reduzir as impunidades dos infratores que incorrem no artigo 299 do Código Eleitoral. Diante dessa lacuna, este capítulo busca explorar alternativas que vão além do simples aumento de pena, visando romper com a cultura da compra de votos que há décadas se perpetua no Brasil.

RESPONSABILIZAÇÃO DO ELEITOR

Tradicionalmente, o enfoque no combate à compra de votos recai sobre o corruptor eleitoral – o candidato (ou cabo eleitoral) que oferece dinheiro, brindes, cargos ou outras vantagens para angariar votos. Entretanto, a corrupção eleitoral envolve duas pontas: quem compra e quem vende. Nesse sentido, discute-se a responsabilização do eleitor que aceita vender seu voto.

Do ponto de vista jurídico, tanto o comprador quanto o vendedor de votos cometem crime eleitoral. O artigo 299 do Código Eleitoral (Lei 4.737/65) prevê pena de até 4 anos de reclusão não só para o candidato que oferece vantagem em troca de votos, mas também para o eleitor que a recebe. Ou seja, desde 1965 a lei já tipifica a corrupção eleitoral passiva. Contudo, na prática, a punição do eleitor é rara e difícil. Antes da Lei 9.840/99, praticamente nenhum eleitor era penalizado – e mesmo candidatos dificilmente o eram, devido à morosidade dos processos³. Após 1999, a Justiça Eleitoral passou a focar na cassação dos mandatos dos políticos envolvidos, medida considerada mais efetiva para coibir a prática. O eleitor corrupto, por sua vez, continuou quase sempre impune, seja pela dificuldade de prova individualizada, seja por questões de política criminal (prioriza-se atingir o corruptor principal).

2 BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. Ebook Libris, 1764, p. 41-42.

3 SENADO FEDERAL. **Senado celebra dez anos da lei que cassa comprador de votos**. Senado Notícias, 25 set. 2009. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/09/25/senado-celebra-dez-anos-da-lei-que-cassa-comprador-de-votos>. Acesso em 03.03.2025.

O caráter preventivo da pena, ou seja, a pena enquanto ferramenta para desestimular a prática do delito por outros indivíduos, não pode ser negado. Em uma sociedade onde há ineficácia na aplicação da lei que proíbe determinada conduta, o caráter preventivo se perde, porque a ausência de punição gera a sensação de impunidade e, conseqüentemente, reforça a normalização do comportamento ilícito. Se um crime, por mais grave que seja, não resulta em sanções concretas, os indivíduos passam a enxergar a violação da norma como um risco aceitável, reduzindo sua eficácia como elemento de dissuasão.

O caráter preventivo da pena desdobra-se em dois aspectos (geral e especial), que se subdividem (positivo e negativo): a) geral negativo: significando o poder intimidativo que ela representa a toda a sociedade, destinatária da norma penal; b) geral positivo: demonstrando e reafirmando a existência e eficiência do direito penal; c) especial negativo: significando a intimidação ao autor do delito para que não torne a agir do mesmo modo, recolhendo-o ao cárcere, quando necessário; d) especial positivo: que é a proposta de ressocialização do condenado, para que volte ao convívio social, quando finalizada a pena ou quando, por benefícios, a liberdade seja antecipada⁴.

Além dos aspectos repressivos e preventivos das medidas a serem tomadas, deve-se mencionar a importância de medidas informativas, sobretudo de campanhas impulsionadas pela Justiça Eleitoral, reforçando ao eleitor a ilegalidade do ato de vender o voto.

No entanto, tais campanhas de conscientização precisam ir além de slogans genéricos e moralizantes como “voto não tem preço” e “valorizo minha cidade, não vendo meu voto”. Mensagens abstratas como essas, ainda que bem-intencionadas, têm se mostrado ineficazes para reduzir a incidência da compra de votos, pois não deixam claro que a venda de votos é um crime e que o eleitor pode e deve ser punido caso seja flagrado nessa prática. A mera tentativa de convencê-lo de que trocar seu voto por dinheiro ou favores prejudica a coletividade não é suficiente para alterar comportamentos enraizados em décadas de clientelismo. A mudança cultural necessária só ocorrerá se o eleitor souber que está sujeito à punição concreta e imediata, e não apenas a um apelo vago à sua consciência cívica.

4 NUCCI, Guilherme. **Código penal comentado**. 17. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 213.

Para que essa conscientização tenha impacto real, é essencial que o discurso institucional enfatize as consequências legais da compra e venda de votos, deixando claro que quem vende o voto está sujeito à mesma pena daquele que compra. O artigo 299 do Código Eleitoral não distingue a responsabilidade entre comprador e vendedor; ambos estão sujeitos a até quatro anos de reclusão e multa. Portanto, campanhas educativas eficazes precisam alertar o eleitor sobre essa penalidade de maneira direta, objetiva e amplamente divulgada no período eleitoral, especialmente nos veículos de comunicação de massa e nos canais mais acessíveis às camadas da população onde essa prática é mais recorrente.

Além disso, a punição efetiva de eleitores flagrados vendendo votos desempenha um papel crucial na redução dessa prática. Quando não há aplicação da pena, a legislação eleitoral perde seu caráter preventivo e passa a ser vista como letra morta, incentivando a continuidade da ilegalidade. Um eleitor que vê vizinhos, parentes ou conhecidos trocando votos por dinheiro e não sofrendo qualquer consequência tem poucos motivos para agir de maneira diferente. No entanto, se houver divulgação de casos reais de punição, demonstrando que o crime está sendo combatido de forma concreta, a percepção de risco tende a aumentar, o que pode levar a uma diminuição significativa na incidência da prática.

Apesar disso, é fundamental destacar que a aplicação das penas precisa levar em conta a condição socioeconômica dos envolvidos, observando a devida proporcionalidade. Ainda que comprador e vendedor sejam igualmente puníveis perante a lei, é necessário reconhecer que, frequentemente, o eleitor está em situação de vulnerabilidade social e econômica extrema, sendo mais suscetível às ofertas ilícitas feitas por políticos e intermediários em posição de poder econômico e político claramente superior.

Nesse sentido, embora a punição do eleitor não deva ser descartada, ela deve ser consideravelmente menos severa do que a aplicada ao candidato ou agente político que efetivamente compra o voto. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, o eleitor está em uma situação de hipossuficiência, sujeito à explo-

ração por parte daqueles que detêm recursos e influência suficientes para manipular seu comportamento eleitoral. Assim, enquanto a punição ao eleitor deve existir para evitar uma sensação generalizada de impunidade, ela precisa ser moderada e proporcional às circunstâncias concretas de cada caso.

Por outro lado, o agente político ou candidato, que possui maior capacidade financeira, poder político e influência social, deve receber uma pena significativamente mais severa. Sua conduta é mais grave, já que explora deliberadamente a vulnerabilidade do eleitor para benefício próprio, comprometendo a integridade do sistema democrático. Essa diferenciação nas penas, portanto, é essencial para assegurar não apenas a justiça na aplicação da lei penal, mas também para preservar a legitimidade das instituições, evitando punir excessivamente aqueles que, embora pratiquem condutas ilícitas, são muitas vezes vítimas da situação socioeconômica na qual se encontram inseridos.

A RESPONSABILIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS

A compra de votos não é um fenômeno isolado de candidatos individuais; ela frequentemente está inserida em um contexto partidário e estrutural. Em muitos casos, partidos políticos toleram ou mesmo incentivam informalmente práticas de clientelismo em redutos eleitorais, especialmente onde essa pode ser a chave para vitória. Isso gera um ciclo vicioso: candidatos corruptores são eleitos, seus partidos se beneficiam do resultado (aumento de representação, acesso a recursos públicos), e dificilmente há punição à legenda em si, o que não cria incentivos para os partidos coibirem tais ações internamente.

A legislação eleitoral brasileira já prevê mecanismos que tangenciam a responsabilidade das agremiações enquanto fiscalizadoras do processo eleitoral. O artigo 22 da Lei Complementar nº 64/1990 concede aos partidos políticos o poder de representar, perante a Justiça eleitoral, o abuso do poder econômico de candidatos.

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios

e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito⁵.

No entanto, essa norma geralmente se aplica contra concorrentes infratores. Ou seja, espera-se que partidos atuem como fiscais do processo eleitoral, denunciando irregularidades de adversários. Contudo, quando a irregularidade parte de seus próprios quadros, raramente há sanções internas efetivas.

Em termos de responsabilização jurídica do partido, existe uma lacuna: partidos políticos não são sujeitos de direito penal eleitoral – não há como condenar criminalmente uma pessoa jurídica partidária por compra de votos. Diferentemente de empresas (que podem responder por crimes ambientais, por exemplo), partidos não têm responsabilidade penal prevista nesse âmbito. Administrativamente, entretanto, pode-se vislumbrar a possibilidade de sanções financeiras e políticas às legendas envolvidas.

A única instância em que a legislação, de alguma forma, pune o partido político por compra de votos, é no caso de cassação do mandato do parlamentar que incorreu em captação ilícita de sufrágio. Nesse caso, o partido é afetado, pois o diploma cassado implica na perda da vaga que a legenda conquistou naquela eleição. Todavia, esses casos são raros, e não se trata de um risco suficiente para que os partidos coíbam a prática de compra de votos por parte de seus quadros de forma incisiva.

Considerando haver um estímulo financeiro para que partidos tolerem ou até mesmo estimulem a prática da compra de votos por parte de seus candidatos, conforme suscitado no capítulo “2.3. Limitações do sistema atual e a cultura da compra de votos”, é necessária a aplicação de sanções administrativas e financeiras, como a suspensão de cotas do Fundo Partidário ou do Fundo Eleitoral, caso se comprove que a legenda, como pessoa jurídica, beneficiou-se sistematicamente da compra de votos.

5 BRASIL. **Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990**. Estabelece, de acordo com o artigo 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 maio 1990

Quebrar estímulo atua à compra de votos pode exigir outras inovações legislativas: por exemplo, tornar a reincidência em captação ilícita um fator de punição partidária, ou prever que partidos com alto número de membros cassados por corrupção eleitoral sofram restrições (como ficar inelegíveis para aquela circunscrição por um ciclo, ou perder o registro se for comprovado envolvimento institucional). Tais medidas seriam drásticas e certamente enfrentariam questionamentos, mas ilustram possíveis caminhos.

Independentemente de mudanças formais, os partidos têm um papel crucial: autopolicimento. Espera-se que legendas sérias filtrem seus candidatos, ofereçam treinamento ético e repudiem práticas de compra de votos. O aperfeiçoamento da democracia interna dos partidos e a valorização de candidaturas ficha-limpa podem ajudar a prevenir a ocorrência desses delitos.

REESTRUTURAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO

A cultura política brasileira está profundamente marcada pelo patrimonialismo. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, descreve o Brasil como uma sociedade onde as relações pessoais prevalecem sobre as instituições impessoais, criando um ambiente político no qual a lealdade e o favor substituem o contrato social e o interesse público.

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal⁶.

Já Raymundo Faoro considera que o Estado brasileiro nunca se estruturou segundo os princípios liberais, funcionando, na prática, como um instrumento de manutenção das elites burocráticas, que tratam os recursos públicos como patrimônio privado.

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras. 2015, p. 227.

compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi⁷.

Conclui-se, portanto, que a tentativa de adaptação ao modelo liberal fracassou porque ignorou a base cultural brasileira. Em vez de moldarmos as instituições para operar dentro da realidade política do Brasil, adotou-se um modelo impessoal e burocrático que contrasta diretamente com as expectativas da sociedade. Como resultado, temos um sistema disfuncional: a população espera um Estado protetor e próximo, mas recebe uma máquina fria e ineficiente; os políticos por sua vez, operam dentro dessa lógica patrimonialista, mas sem responsabilidade institucional por suas ações.

Se visamos reformar a política brasileira de maneira eficaz, não se pode simplesmente impor uma racionalidade liberal sobre um país que historicamente opera sobre outras premissas. Em vez disso, é necessário criar incentivos que funcionem dentro da estrutura patrimonialista, mas que direcionem essa lógica para fortalecer o Estado e não para perpetuar a corrupção.

Sendo assim, a lógica atual de alocação do Fundo Partidário, liberal e impessoal, pois se baseia em um critério objetivo e quantitativo — a representação dos partidos na Câmara dos Deputados —, quando combinada à lógica patrimonialista da política brasileira, estimula distorções no sistema eleitoral e favorece práticas de captação ilícita de sufrágio. Ao premiar exclusivamente o número de cadeiras conquistadas, sem qualquer consideração sobre a lisura dos meios utilizados para obtê-las, o modelo vigente incentiva partidos a maximizar seu poder a qualquer custo, recorrendo à compra de votos, ao uso indevido de recursos públicos e à instrumentalização da máquina estatal.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, argumenta que a experiência liberal é incompatível com a formação política nacional, pois o Brasil herdou um sistema patrimonialista, patriarcal e informal, enquanto o liberalismo pressupõe impessoalidade, contrato social e regras gerais aplicáveis a todos.

⁷ FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Companhia das Letras. 2015, p. 1129.

De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das ideias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos⁸.

O resultado disso foi um sistema híbrido que uniu o pior dos dois mundos: um Estado impessoal e burocrático, que não atende às demandas personalistas da população, mas que, ao mesmo tempo, permite que políticos se valham do patrimonialismo para fins eleitorais. Como consequência, as relações políticas ainda operam dentro de uma lógica de favor e dependência, onde a barganha de votos por recursos públicos permanece uma constante.

Portanto, em vez de simplesmente tentar erradicar o patrimonialismo – algo inviável a curto prazo –, é mais estratégico redirecioná-lo para favorecer boas práticas administrativas. Isso significa que a alocação de recursos deve ser condicionada à entrega de resultados concretos. Se os políticos buscam mais recursos para seus partidos, que eles só possam alcançar esses objetivos caso administrem bem suas cidades e estados.

Raymundo Faoro descreve a elite política brasileira como um grupo que opera o Estado como uma empresa privada⁹, utilizando os recursos públicos para maximizar sua própria influência. Se essa é a lógica dentro da qual a política brasileira opera, então o modelo de repasses deve ser reformulado para que essa maximização de ganhos ocorra dentro de regras que beneficiem a socieda-

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. 2015, p. 251.

⁹ FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Companhia das Letras. 2015, p. 686.

de como um todo.

O primeiro passo para superar essa dualidade, então, não é lutar contra nossa essência, mas criar mecanismos de incentivo que estejam em sintonia com ela. Para construir um Estado que seja realmente funcional no Brasil, é preciso reconhecer a centralidade das redes de influência e das relações pessoais, e não descartá-las como resquícios de uma prática arcaica. Essas relações podem ser, na verdade, capitalizadas de forma a servir ao bem comum, se forem incentivadas dentro de parâmetros que promovam a responsabilidade, a prestação de contas e a transparência. Em vez de projetar uma realidade distante que aliena o cidadão comum, o modelo de governança deveria ser estruturado para respeitar o vínculo direto que existe entre as figuras públicas e suas comunidades. Incentivar que esses vínculos sejam usados em prol de um senso comunitário orgânico pode ser um caminho para alcançar um equilíbrio mais natural entre as estruturas de poder e a cultura política¹⁰.

O Brasil tem mais de 5.570 municípios, muitos deles criados por razões meramente eleitorais, sem qualquer viabilidade econômica. Um número significativo dessas cidades sobrevive exclusivamente de repasses federais e estaduais, criando um incentivo estrutural para que esses municípios não busquem o desenvolvimento econômico, pois sua dependência garante a perpetuação de grupos políticos locais no poder. Na verdade, 2.698 cidades, ou seja, quase metade, têm 90% ou mais da receita vinda de repasses da União, Estados e instituições públicas.¹¹

Uma possível solução para esse problema seria condicionar os repasses federais ao cumprimento de metas de desenvolvimento. Municípios que não conseguirem melhorar indicadores sociais e administrativos dentro de um prazo determinado passariam por auditorias da União, e, em casos de estagnação prolongada, poderiam ter seus repasses reduzidos ou até mesmo passar por processos de fusão com outros municípios.

Na mesma lógica, os recursos do Fundo Partidário poderiam ser alocados de forma proporcional ao desempenho dos partidos na administração pública, incentivando práticas mais responsáveis e alinhadas ao interesse coletivo.

10 LIMA, Orlando. A Estrada de Ferro do Patrimonialismo: subvertendo o consenso e compreendendo a política brasileira. **Valete**, edição 23, p. 34-39, novembro de 2024.

11 MALI, Tiago. “Quase metade das cidades brasileiras dependem 90% ou mais de repasses.” Poder360, 18 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/quase-metade-das-cidades-brasileiras-dependem-90-ou-mais-de-repasses/>. Acesso em 04.03.2025

Em vez de simplesmente distribuir os valores com base na representatividade parlamentar, o fundo poderia levar em consideração indicadores objetivos, como melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), saneamento básico, alfabetização, transparência na gestão fiscal e eficiência na execução de políticas públicas.

Com isso, partidos cujos gestores demonstrassem maior compromisso com o desenvolvimento socioeconômico das cidades que governam receberiam maior volume de recursos, enquanto aqueles que mantivessem administrações ineficientes ou envolvidas em escândalos de corrupção poderiam ter seu financiamento reduzido. Esse modelo não apenas desestimularia o clientelismo eleitoral e a compra de votos, mas também criaria um incentivo direto para que os partidos busquem entregar melhores resultados à população, promovendo uma cultura de gestão pública orientada por desempenho e responsabilidade.

Além disso, essa nova lógica de financiamento alinharia os interesses políticos à necessidade de desenvolvimento do país, transformando o Fundo Partidário em um instrumento de indução de boas práticas administrativas, em vez de simplesmente reforçar a perpetuação de grupos políticos que se beneficiam de práticas ilícitas. Assim, o financiamento público dos partidos deixaria de ser apenas um prêmio eleitoral e passaria a ser um mecanismo de fomento à governança eficiente, reduzindo o espaço para estratégias de manutenção de poder baseadas no uso indevido de recursos públicos.

Para que esse modelo seja justo e realmente eficiente, é fundamental que a distribuição dos recursos do Fundo Partidário leve em consideração não apenas a situação atual dos municípios governados por cada partido, mas principalmente a evolução comparativa dos indicadores sociais e econômicos durante os mandatos. Isso evitaria injustiças, como premiar sistematicamente partidos que administram municípios já beneficiados por altos índices de desenvolvimento humano, saúde ou educação, prejudicando aqueles que enfrentam contextos iniciais mais desfavoráveis.

Sem essa análise comparativa entre os resultados alcançados ao longo de um mandato e a situação encontrada no início da gestão, corre-se o risco de aprofundar desigualdades, já que municípios com melhores condições prévias

continuariam recebendo mais recursos, ampliando uma desproporcionalidade injustificada na distribuição do Fundo Partidário.

Dessa forma, seria mais justo considerar o progresso efetivo obtido pelos partidos durante suas administrações, valorizando especialmente aqueles que, apesar de contextos desafiadores, conseguiram promover avanços concretos em seus indicadores socioeconômicos. Esse modelo criaria incentivos reais e equitativos para melhorar a gestão pública, assegurando que recursos sejam destinados justamente aos que demonstram maior competência e compromisso com a melhoria das condições de vida da população.

O combate à compra de votos no Brasil exige mais do que endurecimento penal ou campanhas educativas moralizantes. Trata-se de uma prática de raízes profundas, sustentada por estruturas históricas de clientelismo, patrimonialismo e desigualdade social. Enfrentá-la com eficácia demanda uma abordagem multifacetada, que reconheça o problema como fenômeno sistêmico e promova reformas estruturais capazes de alterar os incentivos que alimentam a corrupção eleitoral.

Ao longo deste artigo, foram apresentadas propostas que buscam justamente atacar os principais núcleos de reprodução dessa prática: a impunidade dos eleitores e candidatos, a omissão — e por vezes conivência — dos partidos políticos, e a lógica perversa de financiamento público baseada exclusivamente na representatividade parlamentar. Medidas como a responsabilização proporcional do eleitor, a sanção administrativa às legendas que se beneficiam da fraude e a redistribuição dos fundos partidários com base em desempenho e compromisso com o interesse público representam passos decisivos rumo à consolidação de um sistema eleitoral mais justo, transparente e funcional.

A integridade eleitoral não pode ser tratada como valor acessório dentro de uma democracia. Ela é a própria condição de existência de um regime que se pretenda representativo e legítimo. Nesse sentido, fortalecer os mecanismos institucionais contra a compra de votos significa fortalecer a própria democracia brasileira, garantindo que a soberania popular se exerça com liberdade, dignidade e autenticidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Ebook Libris, 1764, p 41-44.

BRASIL. **Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990**. Estabelece, de acordo com o artigo 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 maio 1990

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Companhia das Letras. 2015, p. 686 e p. 1129.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras. 2015, p. 227 e p. 251

LIMA, Orlando. A Estrada de Ferro do Patrimonialismo: subvertendo o consenso e compreendendo a política brasileira. **Valete**, edição 23, p. 34-39, novembro de 2024.

MALI, Tiago. “**Quase metade das cidades brasileiras dependem 90% ou mais de repasses.**” Poder360, 18 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/quase-metade-das-cidades-brasileiras-dependem-90-ou-mais-de-repasses/>. Acesso em 04.03.2025

NUCCI, Guilherme. **Código penal comentado**. 17. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 213.

SENADO FEDERAL. **Senado celebra dez anos da lei que cassa comprador de votos**. Senado Notícias, 25 set. 2009. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/09/25/senado-celebra-dez-anos-da-lei-que-cassa-comprador-de-votos>. Acesso em 03.03.2025.

CAPÍTULO 9

AVALIAÇÃO FORMATIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PERUANA: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ACADÊMICAS

William Enrique Huanca Solis
Roxana Maritza Orellana Salazar
Merardo Americo Osorio Canturin
Jose Gonzalo Ordoñez Speziani
Vilma Hermelinda Munive Orrego
Doi: 10.48209/978-65-5417-460-9

INTRODUÇÃO

A avaliação formativa consolidou-se nos últimos anos como um componente essencial do processo educativo no Peru, ao oferecer feedback contínuo e oportuno que permite aos estudantes identificar seus pontos fortes e áreas de melhoria, ajustando suas estratégias de aprendizagem com base em evidências concretas (ACKERMANS et al., 2021). Essa abordagem, entendida como um ciclo dinâmico de avaliação–instrução–avaliação, transcende a mera atribuição de notas para se tornar um mecanismo de autorregulação e coavaliação, favorecendo o desenvolvimento de competências cognitivas, procedimentais e atitudinais. Pesquisas internacionais demonstraram que estruturas de avaliação formativa orientadas ao processo de aprendizagem promovem a construção de conhecimentos conceituais e a automatização de esquemas cognitivos, bem como o domínio e a transferência de habilidades complexas, sem aumentar a carga cognitiva intrínseca dos alunos (XU et al., 2023).

No âmbito latino-americano, estudos recentes evidenciaram a influência significativa da avaliação formativa na conquista de competências científicas e tecnológicas, mostrando incrementos substanciais nos resultados acadêmicos dos estudantes e elevadas proporções de variância explicada por práticas for-

mativas integrais (BELLIDO-GARCÍA et al., 2024). Esses achados coincidem com as diretrizes da Comissão Europeia, que em 2022 enfatizou a necessidade de integrar estratégias de avaliação adaptativas e centradas no estudante para promover uma aprendizagem mais profunda e responsável (EUROPEAN COMMISSION, 2022).

Apesar desse crescente corpo de evidências, persistem perguntas sobre a magnitude e os mecanismos pelos quais cada dimensão da avaliação formativa (feedback, avaliação contínua e participação ativa) contribui para o desenvolvimento de competências específicas em contextos universitários. Em particular, é necessário determinar como essas práticas impactam nas competências procedimentais, que requerem a articulação de conhecimentos e destrezas em tarefas concretas, bem como nas competências atitudinais, vinculadas ao comprometimento e à ética profissional. Além disso, a heterogeneidade de modelos pedagógicos e a variabilidade na formação docente representam desafios adicionais para a implementação eficaz da avaliação formativa em sala de aula.

Frente a essa situação, o presente estudo tem como objetivo geral determinar a influência da avaliação formativa na obtenção de competências acadêmicas em universidades peruanas, desmembrando essa influência em suas dimensões principais. Ao aprofundar essas relações, busca-se fornecer evidências empíricas que orientem a adoção de práticas avaliativas mais eficazes e contextualizadas, fortalecendo assim a qualidade da formação universitária no país.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da avaliação formativa como estratégia essencial na formação acadêmica consolidou-se como um componente estratégico para otimização dos processos de ensino e aprendizagem no âmbito do ensino superior no Peru. A avaliação formativa articula-se por meio de práticas sistemáticas de feedback, cujo fundamento reside na provisão de informações precisas e oportunas sobre o progresso do estudante, permitindo ajustes pedagógicos imediatos e a personalização das atividades de aprendizagem. Nesse contexto, o

feedback transcende a mera correção de erros e configura-se como um diálogo construtivo entre estudantes e docentes na construção compartilhada do conhecimento, fortalecendo tanto a autoconfiança quanto a capacidade de autorregulação dos discentes.

A incorporação de estratégias de feedback formativo demonstrou impactos positivos significativos no desenvolvimento de competências cognitivas, especialmente em disciplinas de caráter conceitual e procedimental. Diversos estudos indicam que a formulação de perguntas reflexivas e a entrega de comentários qualitativos estimulam processos metacognitivos, levando os estudantes a revisar hipóteses e consolidar a compreensão de conteúdos complexos de forma autônoma. Essa abordagem dinamiza o ciclo de ensino-aprendizagem, ampliando a função avaliativa além da simples medição de resultados e promovendo a construção de saberes intrínsecos ao próprio processo formativo.

Paralelamente, a avaliação contínua surge como prática complementar à formativa, caracterizada pela distribuição uniforme de instrumentos avaliativos ao longo do percurso acadêmico. Essa modalidade facilita a medição gradual de competências procedimentais, possibilitando que os estudantes identifiquem lacunas de aprendizagem em tempo real e ajustem suas estratégias de estudo de modo iterativo. A literatura indica que a frequência de atividades diversificadas, como questionários online, estudos de caso e projetos colaborativos, reforça a consolidação de habilidades práticas, gerando uma curva de aprendizagem mais estável e sustentada. Além disso, a avaliação contínua confere transparência ao processo educativo, ao explicitar critérios de sucesso e expectativas de desempenho desde fases iniciais.

A participação ativa dos estudantes, entendida como o envolvimento em processos de autoavaliação e coavaliação, reconhece-se como fator determinante no desenvolvimento de competências atitudinais, tais como responsabilidade, autonomia e ética acadêmica. Quando os estudantes assumem a tarefa de refletir criticamente sobre seu próprio desempenho e oferecer feedback a seus pares, fomenta-se um ambiente colaborativo que fortalece as relações interpessoais e promove valores essenciais para o exercício profissional futuro. Nesse sentido, a autoavaliação estimula a consciência metacognitiva, enquanto

a coavaliação favorece competências comunicativas e empáticas, consolidando atitudes proativas e reflexivas.

No contexto peruano, a implementação de diretrizes educacionais voltadas à avaliação formativa, em conformidade com normas oficiais, impulsionou esforços para integrar essas práticas nos currículos universitários. Todavia, persistem desafios, especialmente no que tange à formação docente e à resistência cultural frente a modelos avaliativos que exigem maior interação e acompanhamento personalizado. A falta de programas de desenvolvimento profissional focados em metodologias formativas limita a adoção plena dessas estratégias, sendo necessária a capacitação contínua e a implantação de plataformas digitais que suportem o registro e análise de evidências de aprendizagem.

Ademais, a adoção de plataformas tecnológicas mostrou-se catalisadora para a operacionalização da avaliação formativa em contextos híbridos e de educação a distância. Sistemas de gestão de aprendizagem e ferramentas adaptativas permitem a coleta de dados em tempo real sobre o nível de engajamento dos estudantes, facilitando a detecção de padrões de comportamento e a oferta de intervenções precisas. Pesquisas recentes destacam que a integração de painéis de controle e relatórios analíticos em ambientes virtuais de aprendizagem potencializa a personalização das ações pedagógicas e melhora a eficácia do feedback formativo, especialmente em turmas numerosas que dificultam a atenção individualizada.

A literatura acadêmica também enfatiza a necessidade de alinhar a avaliação formativa a abordagens construtivistas, nas quais o estudante assume papel protagonista na construção compartilhada do conhecimento. Nessa perspectiva, o docente atua como mediador, propondo desafios que estimulam o pensamento crítico e a resolução de problemas reais. Esse paradigma de avaliação incentiva a aprendizagem ativa, na qual a reflexão sobre a experiência formativa torna-se motor para o desenvolvimento de habilidades complexas, como resolução de controvérsias, criatividade e tomada de decisões. Ao incorporar atividades autênticas e contextualizadas, a avaliação formativa confere significado às tarefas, conectando teoria e prática de modo fluido.

Outro aspecto relevante refere-se à articulação entre avaliação formativa e sumativa: quando ambas se integram de maneira coerente, favorecem uma compreensão holística da competência, pois o acúmulo de evidências ao longo do processo formativo sustenta a certificação final. A sinergia entre essas dimensões avaliativas contribui para validar os aprendizados, assegurando que a certificação reflita não apenas o domínio de conteúdos, mas também a aplicação prática e a postura profissional do estudante. Esse modelo híbrido fortalece a cultura avaliativa como instrumento de melhoria contínua, e não apenas como requisito de fechamento do curso.

No âmbito das políticas institucionais, a utilização de instrumentos padronizados, como rubricas formativas, identifica-se como estratégia eficaz para uniformizar critérios e clarificar expectativas de desempenho. As rubricas descrevem níveis de competência de forma objetiva e transparente, facilitando um feedback homogêneo e a auditoria das práticas avaliativas. Experiências documentadas mostram que rubricas formativas mitigam discrepâncias interpretativas entre avaliadores, promovendo equidade e confiança no processo. Além disso, a participação dos estudantes em sua elaboração amplia suas habilidades de avaliação crítica.

Do mesmo modo, a gestão dos dados gerados pela avaliação formativa requer sistemas robustos para registro, análise e geração de relatórios. Ferramentas de learning analytics possibilitam a criação de relatórios detalhados sobre o progresso individual e coletivo, apoiando a tomada de decisões pedagógicas e o planejamento de intervenções específicas. Estudos recentes indicam que a visualização de dados por meio de gráficos e mapas de calor auxilia docentes e coordenadores a monitorar tendências, identificar grupos em risco e realocar recursos para apoiar subgrupos com desempenho inferior ao esperado. A incorporação de learning analytics amplia, assim, o alcance da avaliação formativa, transformando dados brutos em informação acionável.

Em termos de perspectivas futuras, o fortalecimento de redes colaborativas de docentes para troca de boas práticas formativas emerge como estratégia promissora. Ambientes virtuais de prática docente e comunidades profissionais de aprendizagem permitem compartilhar instrumentos, experiências e resulta-

dos, fomentando a cultura da avaliação formativa como prática coletiva e reflexiva. A colaboração interinstitucional torna-se fundamental para consolidar padrões de qualidade e estimular a geração de conhecimento contextualizado sobre avaliação formativa no Peru.

Por fim, é imperativo que as iniciativas de avaliação formativa sejam acompanhadas de estudos de impacto que analisem suas contribuições ao desenvolvimento de competências complexas e à empregabilidade dos graduados. Pesquisas longitudinalmente vinculando dados de desempenho acadêmico às trajetórias profissionais podem revelar correlações entre práticas formativas e sucesso no mercado de trabalho, orientando políticas educacionais e aprimorando metodologias avaliativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 150 sujeitos. Os resultados descritivos indicaram que a percepção acerca da influência da avaliação formativa no desenvolvimento de competências acadêmicas é majoritariamente positiva, com 85 % dos participantes posicionando essa influência em níveis altos. Ao aprofundar nas dimensões da avaliação formativa, observou-se que o feedback foi considerado elevado em 78 % das respostas. A avaliação contínua foi avaliada como alta por 88 % dos respondentes. Por fim, a participação ativa dos estudantes nos processos de avaliação formativa obteve avaliações elevadas em 78 % dos casos.

No tratamento inferencial, a regressão logística ordinal aplicada ao modelo geral apresentou um Nagelkerke R^2 de 0,896, indicando que a avaliação formativa explica 89,6 % da variância observada no desenvolvimento de competências acadêmicas ($p < 0,001$).

Quando analisadas individualmente, as dimensões apresentaram os seguintes R^2 de Nagelkerke: feedback 0,631 ($p < 0,001$), avaliação contínua 0,410 ($p = 0,008$) e participação ativa 0,780 ($p < 0,001$). Tais resultados apontam respectivamente influências moderada, baixa e alta nas competências cognitivas, procedimentais e atitudinais.

Os coeficientes de correlação entre o acompanhamento docente e o desenvolvimento de competências procedimentais foi de 0,630, e de 0,578 para competências atitudinais, ambos caracterizando correlação moderada.

A comparação desses coeficientes evidencia que, embora feedback e participação ativa sejam componentes de alto impacto, a avaliação contínua exerce efeito mais limitado. Esse contraste sugere que, para otimizar o desenvolvimento de competências, as instituições devem priorizar mecanismos eficazes de feedback e fomentar espaços de interação em que o estudante seja protagonista de seu processo formativo.

CONCLUSÃO

A avaliação formativa consolidou-se como elemento indispensável ao fortalecimento de habilidades acadêmicas no contexto peruano, evidenciando sua capacidade de explicar 89,6 % da variabilidade nos resultados de aprendizagem. Os processos de feedback contínuo, em ambientes presenciais e virtuais, demonstraram impacto significativo na autorregulação dos estudantes, ao incentivar reflexão metacognitiva e autonomia na construção do conhecimento. Ademais, o acompanhamento docente correlacionou-se positivamente com o desenvolvimento de competências procedimentais e atitudinais, com coeficientes de correlação moderados (0,630 e 0,578, respectivamente), reforçando a necessidade de otimizar mecanismos de monitoramento e atividades de coavaliação.

O estudo alinha-se à perspectiva construtivista, enfatizando a avaliação contínua como ferramenta para identificação precoce de lacunas de aprendizagem e oferta de intervenções adequadas. A coavaliação e a autoavaliação mostraram-se contribuintes ao desenvolvimento de competências atitudinais, promovendo compromisso e responsabilidade no alcance de objetivos acadêmicos. A adoção de rubricas detalhadas e guias de observação padronizados revela-se recomendável para articular a avaliação formativa com resultados esperados, garantindo transparência e equidade na valoração.

Dessa forma, recomenda-se que instituições peruanas adotem políticas que integrem a avaliação formativa aos padrões nacionais de qualidade educacional, incluindo programas de formação docente e marcos regulatórios que assegurem a sustentabilidade dessas práticas. Por fim, futuras pesquisas devem explorar a influência de variáveis contextuais e disciplinares na efetividade da avaliação formativa, ampliando seu escopo a ambientes híbridos e modalidades a distância.

REFERÊNCIAS

ACKERMANS, B.; ROOTS, H.; SMET, E. A. Formative assessment in education: a systematic review. *Journal of Educational Research*, New York, v. 114, n. 2, p. 123–145, 2021.

ARMAS-REBAZA, C. Acompanhamento docente e desenvolvimento de competências: reflexões a partir de práticas formativas. *Anais do Congresso Internacional de Educação*, Lima, p. 45–58, 2024.

BELLIDO-GARCÍA, J.; SÁNCHEZ-TEJADA, M. F.; LÓPEZ-CASTRO, C.; RODRÍGUEZ-VÁSQUEZ, A. Influence of formative assessment on scientific and technological competencies in Latin American higher education. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madrid, v. 79, n. 4, p. 201–220, 2024.

CARLESS, D. *Effective feedback in higher education*. London: Routledge, 2021.

CRUZADO, S. Variabilidade explicada pela avaliação formativa nos resultados de aprendizagem: estudo de caso em universidades peruanas. 2022. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidad Nacional del Centro del Perú, Huancayo, 2022.

EUROPEAN COMMISSION. *Report on adaptive and student-centred assessment strategies*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2022.

FALCÓN, J.; SOTO, P.; VÁSQUEZ, O. et al. Plataformas digitais para registro e análise de evidências de aprendizagem: perspectivas para avaliação formativa. *Journal of Educational Technology*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 10–25, 2021.

GONZÁLEZ, R.; MOLINA, P. Feedback contínuo e aquisição de competências em contextos de educação superior no Peru. *Revista Peruana de Educación Superior*, Lima, v. 10, n. 1, p. 50–68, 2022.

HERRERA, M.; SALINAS, E. Participação ativa em processos de coavaliação: efeitos sobre competências atitudinais. *Educación y Desarrollo*, Bogotá, v. 12, n. 2, p. 34–48, 2024.

LAZO GRANADOS, R. Reflexão metacognitiva e autonomia na construção do conhecimento: contribuições da avaliação formativa. 2023. 142 f. Dissertação (Mestrado em Metodologia de Ensino) – Universidad Continental, Huancaayo, 2023.

MORALES, L.; CUELLAR, A. Frequency of micro-assessments and development of procedural skills: evidence from Peruvian universities. *Revista Latinoamericana de Estudios Educativos*, Santiago, v. 28, n. 2, p. 78–92, 2022.

PANADERO, E.; BROADBENT, N. Self-regulated learning and formative feedback: a meta-analysis. *Learning and Instruction*, Amsterdam, v. 72, p. 101–115, 2022.

PÉREZ, L.; MUÑOZ, J. Design of clear and constructive feedback comments in higher education. *Formación Universitaria*, Bogotá, v. 14, n. 4, p. 67–80, 2022.

PIZARRO MARCHÁN, D. Rubricas formativas: superando as limitações das práticas tradicionais de avaliação. *Revista de Políticas Educativas*, Lima, v. 5, n. 1, p. 15–29, 2024.

REYES, J.; DÍAZ, A. Feedback oportuno e melhora da autoeficácia estudantil. *Ensayos Pedagógicos*, Quito, v. 15, n. 3, p. 95–110, 2023.

XU, L.; ZHANG, W.; QI, F. Impact of formative assessment frameworks on conceptual learning and cognitive load. *Educational Psychology Review*, Berlin, v. 35, n. 1, p. 45–67, 2023.

CAPÍTULO 10

COMPETÊNCIAS DIGITAIS E AVALIAÇÃO DO PLANO DE ESTUDOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PERUANAS

William Enrique Huanca Solis
Roxana Maritza Orellana Salazar
Merardo Americo Osorio Canturin
Jose Gonzalo Ordoñez Speziani
Vilma Hermelinda Munive Orrego
Doi: 10.48209/978-65-5417-460-A

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a digitalização transformou profundamente os processos educacionais, exigindo o desenvolvimento de competências digitais tanto em docentes quanto em estudantes para enfrentar os desafios de um ambiente cada vez mais interconectado. Segundo Vásquez-Peñañiel, Núñez e Cuestas-Casas (2021), a aquisição dessas competências é crucial para gerir eficazmente as plataformas de aprendizagem on-line, garantir a qualidade do ensino remoto e promover a inovação pedagógica. A pandemia de COVID-19 acelerou essa transformação, revelando deficiências significativas em infraestrutura tecnológica e habilidades digitais em muitas instituições da região. Um relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (2021) ressaltou que a maioria das universidades latino-americanas carecia de uma estratégia integral de transformação digital, com impacto na equidade de acesso e na experiência de aprendizagem.

No contexto peruano, o Governo define competências digitais como o conjunto de conhecimentos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias para utilizar as tecnologias de informação e comunicação de forma segura e eficiente, considerando-as essenciais para a inclusão social e o aprendizado

autônomo. A produção acadêmica sobre o tema cresceu entre 2016 e 2021, embora com distribuição desigual segundo o país e o tipo de universidade. Uma análise bibliométrica de Prada-Núñez et al. (2022) identificou aumento de estudos sobre competências digitais em estudantes universitários latino-americanos, destacando a necessidade de formação contínua e a avaliação de lacunas entre instituições públicas e privadas.

A competência digital do docente tem recebido atenção especial, pois influencia a eficácia de metodologias ativas e o uso de ambientes virtuais colaborativos. Cabero-Almenara et al. (2023) demonstraram que o nível intermediário de competência digital reportado por mais de seis mil professores latino-americanos, medido pelo quadro DigCompEdu, poderia ser elevado por meio de planos de formação específicos e políticas institucionais robustas. Essa evidência sustenta a necessidade de articular o design curricular às demandas tecnológicas do século XXI, incorporando competências digitais em disciplinas transversais e promovendo a literacia informacional como eixo do processo formativo.

No âmbito curricular, entende-se o plano de estudos como o esquema que organiza disciplinas, sequências didáticas e experiências de aprendizagem para alcançar um perfil de egresso alinhado às exigências sociais. De la Cruz, Huapaya e Shiguay-Guisado (2022) afirmam que um currículo por competências deve ser flexível e responder às necessidades tecnológicas emergentes, incluindo módulos dedicados à cidadania digital, segurança on-line e ética da informação. Para fechar a lacuna entre objetivos curriculares e realidade digital, é imprescindível revisar a grade curricular, definir indicadores claros de avaliação e elaborar rubricas que permitam medir o desenvolvimento de habilidades tecnológicas e sua transferência ao contexto profissional.

A evidência atual sugere que, ao fortalecer as competências digitais e integrá-las ao plano de estudos, as instituições podem melhorar a qualidade educacional e a empregabilidade de seus egressos, contribuindo para o desenvolvimento do Peru na era digital.

DESENVOLVIMENTO

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem quantitativa, não experimental e de corte transversal, com o propósito de examinar a relação entre competências digitais e percepção de adequação do plano de estudos no contexto educacional peruano. Adotou-se como referência teórica o Marco Europeu de Competências Digitais para Cidadãos (DigComp 2.2), que define cinco dimensões essenciais: alfabetização informacional, comunicação e colaboração, criação de conteúdo digital, segurança e cidadania digital (COMMISSION EUROPEAN, 2021). Esse quadro forneceu a base conceitual para operacionalizar o construto “competências digitais” e orientar a elaboração dos itens do questionário, garantindo que cada dimensão fosse claramente delimitada e medida de forma coerente.

A população-alvo do estudo foi composta por estudantes dos últimos ciclos de uma instituição de educação superior privada no Peru, totalizando 45 participantes. Como a população era inferior a 100 indivíduos, optou-se por amostragem censitária, conforme recomendam Creswell (2021) e Nwabuko e Iwu (2024) para estudos com populações reduzidas. O instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário estruturado com escalas Likert de cinco pontos, validado por juízo de especialistas e ajustado estatisticamente via coeficiente alfa de Cronbach, obtendo-se valor de 0,87 para cada dimensão, o que indica consistência interna aceitável (MOREIRA-CHOEZ et al., 2024).

Antes da aplicação definitiva, realizou-se uma fase piloto com 15 participantes para avaliar a clareza semântica e a adequação cultural dos itens. Nesse estágio, identificaram-se termos ambíguos para os estudantes, levando a ajustes conforme recomendações de Medina Esquivel, Sernaqué-Miranda e Sandoval Vargas (2023) sobre adaptação de instrumentos em contextos latino-americanos. As modificações melhoraram a compreensibilidade e reduziram vieses de interpretação, assegurando que todas as perguntas fossem interpretadas de maneira uniforme.

Para o tratamento de dados utilizou-se o software estatístico SPSS versão 27. Inicialmente, realizou-se análise descritiva das variáveis — médias,

desvios-padrão e frequências — para caracterizar o nível de competências digitais e a percepção do plano de estudos. Em seguida, testou-se a normalidade das distribuições pelo teste de Kolmogorov-Smirnov, que indicou ausência de normalidade, justificando a aplicação do coeficiente de correlação de Spearman para avaliar a associação entre dimensões de competências digitais e a percepção curricular (GUTIÉRREZ-AGUILAR; RODRÍGUEZ; TORRES, 2023).

Os resultados apontaram correlação positiva significativa de magnitude média ($\rho = 0,712$; $p < 0,001$) entre a competência digital global e a avaliação do plano de estudos, confirmando a hipótese de estreita relação entre os construtos. Ao detalhar cada dimensão, a alfabetização informacional apresentou correlação média ($\rho = 0,641$; $p < 0,001$), em linha com estudos que enfatizam a importância de habilidades de busca e avaliação de informação on-line como fundamento para aprendizagem autônoma e crítica (CHEN; LEE; GÓMEZ VERGARA, 2024). A dimensão comunicação e colaboração mostrou correlação moderada ($\rho = 0,532$; $p < 0,001$), indicando que a capacidade de interagir eficazmente em ambientes digitais favorece a percepção de coerência e relevância do currículo.

Em contraste, as dimensões criação de conteúdo digital e cidadania digital exibiram correlações positivas, porém de menor magnitude ($\rho = 0,426$; $p < 0,001$ para criação de conteúdo digital; $\rho = 0,468$; $p < 0,001$ para cidadania digital), sugerindo que, embora contribuam para a avaliação curricular, ainda carecem de integração mais robusta nos programas acadêmicos (ESPINOSA CEVALLOS, 2023). Esses achados ressaltam a necessidade de fortalecer a formação em geração de material digital criativo e no uso ético das tecnologias da informação, conforme aponta Vanti, Cernaqué-Miranda e Prudenci-Cuela (2024) em estudo com servidores públicos no Peru.

A dimensão segurança digital, relativa ao conhecimento e aplicação de práticas de proteção de dados e privacidade on-line, apresentou a correlação mais baixa ($\rho = 0,437$; $p < 0,001$), condizente com literatura que relata lacunas na formação de usuários quanto à segurança e confiabilidade de plataformas digitais (MEDINA ESQUIVEL et al., 2023). Esse resultado evidencia a urgência de incluir conteúdos específicos sobre cibersegurança e boas práticas no ma-

nejo de informações pessoais e profissionais, visando mitigar riscos e reforçar a confiança de estudantes e docentes nos processos de ensino-aprendizagem digitais.

Para além das análises correlacionais, a pesquisa identificou áreas de melhoria no design curricular. A predominância de competências básicas, como uso de dispositivos e navegação na internet, contrasta com menor atenção a competências avançadas, como criação de conteúdos multimídia e cidadania digital. Esse desequilíbrio pode limitar o desenvolvimento integral dos estudantes diante de um mercado de trabalho cada vez mais digitalizado. Recomenda-se, portanto, a adoção de metodologias ativas — projetos colaborativos on-line, laboratórios virtuais e simulações baseadas em inteligência artificial — que promovam o desenvolvimento prático de competências avançadas (MOREIRA-CHOEZ et al., 2024).

Sugere-se também a criação de espaços de formação contínua para docentes, voltados à atualização pedagógica e tecnológica, de modo a integrar eficazmente as dimensões de competências digitais em suas disciplinas. Experiências de países com programas sólidos em competências digitais demonstram que a capacitação docente é fator determinante para o êxito dessas iniciativas (COMMISSION EUROPEAN, 2021). A institucionalização de oficinas e cursos periódicos sobre ferramentas emergentes e estratégias didáticas digitais configura-se como medida chave.

Metodologicamente, o desenho transversal impede estabelecer relações de causalidade entre variáveis. Recomenda-se que pesquisas futuras adotem abordagens longitudinais ou experimentais, capazes de avaliar o impacto de intervenções específicas no desenvolvimento de competências digitais e na percepção curricular. Além disso, ampliar a amostra para múltiplas instituições e diferentes setores educacionais — institutos tecnológicos e universidades públicas — contribuiria para validar a consistência dos achados e generalizar as conclusões a contextos diversos no Peru.

Por fim, a conexão entre competências digitais e plano de estudos transcende o âmbito acadêmico, influenciando diretamente a empregabilidade e a capacidade de adaptação dos egressos às demandas do mercado e aos processos

de inovação. A sociedade atual exige profissionais aptos a gerir informações complexas, colaborar em múltiplos ambientes e criar conteúdos que atendam a necessidades específicas, sempre sob critérios de segurança e responsabilidade digital. Consolidar um currículo orientado ao desenvolvimento equilibrado dessas competências fortalecerá a qualidade educacional e preparará os futuros profissionais para os desafios do século XXI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise descritiva e correlacional mostram sólida associação entre competências digitais e plano de estudos no contexto peruano. O exame descritivo indicou que 76 % dos participantes avaliaram seu nível de competências digitais como “bom”, enquanto 49,8 % atribuíram a mesma avaliação ao plano de estudos. Na aplicação do teste de correlação de Spearman, obteve-se $\rho = 0,712$ ($p < 0,001$), evidenciando correlação positiva média entre as variáveis. Esse achado sugere que estudantes com maiores habilidades digitais tendem a perceber o currículo como mais adequado e relevante.

A primeira dimensão, uso de computadores, revelou correlação positiva média de $\rho = 0,641$ ($p < 0,001$) com o plano de estudos, indicando que familiaridade com equipamentos de informática e capacidade de gerar, armazenar e trocar informações se relacionam estreitamente à satisfação curricular. Esse resultado está em consonância com SANZ-BENITO et al. (2023), que destacam como a formação prática em tecnologias de informação no currículo promove aprendizagens mais eficazes e prepara estudantes para desafios reais em ambientes digitais.

Por outro lado, a dimensão “tecnologias da sociedade da informação” apresentou correlação positiva fraca de $\rho = 0,410$ ($p = 0,030$) com o plano de estudos. Embora significativa, essa relação reflete que o currículo, apesar de incorporar conteúdos digitais, ainda pode aprofundar o uso de plataformas e aplicações avançadas. TORRES MERLO et al. (2024) alertam que, sem atualização contínua de conteúdos e inclusão de estudos de caso práticos, as TSI são percebidas como complemento e não componente central da formação.

A terceira dimensão, inclusão digital, mostrou correlação positiva fraca de $\rho = 0,424$ ($p = 0,024$) com o plano de estudos. Apesar da maioria dos respondentes dispor de acesso a dispositivos e conectividade, persistem lacunas na equidade de uso dessas ferramentas. ROBLES-MORALES (2024) ressalta a importância de garantir acesso homogêneo a recursos tecnológicos e capacitação para docentes e estudantes, de modo que inclusão digital abarque não apenas disponibilidade, mas também desenvolvimento de competências críticas e éticas.

Em conjunto, esses resultados confirmam que maior domínio de competências digitais traduz-se em percepção mais favorável do currículo universitário. MEDINA ESQUIVEL et al. (2023) destacam que formação em habilidades tecnológicas contribui não só para execução acadêmica, mas também para pensamento analítico, colaboração on-line e inovação — elementos essenciais para educação de qualidade no Peru. DELGADO MARTÍN & LARRÚ RAMOS (2024) enfatizam que, ao reforçar digitalização curricular, instituições podem mitigar atraso digital do país e formar profissionais aptos a demandas de mercado cada vez mais tecnológico.

Esses achados implicam que o design curricular deve adotar abordagem integrada, articulando desenvolvimento de competências digitais — uso de computadores, TSI e inclusão digital — de forma transversal em todas as disciplinas. Para isso, é crucial capacitação contínua de docentes, investimento em infraestrutura tecnológica e adoção de metodologias ativas que promovam aprendizagem prática e colaborativa. Só assim será possível fechar lacunas de acesso e consolidar currículo moderno, capaz de preparar estudantes peruanos para os desafios da era digital.

CONCLUSÃO

Em resposta ao objetivo geral, esta pesquisa determinou existência de correlação positiva média ($\rho = 0,712$; $p < 0,001$) entre competências digitais e plano de estudos no contexto peruano, corroborando estudos que ressaltam importância de integração transversal da competência digital no currículo para elevar qualidade educacional (VUORIKARI; PUNIE; CARRETERO, 2022).

Constatou-se também correlação positiva média de $\rho = 0,641$ ($p < 0,001$) entre uso de computadores e plano de estudos, reforçando achados que associam manejo eficaz de ferramentas digitais ao desempenho acadêmico (CHOQUE; VILLARROEL, 2021). Quanto às tecnologias da sociedade da informação, observou-se correlação fraca de $\rho = 0,410$ ($p = 0,030$), sugerindo necessidade de aprofundar conteúdos sobre navegação e gestão de informação em ambientes digitais (ESPINOSA CEVALLOS et al., 2023). Por fim, a dimensão inclusão digital apresentou correlação fraca de $\rho = 0,424$ ($p = 0,024$), evidenciando urgência em aprimorar infraestrutura tecnológica e acesso à internet nas instituições de ensino (MEDINA; SERNAQUÉ; SANDOVAL, 2023). Esses resultados confirmam que fortalecimento de competências digitais não só favorece desenvolvimento acadêmico, mas atende às demandas de uma sociedade cada vez mais digitalizada (GOB.PE, 2024). Sob essa perspectiva, é imprescindível orientar o currículo para um enfoque por competências que integre sistematicamente habilidades digitais, de modo que futuros profissionais peruanos estejam preparados para os desafios do século XXI e contribuam para o progresso nacional nos âmbitos educacional e produtivo.

REFERÊNCIAS

CABERO-ALMENARA, J.; GUTIÉRREZ-CASTILLO, J.-J.; BARROSO-OSUNA, J.; PALACIOS-RODRÍGUEZ, A. Competência digital docente segundo o Marco DigCompEdu: estudo comparativo em diferentes universidades latino-americanas. *Journal of New Approaches in Educational Research*, Córdoba, v. 12, n. 2, p. 276–291, jul. 2023. DOI: 10.7821/naer.2023.7.1452.

CHEM, X.; LEE, J.; GÓMEZ VERGARA, D. COVID-19 e competências digitais de professores: uma revisão abrangente. *Palgrave Communications*, London, v. 10, art. 345, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41599-024-04335-0>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CHOQUE, J. W.; VILLARROEL, K. Competências digitais em docentes da Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais da Universidade Adventista da Bolívia. *Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar*, Medellín, v. 5, n. 6, p. 11324–11337, 2021. DOI: 10.37811/cl_rcm.v5i6.1169.

COMMISSION EUROPEAN. Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture. DigComp 2.2: The Digital Competence Framework for Citizens. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2021.

DE LA CRUZ, R. R.; HUAPAYA, C. Y.; SHIGUAY-GUISADO, G. Os planos de estudos: o elo perdido entre a universidade e a sociedade. Horizontes, [S.l.], v. 6, n. 25, p. 1498–1513, 2022.

DELGADO MARTÍN, A. V.; LARRÚ RAMOS, J. M. Avaliação do desdobramento da educação digital no Peru em plena pandemia de COVID-19. Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 89–109, 2024.

ESPINOSA CEVALLOS, P. A. Desenvolvimento de competências digitais em docentes e estudantes: desafios e oportunidades. Revista Ingenio Global, Quito, v. 2, n. 2, p. 55–67, 2023. DOI: 10.62943/rig.v2n2.2023.66.

GOBIERNO DEL PERÚ. ¿Qué son las competencias o habilidades digitales? Lima: Ministerio da Educação, 14 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gob.pe/es/28233-que-son-las-competencias-o-habilidades-digitales>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GUTIÉRREZ-AGUILAR, L.; RODRÍGUEZ, M.; TORRES, A. Análise baseada em modelagem de equações estruturais: competências digitais em estudantes. Journal of Technology and Science Education, Málaga, v. 13, n. 2, p. 100–113, 2023.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. Higher Education Digital Transformation in Latin America and the Caribbean. Washington, D.C.: IDB, 2021. DOI: 10.18235/0003829.

MEDINA ESQUIVEL, W.; SERNAQUÉ MIRANDA, O. C.; SANDOVAL VARGAS, C. M. Competências digitais dos servidores públicos no Peru. Dilemas Contemporâneos: Educación, Política y Valores, Chiclayo, v. 10, n. 2, p. 1–29, 2023.

MOREIRA-CHOEZ, J. S. et al. Avaliação de competências digitais em docentes de ensino superior: abordagem multimodal no contexto de inteligência artificial. Frontiers in Education, Lausanne, v. 9, art. 1425487, 2024. DOI: 10.3389/feduc.2024.1425487.

NWABUKO, O. C.; IWU, L. O. An overview of research study designs in quantitative research methodology. *American Journal of Medical and Clinical Research & Reviews*, Cincinnati, v. 3, n. 5, p. 1–6, 2024.

PRADA-NÚÑEZ, R. et al. Desenvolvimento de competências digitais em estudantes universitários na América Latina: perspectiva bibliométrica. *Journal of Language and Linguistic Studies*, Ankara, v. 18, n. 2, p. 39–51, 2022.

ROBLES-MORALES, R. Competências digitais no mercado de trabalho dominicano: lacunas e desafios para o sistema educacional na região do Sul do Cibao. *RECIE Revista Caribeña de Investigación Educativa*, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 105–126, 2024.

SANZ-BENITO, I.; LÁZARO-CANTABRANA, J. L.; GRIMALT-ÁLVARO, C.; USART-RODRÍGUEZ, M. Formar e avaliar competências no ensino superior: uma experiência sobre inclusão digital. *Iberoamericana de Educación a Distancia*, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 199–217, 2023.

TORRES MERLO, O. X.; MARCELO, Y. V.; RAMÍREZ RODRÍGUEZ, B. E. Efeitos do uso de tecnologias de informação e comunicação no mundo moderno. *Dilemas Contemporâneos: Educación, Política y Valores*, [S.l.], xi(2), 2024.

VANTI, H.; CERNAQUÉ-MIRANDA, O. C.; PRUDENCI-CUELA, F. E. Competências digitais e seu impacto na produtividade dos servidores públicos no Peru. *Profesional de la Información*, Madrid, v. 33, n. 1, e330006, 2024. DOI: 10.3145/epi.2024.ene.06.

VÁSQUEZ-PEÑAFIEL, G.; NÚÑEZ, C.; CUESTAS-CASAS, M. C. Competências digitais dos professores: revisão sistemática no ensino superior latino-americano. *International Journal of Advanced Science and Engineering Innovation and Technology*, [S.l.], v. 5, n. 12, p. 1–12, 2021.

VUORIKARI, J.; PUNIE, Y.; CARRETERO, S. DigComp 2.2: o Quadro de Competências Digitais para Cidadãos. Seville: European Commission, Joint Research Centre, 2022. Disponível em: <https://joint-research-centre.ec.europa.eu>. Acesso em: 29 maio 2025.

CAPÍTULO 11

REFLEXÕES SOBRE CISGENERIDADE, TRANSFOBIA E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE

Alicia Moraes Palheta

Yves Yara Oliveira Alves

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-B

INTRODUÇÃO

As violências enfrentadas por pessoas trans e travestis nas instituições de saúde não são falhas pontuais, mas expressões estruturais de uma sociedade cisnormativa, patriarcal e capitalista. A cisgeneridade, enquanto norma hegemônica define quem é reconhecido como sujeito de direitos e quem é sistematicamente silenciado, medicalizado ou excluído das políticas públicas. Na saúde, essa lógica se expressa na patologização de identidades dissidentes e na negação de um cuidado que respeite a autodeterminação e a diversidade dos corpos.

Neste artigo, compreende-se a transfobia institucional como manifestação da questão social, articulada às determinações do capital e às formas históricas de controle sobre gênero, sexualidade e raça. A análise baseia-se no materialismo histórico-dialético, a partir de uma perspectiva totalizante da realidade social, buscando apreender as múltiplas determinações que sustentam a exclusão de pessoas trans e travestis no campo da saúde.

O estudo parte de uma abordagem bibliográfica crítica, articulando produções do Serviço Social com contribuições da teoria social crítica de gênero, como Gayle Rubin, Berenice Bento, Tiffany Odara e Sofia Favero. Com base em documentos como os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2009), a Política Nacional de Saúde Integral LGBT

(2011) e a Resolução CFESS nº 845/2018, busca-se refletir sobre as possibilidades de ruptura com práticas patologizantes, normativas e seletivas, reafirmando o compromisso profissional com uma práxis crítica e transformadora.

DESENVOLVIMENTO

Cisgeneridade como estrutura normativa e expressão da questão social

A cisgeneridade, enquanto norma imposta, não opera apenas como identidade hegemônica, mas como tecnologia social que estrutura o reconhecimento de sujeitos, a produção de desigualdades e a regulação do acesso a direitos. Essa normatividade atua para tornar invisíveis e ilegítimos os corpos e identidades que não se alinham à lógica binária de sexo-gênero, reproduzindo exclusão material, simbólica e institucional.

Na saúde, essa lógica se materializa em práticas patologizantes, na recusa do nome social, na negação de acesso a tratamentos hormonais e cirúrgicos e na omissão diante das violências sofridas por pessoas trans e travestis. O próprio processo transexualizador, ainda que institucionalmente reconhecido, é atravessado por critérios médicos e jurídicos que operam sob o viés do controle e da tutela, reforçando a lógica de que o corpo trans precisa ser validado pelo olhar técnico.

A transfobia, portanto, não é um desvio moral ou uma opinião individual, mas uma forma de violência estrutural associada à sociabilidade capitalista, patriarcal e cisnormativa. Como afirma Iamamoto (2000), a questão social expressa as desigualdades geradas no interior da ordem do capital. A trans/travestifobia, nesse sentido, é parte dessa engrenagem, pois regula o acesso aos direitos e impõe às dissidências de gênero condições de vida marcadas pela precariedade, desproteção social e negação de humanidade.

Autores como Gayle Rubin (1989) e Berenice Bento (2006) ajudam a compreender que a sexualidade e o gênero são construções sociais organizadas historicamente para servir a uma ordem que precisa de fronteiras rígidas entre o normal e o desviado, o legítimo e o descartável. A divisão sexual e cisnormativa

do trabalho, como aponta Quirino (2015), é uma das expressões dessa ordem, pois impõe lugares distintos e hierarquizados para os corpos, afetando diretamente a inserção de pessoas trans no mercado, nas políticas e na vida pública.

Ao reconhecer que a cisgeneridade é um dos pilares da exclusão institucionalizada, evidencia-se a necessidade de romper com a naturalização dessa norma e com o silêncio histórico da branquitude e da cisnormatividade, como aponta Vergueiro (2015). Isso implica, também, tensionar os próprios espaços de formulação e execução de políticas públicas, onde frequentemente o saber e a legitimidade ainda são monopolizados por sujeitos cisgêneros e heteronormativos.

A patologização no atendimento à população trans: qual o papel do Serviço Social?

A atuação do Serviço Social junto à população trans é marcada por uma trajetória que se insere no processo transexualizador desde a década de 1990, especialmente a partir da Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.482/1997, que passou a incluir o/a assistente social como integrante da equipe multiprofissional responsável pelo acompanhamento de pessoas trans nos serviços especializados. Essa atuação foi reforçada com a publicação da Portaria nº 2.803/2013 do Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), garantindo o acesso integral e humanizado a essa população.

Desde então, o Serviço Social tem se consolidado como uma profissão estratégica nesse campo, não apenas por seu conhecimento técnico, mas principalmente por sua capacidade de leitura crítica das expressões da questão social e por seu compromisso ético-político com os direitos humanos, a equidade e a justiça social.

O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 2011) reconhece a livre identidade de gênero como um direito humano e reforça o dever da profissão de combater todas as formas de discriminação, incluindo a transfobia institucional. Esse compromisso é reafirmado em instrumentos como a Resolução CFESS nº 845/2018, que regulamenta a atuação do/a assistente social

no processo transexualizador, e o relatório final do Seminário Nacional “Serviço Social e Diversidade Trans” (2015), que orienta para uma escuta qualificada, o reconhecimento da singularidade de cada trajetória e a promoção do acesso universal à saúde.

Além desses documentos, destaca-se o Caderno 4 da série “O/a assistente social no combate ao preconceito”, intitulado *O que é transfobia?* (CFESS, 2017), que trata a transfobia como uma expressão da violência estrutural contra pessoas trans e travestis, e orienta os/as profissionais para uma atuação ética, crítica e antidiscriminatória. O material enfatiza que reconhecer e respeitar a identidade de gênero das pessoas trans é um dever ético-profissional, e que a transfobia — seja ela institucional, simbólica ou física — deve ser enfrentada como uma violação dos direitos humanos.

Nesse sentido, o Serviço Social atua não apenas como executor de políticas, mas como agente crítico-transformador, comprometido com a desconstrução das normativas cisheteronormativas que historicamente marginalizam pessoas trans e travestis. A dimensão pedagógica do trabalho em saúde, conforme aponta Duarte (2014), exige do/a profissional a compreensão de que o/a usuário/a não é objeto do processo, mas sim sujeito ativo e protagonista da construção de sua saúde, de sua cidadania e de sua identidade.

A intervenção profissional é operacionalizada a partir de técnicas e instrumentos próprios do Serviço Social, como entrevistas de acolhimento, atendimentos individuais, visitas domiciliares, oficinas e rodas de conversa. A entrevista inicial, por exemplo, permite mapear elementos como renda, situação familiar, acesso a políticas públicas e condições habitacionais. Esses dados subsidiam o planejamento de ações que não apenas acolhem, mas também fortalecem os sujeitos diante das vulnerabilidades impostas por uma sociedade transfóbica e excludente.

Além dos atendimentos individuais, os grupos socioeducativos constituem uma estratégia fundamental. As rodas de conversa com pessoas trans criam espaços seguros para a troca de experiências, reflexão crítica sobre os direitos e o processo transexualizador, bem como para a construção de redes

de apoio. Já os grupos com familiares e pessoas próximas ajudam a desconstruir preconceitos e fortalecer vínculos, contribuindo para o enfrentamento da rejeição familiar – uma das principais causas da vulnerabilidade social de pessoas trans.

A coleta e sistematização de dados também é uma etapa fundamental do trabalho, pois permite a identificação de demandas recorrentes, a elaboração de diagnósticos sociais e o planejamento de estratégias de intervenção mais eficazes. Conforme destaca Fraga (2010), é a partir da compreensão das manifestações concretas da questão social no cotidiano dos sujeitos que se torna possível construir respostas coletivas e transformadoras.

Outro ponto essencial da atuação do Serviço Social é o enfrentamento da seletividade no acesso aos serviços públicos, especialmente nos espaços de saúde. Muitas vezes, a população trans encontra-se exposta a práticas institucionais transfóbicas, marcadas por desrespeito à identidade de gênero, exigência de documentação desatualizada ou abordagens patologizantes. Diante disso, é responsabilidade do/a assistente social promover ações de sensibilização junto à equipe técnica, desenvolver atividades formativas sobre direitos humanos, sexualidade e diversidade de gênero, e atuar politicamente na defesa de uma saúde pública que seja verdadeiramente universal, equânime e integral.

Portanto, a atuação do Serviço Social junto à população trans ultrapassa o atendimento pontual. Trata-se de uma prática que exige posicionamento político e epistemológico diante da cisnormatividade, da patologização das identidades trans e das violações cotidianas enfrentadas por essa população. O compromisso com a radicalização da democracia, com a dignidade humana e com a autonomia dos sujeitos orienta cada ação, cada escuta e cada mediação. E é justamente nesse campo de tensão – entre as normas institucionais e as potências da vida trans – que o Serviço Social afirma sua relevância e sua responsabilidade histórica.

Humanização e afetividade: a comunidade afetiva como espaço terapêutico

O conceito de humanização no atendimento à população trans não pode ser tratado como uma mera formalidade de acolhimento. Trata-se de um processo de compreensão profunda da experiência humana, muitas vezes marginalizada por estruturas sociais cisnormativas e excludentes. Nesse cenário, a construção de comunidades afetivas emerge como uma estratégia terapêutica fundamental para a promoção do cuidado integral e da resistência política.

Segundo Gonçalves e Nascimento (2023), os corpos trans e travestis experienciam violências múltiplas nas instituições de saúde, sendo frequentemente obrigados a buscar alternativas informais e afetivas de cuidado, como redes comunitárias. Essas redes tornam-se espaços seguros onde é possível compartilhar dores e reconstruir identidades com base no reconhecimento, na escuta e na solidariedade.

Pereira e Chazan (2019) apontam que a recusa do nome social, o despreparo de profissionais e a ausência de políticas inclusivas são barreiras concretas que afastam pessoas trans da atenção primária à saúde. Nesse contexto, a criação de comunidades afetivas atua como resposta política à ausência do Estado e ao apagamento das subjetividades trans. A afetividade torna-se uma força contra-hegemônica, sustentando a autoestima, o pertencimento e o direito à dignidade.

Tenório e Prado (2020) analisam o processo transexualizador como atravessado por normas biomédicas que ainda operam sob uma lógica patologizante. As comunidades afetivas, ao contrário, reconhecem o corpo trans como legítimo em si, sem a necessidade de validações externas, promovendo uma vivência terapêutica centrada na autonomia e na integralidade.

Oliveira (2020) reforça a importância de compreender como a transfobia se articula ao racismo estrutural, afetando especialmente mulheres trans negras, cuja experiência com os serviços públicos é marcada por violências interseccionais. Diante disso, espaços de afeto e resistência coletiva tornam-se funda-

mentais não apenas para o cuidado emocional, mas também para a construção de estratégias de enfrentamento às opressões múltiplas.

Portanto, as comunidades afetivas representam mais do que espaços de escuta: são práticas concretas de cuidado transcrito, de acolhimento das singularidades e de enfrentamento às normas que marginalizam corpos dissidentes. A afetividade, nesse sentido, é revolucionária — é ela que costura, sustenta e transforma vidas trans diante das múltiplas camadas de exclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência institucional contra pessoas trans permanece como uma das expressões mais cruéis da cisnormatividade, sendo reproduzida em espaços onde deveria prevalecer o cuidado, como os serviços de saúde e assistência social. Os estudos de Pereira e Chazan (2019) e Oliveira (2020) mostram que o acesso aos direitos básicos é constantemente mediado por práticas discriminatórias, reforçando desigualdades e desumanizações.

Diante disso, o Serviço Social assume um papel estratégico e urgente na luta por uma política pública que reconheça a dignidade das pessoas trans e atue na desconstrução de práticas patologizantes, normativas e seletivas. Com base em diretrizes como a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2013) e a Resolução CFESS nº 845/2018, a atuação do/a assistente social deve se pautar por uma perspectiva crítica, antidiscriminatória e comprometida com a emancipação das subjetividades trans.

As comunidades afetivas, como destacam Gonçalves e Nascimento (2023), não apenas preenchem lacunas deixadas pelo Estado, mas constroem novas epistemologias do cuidado, onde o afeto e o reconhecimento mútuo são ferramentas de cura e resistência.

A defesa da saúde integral das pessoas trans é, portanto, inseparável da luta contra a transfobia institucional. O Serviço Social, com sua tradição crítica e seu compromisso ético-político, deve seguir sendo um agente de transformação, lado a lado com os sujeitos trans, na construção de uma sociedade radicalmente democrática e verdadeiramente plural.

CONCLUSÃO

A violência institucional contra pessoas trans continua a ser uma questão estrutural e urgente. Frequentemente, essas pessoas enfrentam discriminação, humilhações e tratamentos cruéis dentro de instituições de saúde, educação e outros serviços sociais. Eder Van (2020), ao discutir as dinâmicas de violência contra corpos trans, ressalta que a violência institucional vai além de agressões físicas, incluindo práticas de silenciamento e a invisibilização das necessidades específicas dessa população.

Para o Serviço Social, a intervenção no enfrentamento dessa violência deve ser uma prioridade, visando tanto à desnaturalização da transfobia quanto à promoção de políticas públicas inclusivas e antidiscriminatórias. De acordo com Olívia Paixão (2020), a resistência à violência institucional deve ser multifacetada, abrangendo desde ações judiciais e políticas até o trabalho cotidiano de sensibilização das equipes de saúde e assistência social.

Nesse sentido, o Serviço Social assume um papel estratégico, não apenas para denunciar práticas discriminatórias, mas também para intervir na formulação e implementação de políticas públicas que garantam o respeito à dignidade, à identidade e à vida das pessoas trans. Reafirma-se, assim, o compromisso ético-político da profissão com a justiça social, a equidade e a radicalização da democracia, contribuindo para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AGUINALDO, Antonio Ricardo; DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis: corpos, sexualidades e identidades em movimento*. São Paulo: Hucitec, 2021.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. São Paulo: Garamond, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.

COLLING, Leandro. *Corpos em trânsito: sexualidade, mídia e política*. Salvador: EDUFBA, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética Profissional do/a Assistente Social*. Brasília: CFESS, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Resolução CFESS nº 845/2018*. Regulamenta a atuação do/a assistente social no processo transexualizador. Brasília: CFESS, 2018. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1873>. Acesso em: 17 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *O que é transfobia?* (Caderno 4 – Série O/a assistente social no combate ao preconceito). Brasília: CFESS, 2017.

DUARTE, Lúcia Helena. A dimensão pedagógica do trabalho do/a assistente social em saúde. In: CFESS/ABEPSS. *Seminário Nacional Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. Brasília: CFESS, 2014.

FAVERO, Sofia. *Travestis: entre a visibilidade e a violência*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FRAGA, Heloísa de Oliveira. *Serviço Social, questão social e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

GONÇALVES, Luz; NASCIMENTO, Silvana de Souza. *Transfeminine Bodies: Survival and Resilience Experiences in Brazil*. Jornal da USP, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/discriminacao-na-saude-torna-pessoas-trans-suscetiveis-a-estrategias-informais-de-cuidado/>. Acesso em: 17 maio 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2000.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e discursos*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Elefante, 1984.

MEG, Rayara. Comunidades afetivas e cuidado transcêntrico. *Revista Brasileira de Psicologia e Gênero*, v. 2, n. 1, p. 44–58, 2023.

OLIVEIRA, Gilmara Silva de. Transfobia, racismo e suas implicações na saúde de pessoas transexuais e negras. *Revista Estudos Feministas*, Salvador, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42405>. Acesso em: 17 maio 2025.

PAIXÃO, Olívia. Transfobia institucional e políticas públicas: desafios para o Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 139, p. 414–433, 2020.

PEREIRA, Letícia; CHAZAN, Liliana. Barreiras no acesso à atenção primária à saúde para pessoas trans. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 135, p. 378–393, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/XdK5Z6RhzbvHQnPz7tjkhXN/>. Acesso em: 17 maio 2025.

QUIRINO, Thales. Corpos fora da norma: raça, gênero e trabalho no capitalismo contemporâneo. *Revista Gênero*, v. 16, n. 1, p. 113–127, 2015.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1989.

TENÓRIO, Rafael; PRADO, Marcelo. O processo transexualizador no SUS: questões para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, v. 34, e221601, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/d7GVRkqtBxmDd7PvywDBhpc/>. Acesso em: 17 maio 2025.

VAN, Eder. Violências contra pessoas trans: entre o corpo, a norma e o Estado. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 42–60, 2020.

VERGUEIRO, Viviane. Cisgeneridade compulsória e políticas públicas: o que o Estado ensina sobre corpos e identidades? In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. *Dossiê trans: teoria, política e resistências*. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

CAPÍTULO 12

O PAPEL DA INTERDISCIPLINARIDADE E DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Brenda Cristinne dos Santos Gonçalves

Dinalva Lopes Claudio

Heloísa da Silva Duarte

Iolanda Pereira Lima

Odirlene Maria da Silva

Simone Gomes dos Santos Gonçalves

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-C

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo oferecer uma compreensão aprofundada sobre a importância da interdisciplinaridade no desenvolvimento de competências no Ensino Fundamental e a aplicação de metodologias ativas como ferramentas pedagógicas. Para alcançar esse propósito, foi realizada uma análise com base em uma abordagem científica, fundamentada em uma ampla revisão bibliográfica. Foram utilizadas como fonte de pesquisa uma variedade de artigos, projetos e monografias que exploram a relevância da interdisciplinaridade e das metodologias ativas na educação.

Busca-se abordar a temática de maneira holística, com foco na integração entre diferentes disciplinas, e no impacto dessa prática na formação integral dos alunos. Além disso, o trabalho visa discutir como as metodologias ativas podem potencializar o processo de ensino-aprendizagem, promovendo o desenvolvimento de competências como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a colaboração.

Atualmente, um número crescente de estudos enfatiza os benefícios da interdisciplinaridade aliada às metodologias ativas, destacando sua eficácia na criação de um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e participativo. Esses estudos demonstram que a combinação dessas abordagens pode transformar o

ambiente escolar, tornando-o um espaço de construção do conhecimento mais relevante e conectado com a realidade dos alunos. Assim, compreende-se que a interdisciplinaridade e as metodologias ativas desempenham um papel fundamental na educação contemporânea, contribuindo para a formação de indivíduos mais preparados para os desafios do mundo atual.

INTERDISCIPLINARIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

A interdisciplinaridade, conforme abordado por Japiassu (1976), tem como objetivo superar a fragmentação do conhecimento, tradicionalmente dividido em disciplinas isoladas, promovendo uma visão mais integrada e holística do saber. Essa abordagem é especialmente relevante na educação básica, onde o desenvolvimento de competências amplas e interconectadas é essencial para preparar os alunos para os desafios complexos da vida contemporânea.

A fragmentação do conhecimento nas disciplinas escolares é frequentemente criticada por limitar a capacidade dos alunos de verem o todo, restringindo-os a entendimentos parciais da realidade. Segundo Fazenda (1994), a interdisciplinaridade busca exatamente romper essas barreiras, possibilitando uma aprendizagem que reflete a complexidade do mundo real, onde os problemas e as situações não são compartimentados, mas interligados e multifacetados.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil reforça a importância da interdisciplinaridade como uma ferramenta para o desenvolvimento de competências essenciais, tais como a resolução de problemas, o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de trabalhar em equipe. Essas competências são fundamentais para a formação de indivíduos capazes, que demandam conhecimento técnico, também a habilidade de conectar diferentes saberes e aplicá-los de maneira prática e inovadora (Brasil, 2018).

A BNCC destaca que a interdisciplinaridade permite que os alunos se tornem protagonistas de seu aprendizado, ao serem incentivados a aplicar o que aprendem em situações do cotidiano. Essa aplicação prática dos conhecimen-

tos torna o aprendizado mais relevante e aplicável, facilitando a internalização dos conteúdos e a formação de um pensamento crítico e reflexivo. Ao abordar temas transversais, como sustentabilidade, por exemplo, os alunos não só aprendem conceitos científicos e matemáticos, mas também desenvolvem uma consciência ambiental crítica e uma cidadania ativa (Moraes, 2002).

A integração entre as disciplinas de Matemática e Ciências Naturais para explorar temas como sustentabilidade é um exemplo claro de como a interdisciplinaridade pode ser aplicada no ensino fundamental. Segundo Almeida (2012), essa integração facilita a compreensão de conceitos abstratos e promove a construção de um conhecimento mais robusto e significativo. Além disso, esse tipo de abordagem pode ajudar a despertar o interesse dos alunos por questões globais, como a conservação ambiental, que são de extrema relevância para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

A interdisciplinaridade, ao permitir a integração de diferentes saberes, também promove a inclusão escolar. Para Mantoan (2015), a abordagem interdisciplinar pode facilitar a aprendizagem de alunos com diferentes necessidades, ao permitir a utilização de múltiplos métodos e perspectivas para abordar um mesmo tema, tornando o aprendizado mais acessível e inclusivo. A inclusão de alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem em projetos interdisciplinares também promove a cooperação e o respeito às diferenças, fortalecendo a coesão social e a diversidade no ambiente escolar.

Outra vantagem da interdisciplinaridade é a promoção da aprendizagem ativa. Segundo Morin (2000), ao invés de receberem passivamente informações de disciplinas isoladas, os alunos são incentivados a explorar, questionar e construir seu próprio conhecimento através de atividades que envolvem a integração de diferentes áreas do saber. Essa aprendizagem ativa é fundamental para o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e criatividade, que são essenciais para o sucesso acadêmico e pessoal dos alunos.

INTERDISCIPLINARIDADE E METODOLOGIAS ATIVAS

As metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e a sala de aula invertida, têm se consolidado como abordagens pedagógicas eficazes, especialmente quando aplicadas em conjunto com a interdisciplinaridade. Essas metodologias colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, promovendo uma educação mais dinâmica e significativa, onde o estudante se torna protagonista de seu próprio processo educacional.

A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) é uma dessas metodologias que envolve os alunos em projetos que exigem a aplicação de conhecimentos de várias disciplinas para resolver problemas reais e complexos. Segundo Thomas (2000), essa abordagem permite que os alunos desenvolvam habilidades de pesquisa, análise crítica e resolução de problemas, ao mesmo tempo que trabalham colaborativamente para alcançar objetivos comuns. A ABP também favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais, como comunicação e trabalho em equipe, fundamentais tanto para o ambiente escolar quanto para o mercado de trabalho. Ao envolver os alunos em projetos que integram diferentes disciplinas, a ABP facilita a contextualização do aprendizado, tornando-o mais relevante e aplicável à vida cotidiana dos alunos. De acordo com o Ministério da Educação do Brasil (2018), a ABP é uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento de competências gerais definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como pensamento crítico, criatividade e resolução de problemas.

A sala de aula invertida é outra metodologia ativa que tem demonstrado ser eficaz quando combinada com a interdisciplinaridade. Nesse modelo, os alunos são responsáveis por estudar o conteúdo teórico fora da sala de aula, geralmente por meio de vídeos, leituras ou outros recursos online, enquanto o tempo em sala é dedicado à aplicação prática desses conhecimentos. Essa inversão do modelo tradicional de ensino permite que o tempo em sala seja utilizado de forma mais interativa e colaborativa, promovendo discussões, atividades em grupo e resolução de problemas. Bergmann e Sams (2012) destacam que a sala de aula invertida promove uma aprendizagem mais profunda e personalizada,

permitindo que os professores atuem como facilitadores e apoiem os alunos em suas necessidades individuais. Essa metodologia incentiva a autonomia e a responsabilidade dos alunos pelo próprio aprendizado, desenvolvendo habilidades como gestão do tempo e autodisciplina.

A combinação entre interdisciplinaridade e metodologias ativas potencializa ainda mais os benefícios dessas abordagens. Como apontado por Morin (2005), a interdisciplinaridade permite que os alunos compreendam o conhecimento de forma mais integrada e holística, ao invés de fragmentada em disciplinas isoladas. Quando aplicada em conjunto com metodologias ativas, essa integração de saberes torna o aprendizado mais relevante e aplicável à vida real. Um exemplo prático dessa integração pode ser observado em projetos que combinam conhecimentos de Matemática, Ciências e Geografia para estudar temas como mudanças climáticas. Essa abordagem reforça o conteúdo acadêmico e desenvolve competências essenciais como o pensamento crítico, a criatividade e a colaboração (Trillo, 2013).

Outro aspecto importante da combinação de metodologias ativas e interdisciplinaridade é o impacto positivo no desenvolvimento socioemocional dos alunos. Segundo Damasio (1994), o aprendizado é mais eficaz quando envolve emoções e interações sociais. Ao trabalhar em projetos colaborativos e interdisciplinares, os alunos aprendem os conteúdos acadêmicos, desenvolvendo empatia, resiliência e habilidades de comunicação, que são fundamentais para seu sucesso futuro. Essa abordagem pedagógica promove um ambiente de aprendizagem mais envolvente e motivador, onde os alunos se sentem mais conectados e engajados no processo de aprendizagem.

Em suma, as metodologias ativas, quando integradas à interdisciplinaridade, oferecem um poderoso caminho para a educação contemporânea, promovendo um aprendizado mais profundo, significativo e relevante para os desafios do mundo atual. Essas abordagens reforçam o conhecimento acadêmico, assim como desenvolvem competências socioemocionais que são essenciais para a formação integral dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos sobre a aplicação da interdisciplinaridade e das metodologias ativas no ensino fundamental demonstram impactos positivos significativos no desempenho acadêmico e no engajamento dos alunos. Segundo Ribeiro e Silva (2018), os alunos envolvidos em projetos interdisciplinares demonstram uma maior retenção de conhecimento e uma habilidade superior de aplicar o que aprenderam em diferentes contextos, o que reflete uma aprendizagem mais profunda e significativa.

Bezerra (2011) também aponta que a utilização de metodologias ativas em um contexto interdisciplinar contribui para o desenvolvimento de competências como a resolução de problemas complexos e o pensamento crítico. Além disso, essa abordagem promove a colaboração entre os alunos, que aprendem a trabalhar em equipe e a compartilhar responsabilidades, habilidades fundamentais para a vida em sociedade.

No entanto, a implementação dessas abordagens ainda enfrenta desafios, como a necessidade de formação continuada para os professores e a reorganização curricular nas escolas. É fundamental que os educadores estejam preparados para integrar diferentes áreas do conhecimento e adotar práticas pedagógicas inovadoras que favoreçam a interdisciplinaridade e as metodologias ativas (MORAES, 2002).

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, discutiu-se a importância da interdisciplinaridade e das metodologias ativas no contexto da educação básica, especialmente no Ensino Fundamental. Ficou evidente que a integração entre diferentes disciplinas e a promoção de um aprendizado centrado no aluno são abordagens pedagógicas eficazes para o desenvolvimento de competências essenciais, como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a colaboração.

A interdisciplinaridade se mostrou fundamental para superar a tradicional fragmentação do conhecimento, permitindo uma visão mais complexa e

conectada do saber. Essa abordagem torna o aprendizado mais significativo e relevante para os alunos, facilitando a aplicação prática dos conteúdos aprendidos e promovendo uma educação que está em sintonia com as demandas contemporâneas.

As metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e a sala de aula invertida, complementam a interdisciplinaridade ao colocar o aluno no centro do processo de aprendizagem. Essas metodologias incentivam a exploração ativa e a construção do conhecimento a partir de experiências reais e colaborativas, reforçando o conteúdo e promovendo o desenvolvimento socioemocional dos alunos.

No entanto, a implementação dessas abordagens enfrenta desafios, como a necessidade de formação continuada dos professores e a reorganização do currículo escolar para permitir uma maior integração entre as disciplinas. O sucesso da interdisciplinaridade e das metodologias ativas depende do compromisso das instituições de ensino e dos educadores em adotar práticas pedagógicas inovadoras e centradas no aluno.

Em conclusão, a interdisciplinaridade e as metodologias ativas oferecem um caminho promissor para transformar a educação básica, tornando-a mais relevante e eficaz para preparar os alunos para o futuro. Ao integrar essas abordagens, as escolas podem proporcionar uma educação que transmite conhecimento e forma cidadãos críticos, criativos e capazes de enfrentar as complexidades do mundo atual.

Este trabalho reforça, portanto, a necessidade de uma educação que valorize a conexão entre diferentes áreas do conhecimento e que promova o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. F. **Educação e Interdisciplinaridade: Um Enfoque Pedagógico**. 2012.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Flip Your Classroom: Reach Every Student in Every Class Every Day**. Washington, D.C.: International Society for Technology in Education, 2012.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2018.

DAMASIO, Antonio R. Descartes' Error: **Emotion, Reason, and the Human Brain**. New York: Avon Books, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. São Paulo: Loyola, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2015.

MORAES, Maria Cândida. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem**. SciELO. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3270>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento**. 2005.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

THOMAS, John W. **A Review of Research on Project-Based Learning**. San Rafael, CA: Autodesk Foundation, 2000.

TRILLO, Susan. **Interdisciplinary Learning in the 21st Century**. Journal of Educational Research, 2013.

CAPÍTULO 13

ANOTAÇÕES SOBRE O AGIR NO TEMPO: ESPACIALIZAR, REPRESENTAR E ESTRANHAR

Lucas Corbucci Caldeira Nasi

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-D

INTRODUÇÃO

A instalação de uma construção no espaço culmina no nascimento de uma constante negociação com o tempo - seja pelo envelhecimento de sua plasticidade que se torna obsoleta ou pela durabilidade aparentemente inabastável - o lugar inaugurado pelo objeto edificado demarca, simultaneamente, seu espaço e seu tempo. Morris (2007, p. 417) nos lembra que “todas as representações do tempo precisam ser espacializadas para ser representadas: relógios, calendários, partituras musicais, etc”, como se para presentificar o tempo, fosse fundamental utilizar o espaço. Com o objetivo primeiro de ganhar forma, o projeto em arquitetura também espacializa o tempo, como um relógio, mais impreciso como marcação, com outras funções agregadas e, portanto, mais enigmático. Talvez seja esse um modo de assimilar o caráter temporal de nossas construções, emprestar o sentido da obra de arte: considerar que “todo objeto, se é arte, é recarregado com o correr do tempo, mesmo que seja estático” (SMITHSON, 2007, p. 197); assimilar a arquitetura e a obra de arte como corpos que - emanando a própria constituição de sua existência – afluem o seu lugar no tempo e no espaço.

Quando uma sociedade preserva o tempo, acumula-se memória: uma identidade cultural pressupõe que sua memória esteja em movimento no presente, reverberando em suas manifestações, promovendo a manutenção da existência de uma determinada cultura. Tempo, memória, cultura; a relação entre esses fundamentos oferta um sentido de pertencimento à condição hu-

mana: estar acomodada a uma situação temporal. Pertencer ou, ainda, estar deslocado de seu tempo, são estados que indicam nossa circunscrição em um território.

ESPACIALIZAR O PRÓPRIO TEMPO

[...] preparem-se sofrendores do mundo, o tempo não é linear. o tempo vicia-se em ciclos que obedecem a lógicas distintas e que se vão sucedendo uns aos outros [...] (VALTER HUGO MÃE, 2016, p. 57)

O posicionamento espaço-temporal e a escala construtiva, localizam a obra arquitetônica em um campo inevitavelmente imersivo: estar em relação com seus usuários é condição fundamental de sua razão de ser e estar. Em uma abordagem fenomenológica, a arquitetura se apresenta como um objeto comunicante no espaço; é na sua relação com as pessoas que um campo sensível em comum é estabelecido; o objeto arquitetura pretende ser atravessado, circulado, vivido e até transformado por seus usuários. A qualidade interativa da arquitetura fundamenta seu potencial delimitador dos espaços, mas explicita também a capacidade que os usuários podem mobilizar, propondo novos arranjos para os acordos com o espaço e, portanto, transformando o lugar, estabelecendo novas relações com o espaço construído.

Peter Pál Pelbart¹ propõe uma definição para a palavra experiência: “aquilo que eu entro de um jeito e saio de outro”, sintetizando o conceito que contém em si uma transformação, um deslocamento. Independente da qualidade positiva ou negativa, a experiência pode ser entendida como a demarcação de um devir; a depender da intensidade e escala, a experiência sublinha a pessoa que se era e a pessoa que vem a ser. Essa transmutação ratifica o atravessamento de um corpo no tempo, a complexidade de ser e não ser, a experiência marca a transformação, sem deixar de complexificar a coexistência de tempos diversos. Considerando o corpo como lugar, a constante mobilidade nos garante uma identidade passível de alterações? Talvez o desejo de promover uma experiência seja a própria necessidade de se voltar à corporalidade como um espaço-temporal primeiro.

¹ Em conversa com Agnaldo Farias, em agosto de 2021, para o FACES - Festival de Arte e Cultura da Fundação Stickel. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sA4Uijsu-g>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Reconhecer na arquitetura um conjunto de significações análogo ao corpo pode nos evidenciar a qualidade relacional do edifício com o usuário. Dar corpo, oferecer uma estrutura, emprestar uma lógica de funcionamento capaz de promover um sentido de pertencimento às pessoas que nela habitam é ofertar uma experiência a ser vivida. “A experiência de um lugar ou espaço sempre é uma troca curiosa: à medida que me assento em um espaço, o espaço se assenta em mim” (PALLASMA, 2018, p. 25). Assentar como um movimento de reconhecimento pressupõe uma relação, prevê um tempo para que isso aconteça. A partir da disponibilidade para assimilar as múltiplas maneiras de se perceber um corpo, ainda que ele seja invisível, outros campos podem amparar acontecimentos que sejam o próprio reconhecimento de sua potência de comunicação. Assim, a arquitetura é simultaneamente expressão e receptáculo do tempo: é uma manifestação cultural de um momento histórico e será inevitavelmente transformada pelo correr do tempo.

Krauss (1988, p. 5) pontua a efemeridade do corpo, considerando sua capacidade de se modificar: “Todos os corpos [...] existem não apenas no espaço, mas também no tempo. Eles continuam e podem assumir, a qualquer momento de sua continuidade, um aspecto diferente e colocar-se em relações diferentes.” Assim, aderindo à concepção de Zumthor (2006) de que o edifício construído é um corpo e, portanto, ostenta uma estrutura que não se resume à sua silhueta, o autor defende que a arquitetura se transforma por estar em constante movimento, o prédio está fadado a se transformar.

Colomina (2019) analisando a representação de imagens do corpo em convergência à criação e pensamento do espaço arquitetônico, destaca como a tecnologia do raio x inaugura a possibilidade de se visualizar o interior do corpo humano, não como visão de uma realidade absoluta, mas sim como tradução particular, por meio de um recurso específico de interpretação da anatomia. A autora demonstra como a arquitetura moderna com sua transparência seletiva do interior dos edifícios produz uma operação análoga: promove a poderosa sensação de se ver através dos contornos do corpo (no caso do raio x), através da fachada no caso da construção. Em um recorte temático inusitado, a autora estabelece conexões entre conhecimentos da área de saúde e a produção do

espaço moderno, legitima a importância de se estabelecer vínculos, aparentemente sutis, entre a produção arquitetônica e o entendimento médico, antropológico e científico do corpo, demonstrando como a cada tempo e, portanto, a cada conjunto de crenças e tecnologias, o pensamento e a fabulação sobre a anatomia influenciam na produção do espaço, afinal a arquitetura pretende, por princípio, abrigar corpos.

Bridle (2019) aborda o termo conhecido no meio científico: “hora do vapor”²; elucidando a expressão como uma profusão simultânea de descobertas científicas, localizadas em diferentes países, o autor defende que as contribuições em avanços tecnológicos ao longo da história nem sempre foram centralizadas em um só lugar, ao apontar a sincronicidade das descobertas Bridle sugere que a narrativa do herói – aquele que, enfrentando as complexidades com seu árduo trabalho, traz à luz uma nova invenção - perde força em detrimento à compreensão de que as descobertas estão conectadas a um complexo de informações; ao se convergirem, culminam, através de um cientista, em uma nova criação. Destituindo o mérito único e individual do inventor, Bridle (2019) abre espaço para uma leitura do tempo como resultado de uma coexistência de acontecimentos de uma história não linear, reformulando a própria noção do tempo subjugado exclusivamente à cronologia. A partir do âmbito científico, o autor amplia o entendimento da autonomia das temporalidades que pairam no ar como uma nuvem misteriosa, cabe a nós decifrá-la para prever sua trajetória ou assimilá-la como um fenômeno agindo sobre o presente; “Afinal, dentro da nuvem, isto é, no mundo atual, a luz é difusa, não permitindo a definição nem de centros nem de margens em sua emissão e recepção” (WISNIK, 2018, p. 289). Assimilar o comportamento, por natureza, enigmático do tempo, parece significar renunciar à nitidez das ideias, habitar os contornos imprecisos do desconhecido, contemplar presenças que ainda estão porvir, disponibilizar-se ao movimento ritmado por ordem nenhuma.

A partir do reconhecimento da relação temporal e interativa da arquitetura, o presente trabalho analisa algumas ações que sintetizam diferentes sensibilidades artísticas a depender do modo como escolhem manejar o tempo. Assim,

2 “[...] um processo quase mítico, quase teleológico, porque existe fora da armação que temos para entender o progresso histórico.” (BRIDLE, 2019, p. 91)

a pesquisa busca demarcar posturas recorrentes da prática de criação contemporânea em arte para compor um vocabulário de ações, almejando contribuir como suporte à análise crítica de trabalhos contemporâneos: reconhecer o gesto autônomo de cada trabalho - desvinculando-se da dedução totalizante de um comportamento (ou estilo) por categorização – para que possam, enfim, assumir os traços inevitavelmente tortuosos do exercício da crítica em arte diante da pluralidade de produção artística contemporânea.

REPRESENTAR O TEMPO

A tentativa de tornar algo presente - emprestando as qualidades e características de algo que existe como repertório cultural – recorre ao efeito de materializar algo sem precisar de sua verdadeira presença, mas sim como versão reduzida em signos; diminuindo a intensidade do tempo presente, a representação cria códigos a serem decifrados, indícios de uma ideia, figura, estado ou ação. Seja pintando uma paisagem em um quadro, encenando uma saga histórica ou construindo uma fachada neoclássica, a operação que presentifica algo no vazio de sua ausência, tem qualidades prestidigitadoras, pretende, como ilusão, resgatar por meio da técnica um tempo que já viveu. O ato de representar também se manifesta como imposição violenta de um certo passado que deseja ser estrategicamente lembrado, Mbembe (2018, p. 223) sublinha que apesar de “aparentemente mudos”, as figuras autoritárias falam sobre o desejo de retroceder, “não existe estátua colonial que não remata um modo de recuar no tempo” (MBEMBE, 2018, p. 223).

A representação, o efeito ilusionista de fazer ver o que já não está, manifesta também sua importância às avessas: a recusa por aderir à representação significou a efervescência de novas posturas artísticas. Sendo urgente a necessidade de se elaborar uma realidade violenta e sendo a arte um veículo de produção de conhecimento, caracterizado por maturar plasticamente o seu tempo, os artistas articulam novos modos de se articular o tempo presente, aproximando a leitura e construção do que seria a realidade e se distanciando do que seria efeito, ilusão. O início e o fim do século XX se mostram como sendo dois momentos em que a recusa da representação se materializa

em trabalhos artísticos; distanciados pelo arco temporal de algumas décadas, pertinente observar como – a partir da negação da representação – o modo de atuação dos artistas se amplia em possibilidades de criação e pensamento crítico. Da estética das guerras mundiais, tematizada como ruptura e dilaceramento no cubismo; dos corpos esqueléticos de Alberto Giacometti às coreografias de Trisha Brown; do teatro brechtiano ao Teatro Oficina; Em um pertinente diálogo de temporalidades os anos 1920 e 1930 parecem germinar ideias nos anos 1960 e 1970, os espelhamentos entre a produção entre guerras e o início da contemporaneidade faz iluminar novas leituras das obras que manifestavam ímpetos de testemunhar o presente através de suas produções, uma espécie de desnudamento da natureza dos corpos e suas pulsões, da necessidade de produzir e agir sobre o tempo presente, abrindo caminhos para sensibilidades que rompem com uma estrutura narrativa, dilaceram representação do tempo como cronologia única e universal.

Pirandello I

A paisagem parece um cenário de teatro,
É uma paisagem arrumada,
Os homens passam tranquilamente
com a consciência de que estão representando.
Todos passam indiferentes
como se fosse a vida ela mesma.
O cachorro que atravessa a rua
e que deveria ser faminto
tem um ar calmo de sesta.
A vida ela própria não parece representada:
as nuvens correm no céu
mas estou certo de que a paisagem é artificial
eu que conheço a ordem do diretor:
- Não olhem para a objetiva!
e sei que os homens são grandes artistas
o cachorro é um grande artista.

João Cabral de Melo Neto (2020, p. 21)

O poeta João Cabral ao intitular o poema com o nome do dramaturgo e escritor Luigi Pirandello, oferece um testemunho das mudanças na lida com a representação das primeiras décadas do século XX; estendendo o tema da representação teatral para a percepção da própria vida, do céu e da rua, o poeta

faz transbordar a sensação de ser a vida, ela toda, como uma representação encenada, ou ainda, por oposição, de ter a representação a virtuose técnica de ser, ela mesma, a realidade. Dúbio, ora deslumbrado pela verossimilhança com a vida, ora declaradamente habilidoso em distinguir a arte da vida, Cabral remete à revelação da própria engrenagem audiovisual ou teatral, por meio da dramaturgia que contempla personagens que sabem que são personagens, ou de atores que revelam seu ofício em cena; com efeito o público é inserido em um jogo de metalinguagem no qual é impossível esquecer que se trata somente de um trabalho artístico, utilizando sua expressividade cênica para deixar de imitar a vida para poder, enfim, discuti-la.

Ao trair o princípio da representação, evidenciando que o acontecimento teatral não passa de uma peça ensaiada, Luigi Pirandello promove o humor que se origina na revelação da estrutura teatral: dos personagens apresentados como personagens, da interrupção da narrativa que culmina na justaposição da história acontecendo em diferentes perspectivas e da revelação da preparação para se contar aquela história; como resultado, assistimos a uma personagem existindo diante da plateia, mas também assistimos a uma atriz interpretando uma personagem, essa dupla visão revelada à plateia culmina ainda em uma terceira perspectiva: da trajetória da personagem e da atriz nasce o espaço entre elas, preenchido pela pensamento que ao longo da obra vai sendo estimulado na plateia, contemplando o espaço para a relação crítica com o material encenado.

ESTRANHAR O TEMPO

Bertolt Brecht já desde os anos 1920 instaura os primórdios de uma sensibilidade artística que ganhará novos contornos na pós-modernidade com a *performance* ou com o teatro performativo, no que diz respeito à percepção do espectador, Brecht introduz em seus estudos para o teatro o conceito do distanciamento crítico, aquele que – sem aderir a ilusionismos ou representações, convida a plateia a assistir criticamente a obra – estabelece nitidamente o jogo cênico como sendo um recurso para a elaboração de temas, partindo da interpretação dos atores que admite para a plateia que estão interpretando, como se

pudessem utilizar o personagens para destravar entendimentos, mais criar a ilusão de vestirem a pele do personagem, criando espaço inclusive para o humor originado pelos comentários do ator em relação ao personagem que interpreta.

O engajamento da plateia deve acontecer não por adesão deslumbrada ao virtuosismo dos intérpretes que poderiam oferecer uma fatia da vida³, como testemunho de uma veracidade tamanha capaz de imitar a própria vida, camuflando a engrenagem teatral; ao contrário, Brecht pretende que a plateia construa uma leitura da peça orientada justamente pela reflexão, explicitando a linguagem teatral como um meio para se fazer articular temas socioculturais pertinentes ao debate. Brecht rompendo com a ideia de representação, cria códigos para se contar uma história, mostrando que o teatro é apenas teatro, ainda que teatro possa ter muitos contornos, enquanto linguagem contém, fundamentalmente, os instrumentos para fazer imaginar, refletir e criar coletivamente. Ao expandir esse entendimento para as artes, Brecht apresenta um legado importante no que diz respeito à ruptura da representação, como leitura da realidade. Wisnik (2018, p. 175) enfatiza que “talvez a ruptura estético-filosófica mais expressiva da modernidade tenha sido a quebra da concepção dualista do mundo, baseada em um sistema de oposições binárias entre realidade e representação”, a arte moderna, como defende Argan (2001, p.198), não mais deseja representar algo externo a ela, mas sim explicitar o próprio ato artístico, “uma escultura que quer ser puro ato plástico [...] uma arquitetura que quer ser mera estruturalidade.”

Benjamin reconhece no teatro brechtiano a ruptura com o modo contemplativo de percepção da obra de arte, como qualidade de sensibilização da plateia por meio do entendimento dos mecanismos teatrais: ensinando o funcionamento da engrenagem, o público é inserido no jogo cênico, sendo convidado a pensar com as situações da história. Wisnik (2018, p. 171) salienta que, além de abolir a diferença entre arte e vida, o rompimento da relação representacional dualista promove também “a explicitação de uma distância crítica entre arte e mundo, tal como no teatro brechtiano ou na montagem

3 Termo do teatro naturalista, originalmente francês - *tranche de vie* - traduz o ímpeto da encenação realista em imitar e se confundir com a própria vida; a plateia testemunha a história com a ilusão de quem presencia os acontecimentos sem ser visto, como se vissem através de uma fresta.

eisensteiniana, como forma de evidenciar, pela linguagem da arte, o próprio artifício da construção artística, evitando-se assim a ilusão naturalista.”

Otília Arantes (2000, p. 21) comenta que se Benjamin entendeu nas teorias brechtianas e no espaço teatral um ambiente fértil para se analisar o modo como a obra de arte é percebida, foi na arquitetura que Benjamin encontrou um território ideal para criar a oposição da percepção pela contemplação *aurática*, uma vez que na arquitetura a relação fundamental de necessidade em se abrigar fez da percepção do espaço uma continuidade de seu uso, a autora atenta que a natureza tátil na arquitetura resulta, analogamente, na produção tecnológica da reprodutibilidade; Otília Arantes (2000, p. 24) aponta uma importante conexão entre a percepção da arquitetura com as teorias teatrais de Brecht: “Benjamin interpretava a relação desatenta com a arquitetura nos termos em que concebia o efeito desidentificação produzido pelo teatro épico de Brecht – o olhar distanciado de quem julga distraidamente - , fazendo dela o paradigma de toda relação estética na era da reprodutibilidade técnica.”

Barthes (2001, p. 70), falando sobre os mitos no “jovem teatro”, agrega à discussão da representação teatral um fator econômico: encontra no pensamento burguês a prática de comprar um ingresso como um produto a ser recebido, uma troca bem-sucedida na medida que o elenco oferece o próprio corpo para que a história a ser contada ganhe traços tão verdadeiros que possa cegar a plateia para qualquer truque teatral. Assim, “nenhum público burguês resiste a um ‘sacrifício’ tão evidente, e creio que um ator que saiba chorar ou transpirar em cena, pode estar certo da vitória: a evidência do seu esforço laborioso suspende qualquer julgamento mais profundo.” Esta busca burguesa pela verdade apontada por Barthes lança novos olhares sobre a representação, reconhecendo uma monetização por presenciar uma suposta verdade, como se mesmo protegido por uma ficção, ao engajar seu corpo - esse contorno de presença de verdade inequívoca - produzisse mais do que a representação, mas a mediação da própria vida, suando, chorando, enrubescendo, existindo, enfim, à frente da plateia.

Benjamin (2017) atenta para outro recurso utilizado por Brecht capaz de se relacionar com a percepção da arquitetura, da cidade, do cinema e das artes que se debruçam sobre a narrativa: o recurso da interrupção. Na encenação bre-

chtiana, o descompromisso com o naturalismo estabelece um jogo com a plateia com uma narrativa descontinuada, propositalmente editada, fragmentada, para que possa observar situações que, ao suspenderem o ritmo da trama, funcionam como núcleos de questionamento e reflexão coletiva. Benjamin (2017) identifica nas músicas e nos gestos brechtianos que sintetizam os personagens como sendo as estratégias mais evidentes de promover a reflexão pelo descompasso na linearidade da fábula.

Ao pesquisar o distanciamento crítico, o estranhamento, a interrupção e o gesto social Brecht não parece almejar somente a reflexão, sugere também um engajamento com a história, para que possa acontecer a aproximação inclusive emocional com a obra, as músicas de Kurt Weill são exemplo desse convite a vivenciar a intensidade, uma negociação equilibrada entre o envolvimento sensível ponderado pela reflexão do teatro como a linguagem que exemplifica situações da vida e, ao fazê-lo, ensaia nossa verdadeira épica por meio de ficções.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oposição entre a criação que antecede a sua execução (o projeto) e a feitura sem decisões prévias (autoconstrução) estabelece o questionamento do próprio ato de projetar: como é possível se desprender do ímpeto modernista de – ordenando, organizando, setorizando – encerrar as possibilidades de deslocamento de um lugar? Considerar uma margem de imperfeição que constitui os próprios materiais é um caminho para reconhecer o imprevisível, a coexistência da diferença e o tempo. “Toda manifestação artística supostamente é aberta e disponível para representações transformativas posteriores no domínio público principalmente por meio da linguagem e da fotografia” (MORRIS, 2007, p. 416); abranger certa incompletude, ter em conta que ser o arquiteto não significa ter o controle de como essa criação irá se comportar; “O tátil, o relacional e o incompleto são experiências físicas que ocorrem no ato de desenhar” (SENNET, 2015, p. 55), projetar não só com a imaginação, mas com o todo do corpo, repetindo, Tateando, aceitando ser um dos participantes na trajetória daquela estrutura, um facilitador de sua existência, menos conectado à autoria

e mais comprometido com a escuta atenta dos movimentos já existentes, como um tutor silencioso, discreto, talvez invisível.

Do mesmo modo que Sennet (2015) atenta para a valorização dos trabalhadores demiurgos nas sociedades arcaicas, Jacques (2001) encontra na terminologia grega o sentido de *demiurgo*, como aquele que trabalha para o público, um ofício anônimo e coletivo. Como o artífice que se faz presente marcando o objeto com seu gesto, que concilia presença e anonimato, “representa uma condição humana especial: a do engajamento [...] sua lida não é apenas um meio para alcançar um outro fim” (SENNET, 2015, p. 30). O desejo de ser reconhecido como um grande criador é suprimido pelo entendimento da própria presença como expressão da temporalidade, portanto, uma função do esquecimento.

A existência do artista no tempo vale tanto quanto o produto final... Quanto mais fundo um artista mergulha na torrente do tempo, mais este se torna esquecimento; por isso, o artista tem de permanecer perto das superfícies temporais. Muitos gostariam de esquecer o tempo por inteiro, porque este oculta o “princípio da morte”. [O artista] tem que entrar em lugares onde futuros remotos encontram passados remotos. (SMITHSON, 2007, p. 197)

Novas sensibilidades emergem da permeabilidade entre criação e obra, promovendo a participação do público como agentes responsáveis pela construção de um produto que não foi previamente imaginado ou planejado. A ideia de criar por uma ação imprevisível estabelece uma nova relação com o conceito de autoria, questiona o ato de projetar, sublinha a relevância da corporalidade como inteligência e determina uma nova função temporal com o lugar. Os modos de produção do espaço no pós-modernismo encontram na efemeridade do gesto um caminho performativo para a preservação das diferenças: valorizar a identidade de um lugar passa a ser o reconhecimento do *continuum* cultural e temporal, decifrar seus percursos e promover a manutenção da participação coletiva, seja ativamente, seja no desenvolvimento de uma acuidade promovida pela articulação do artista.

CONCLUSÃO

O artista que convida o espectador a uma vivência, promove uma criação compartilhada de espacialidades, articula um coletivo em prol de uma ação cultural que possa de fato estimular mudanças sociais. Um trabalho desvinculado do ícone assinado, do objeto substantivo; uma obra mais compactuada com a arte processual, com as ações do tempo, articulando um senso crítico no espectador.

Das representações míticas às figuras religiosas, da linearidade cronológica à espiral de Foucault, as tentativas de compreensão promovem uma constante discussão em torno daquilo que é desconhecido. Como traduzimos a presença do tempo no espaço, sem que esqueçamos de suas qualidades imateriais?

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. B. F. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Edusp/Studio Nobel, 1993.

ARGAN, Giulio Carlo. Arquitetura e arte não figurativa. *In: Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2001.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

AUBIN, Charles *et al.* **Bodybuilding**: architecture and performance. New York: Performa, 2019.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Estudos sobre Brecht**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BORER, Alain. **Joseph Beuys**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

BRIDLE, James. **A nova era das trevas: a tecnologia e o fim do futuro**. São Paulo: Todavia, 2019.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

COLOMINA, Beatriz. **X-Ray Architecture**. Zurique: Lars Müller Publishers, 2019.

DS+R PROJECTS. **Studio**. New York, [2021?]. Disponível em: <https://dsrny.com/?index=true§ion=studio>. Acesso em: 12 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

KAPROW, Allan. **Essays on the blurring of art and life**. Berkeley: University of California Press, 1993.

KRAUSS, Rosalind. **A escultura no campo ampliado**. Tradução: Elizabeth Carbone Baez. **October**, Cambridge, n. 8, 1979.

KRAUSS, Rosalind. **Caminhos da escultura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MÃE, Valter Hugo. **A máquina de fazer espanhóis**. São Paulo: Biblioteca azul, 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERLEAU-PONTY, M. **A prosa do mundo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

LEPECKI, A. **Exaurir a dança: performance e a política do movimento**. São Paulo: Annablume, 2017.

MITCHELL, W. J. T. O que quer a escultura: situando Antony Gormley. *In: Corpos presentes: still being*. São Paulo: Mag Mais Rede Cultural, 2012. p. 147-184.

MORRIS, Robert. **The guardian**. Londres, 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/gallery/2009/apr/06/tate-robert-morris-bodys-pacemotionthings>

MORRIS, Robert. O tempo presente do espaço. *In*: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília (orgs.). **Escritos de artistas: anos 1960/70**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 401- 420.

PALLASMAA, J. Aesthetics and existencial space: the dialetics of art and architecture. *In*: PELKONEN, Eeva; LAAKSONEN, Esa (orgs.). **Architecture + Art: New visions, news strategies**. Bedfordshire, Ram Distribution, 2007. p. 13-27.

PALLASMAA, J. **Essências**. São Paulo: Gustavo Gili, 2018.

PERFORMA Announces Bodybuilding: A Radical Broadcast Online Exhibition of Architecture and Performance. **Performa News**, New York, 14 maio 2020. Disponível em: <https://performa-arts.org/news/bodybuilding-radicalbroadcast>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SENNET, R. **O Artífice**. Trad. Clóvis Marques. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic, New Jersey. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 19, 2009.

SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic, New Jersey. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 19, 2009.

SMITHSON, Robert. Uma sedimentação da mente: projetos de terra. *In*: FERREIRA, Glória; COTRIM, Cecília (orgs.). **Escritos de artistas: anos 1960/70**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 182-197.

WISNIK, Guilherme. **Dentro do nevoeiro**: arquitetura, arte e tecnologia contemporâneas.

CAPÍTULO 14

CINCO GALERIAS COMERCIAIS NO CENTRO DE SÃO PAULO: UM RECORTE DA PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA DE ERMANNO SIFFREDI E MARIA BARDELLI (1950–1960)

Marcos Sartori

Francisco Spadoni

Doi: 10.48209/978-65-5417-460-E

Resumo: O artigo analisa a produção de galerias comerciais no centro de São Paulo nas décadas de 1950 e 1960, projetadas pelos arquitetos italianos Ermanno Siffredi e Maria Bardelli. A partir de cinco estudos de caso — Galeria Sete de Abril, Edifício das Grandes Galerias, Galeria Presidente, Galeria Nova Barão e Galeria Le Village —, o texto investiga como a dupla articulou os princípios do modernismo italiano às demandas do contexto urbano brasileiro, propondo soluções arquitetônicas inovadoras que reconfiguraram o espaço público paulistano. O trabalho destaca o papel dessas galerias como dispositivos de integração entre arquitetura e cidade, revelando sua relevância tanto como experimentos tipológicos quanto como manifestações de uma modernidade alternativa. A análise busca também restituir à trajetória dos arquitetos a centralidade que sua obra merece no debate historiográfico sobre a arquitetura moderna brasileira.

Palavras-chave: Arquitetura moderna; Galerias comerciais; São Paulo; Ermanno Siffredi e Maria Bardelli; Espaço urbano.

INTRODUÇÃO

Os italianos Ermanno Siffredi (1922–2003) e Maria Bardelli (1921–1993) conceberam obras de grande relevância para a trajetória da arquitetura moderna brasileira. Embora pouco reconhecidos, foram autores de um repertório expressivo, com projetos emblemáticos na metrópole paulistana. Ao longo das déca-

das de 1950 e 1960, tiveram atuação decisiva na renovação do centro de São Paulo, demonstrando com notável rigor como a arquitetura poderia responder aos desafios da cidade moderna.

Apesar da relevância de sua produção, a dupla permaneceu à margem das principais narrativas historiográficas da arquitetura no Brasil. Isso reflete, em parte, uma característica estrutural da escrita da história da disciplina, que frequentemente se constrói a partir de seleções abreviadas, priorizando certos percursos em detrimento de outros. O esforço de reconstrução linear da evolução estilística da arquitetura moderna, muitas vezes, sacrificou a diversidade de olhares, posturas e linguagens, invisibilizando trajetórias dissonantes ou paralelas. Assim, arquitetos como Lauro da Costa Lima, Alfredo Duntuch, Abelardo Riedy de Souza, Salvador Candia e Lucjan Korngold foram progressivamente ofuscados na fotografia da arquitetura brasileira — um processo de apagamento que igualmente recai sobre Siffredi e Bardelli, cuja obra permanece pouco documentada, escassamente estudada e raramente analisada com a devida atenção no campo acadêmico.

Essa marginalização da dupla se explica, também, por fatores práticos. Sem registro profissional no Brasil, Ermanno e Maria não assinavam oficialmente seus projetos como arquitetos, recorrendo a parceiros construtores para validar tecnicamente suas obras. Ermanno jamais homologou seu diploma italiano e Maria, por sua vez, não concluiu sua formação, nem obteve reconhecimento formal no país. Essa condição, além de comprometer sua visibilidade institucional, dificultou a posterior identificação e organização de seu acervo, tornando escassos os registros documentais diretamente atribuíveis à autoria da dupla. Ainda assim, consolidaram-se no cenário arquitetônico paulistano por meio de alianças estratégicas, especialmente com a construtora de Alfredo Mathias, com a família Scuracchio e com investidores de grande influência, como o húngaro Benjamin Citron e o engenheiro Jacob Lerner. Esses vínculos foram decisivos para sua atuação profissional e para a viabilização de seus projetos.

Diante de um cenário de incertezas no pós-guerra italiano, Ermanno e Maria, recém-casados, buscaram no Brasil uma oportunidade de recomeço. Desembarcaram no Rio de Janeiro em agosto de 1950 e iniciaram suas atividades

profissionais como desenhistas publicitários. Foi o empresário Adolfo Bloch quem os integrou à produção de peças gráficas para suas empresas, oferecendo-lhes um suporte financeiro inicial que garantiu sua estabilidade no país.¹ Três anos depois, transferiram-se para São Paulo, onde encontraram a oportunidade de retomar a prática da arquitetura.

A inserção da dupla no cenário profissional paulistano consolidou-se por meio da colaboração com o construtor Nelson Scuracchio,² engenheiro de ascendência italiana cuja família, tradicional no setor têxtil, buscava diversificar seus investimentos atuando na construção civil com a Construtora Brasília e no mercado imobiliário com a Imobiliária Nobel. Dessa colaboração resultou a fundação do escritório Nobel Engenharia e Vendas, sediado sobre o Cine Marrocos na Rua Conselheiro Crispiniano, onde atuaram por vários anos. Dessa parceria surgiram também alguns conjuntos residenciais de destaque no bairro de Higienópolis.

Foi também nesse período que a dupla projetou, em parceria com a incorporadora de Scuracchio, a Galeria Apolo (Centro Comercial Dom José, 1958–1960), implantada no então dinâmico Centro Novo paulistano. A obra materializa uma estratégia arquitetônica que buscava integrar os fluxos pedestres, o dinamismo comercial e as exigências de uma metrópole em transformação.

No entanto, foi sobretudo por meio da colaboração com a Construtora Alfredo Mathias que Siffredi e Bardelli desenvolveram algumas de suas obras mais significativas no centro de São Paulo. Visionário, Mathias associou-se ao longo dos anos a profissionais notáveis da arquitetura, como Giancarlo Pianti, Lucjan Korngold, Giancarlo Gasperini e o próprio casal Siffredi e Bardelli. Essa parceria permitiu à dupla desenvolver projetos em grande escala e com ampla repercussão, especialmente no centro da metrópole, onde ergueram galerias comerciais que ajudaram a moldar o espaço urbano.

Alianças estratégicas com investidores de famílias influentes, como Diederichsen, Dumont Villares, Citron e Lerner, fortaleceram essa atuação.

¹ Lores, 2017, p. 161.

² Idem, p. 162.

Nesse contexto, Maria e Ermanno, alinhados ao perfil empreendedor e tecnicamente rigoroso de Mathias, consolidaram-se na realização de uma série de galerias comerciais emblemáticas que contribuíram decisivamente para a redefinição do tecido urbano paulistano.

O florescimento desse modelo de espaço comercial coincidiu com o apogeu da indústria imobiliária paulistana, num período marcado pela acelerada verticalização do centro, favorecida por legislações urbanísticas permissivas e pela expansão de uma metrópole em franca ascensão econômica. Trata-se do que ficou conhecido como o “milagre arquitetônico”, uma janela histórica de transformação urbana que configurou a São Paulo das décadas de 1950 e 1960. Nesse cenário, a contribuição de Siffredi e Bardelli — especialmente na concepção de galerias comerciais — não apenas acompanhou esse processo de modernização, mas ajudou a defini-lo, deixando um legado duradouro inscrito na paisagem da cidade.

Este estudo apresenta, portanto, um recorte da produção de Siffredi e Bardelli, centrado em cinco galerias comerciais implantadas no centro de São Paulo. Embora herdeiros das premissas do Movimento Moderno, os arquitetos desenvolveram uma arquitetura que, em certa medida, se distancia de suas ortodoxias, explorando uma modernidade alternativa — híbrida, experimental e não convencional — ao articular os valores do modernismo italiano com a liberdade expressiva própria do contexto brasileiro. Esse intercâmbio de linguagens resultou em soluções que redefinem as relações entre arquitetura e cidade, configurando um repertório cuja originalidade não apenas respondeu às demandas do mercado imobiliário, mas também conferiu à dupla uma posição singular na paisagem arquitetônica da metrópole.

GALERIA SETE DE ABRIL

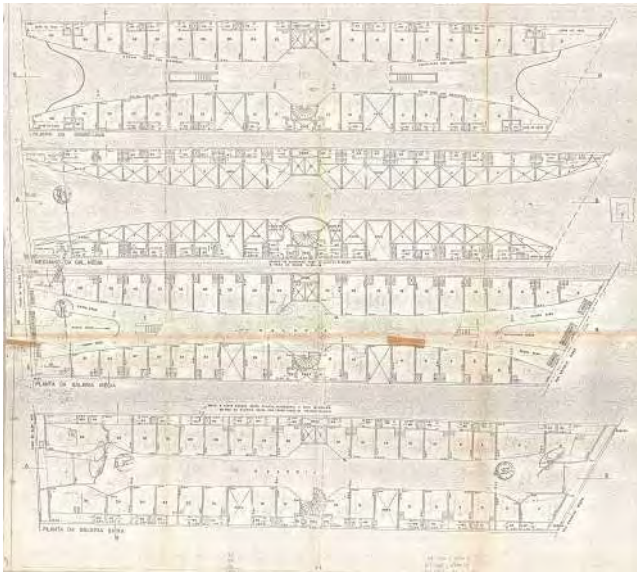
O Edifício-Galeria Sete de Abril (1957–1959) foi o primeiro projeto desenvolvido por Siffredi e Bardelli em colaboração com a Construtora Alfredo Mathias. Financiado pela família Diederichsen e lançado em 1957, o edifício foi concebido para estabelecer uma conexão direta entre as ruas Sete de Abril e Bráulio Gomes, refletindo desde sua origem uma clara vocação comercial.

O partido arquitetônico organiza-se em dois volumes principais sobrepostos: um bloco horizontal de três pavimentos, destinado à galeria e ao mezanino, que funciona como uma extensão do espaço público; e uma torre de escritórios, com quatro andares, implantada sobre esse embasamento. Cada andar da torre abriga 16 salas, organizadas de maneira simétrica, refletindo-se tanto na configuração interna quanto nas fachadas, que se apresentam praticamente idênticas em ambos os alinhamentos do lote. O acesso aos escritórios se dá no ponto central da planta da galeria, onde se organizam, de forma simétrica e oposta, os núcleos de circulação vertical — escadas e elevadores — dispostos frente a frente.

Mais do que um edifício isolado, a Galeria Sete de Abril foi pensada como parte ativa da malha urbana, estabelecendo uma continuidade espacial direta entre cidade e arquitetura — princípio que se tornaria recorrente nas galerias projetadas pela dupla no Centro Novo paulistano. A concepção do térreo como passagem pública não apenas favorece o fluxo de pedestres, mas também transforma a galeria em elemento estruturante do tecido urbano.

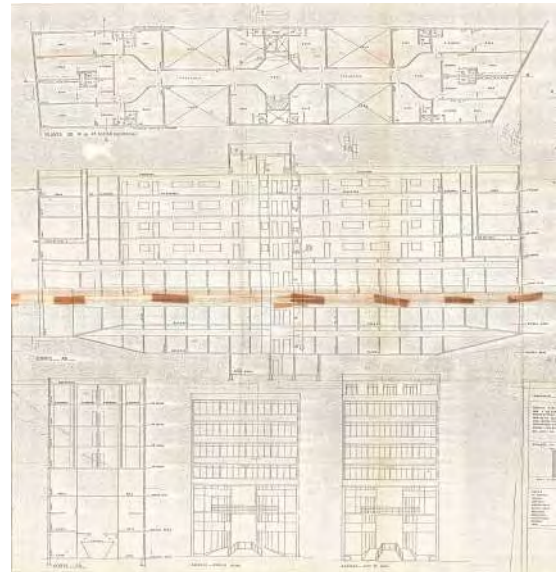
Essa estratégia projetual — e, sobretudo, a maneira como foi desenhada pelos arquitetos — evidencia sua compreensão sobre o papel da galeria como dispositivo de integração urbana. Ao promover a fluidez entre o espaço público da rua e o interior do lote, a galeria atua como uma extensão da calçada, configurando-se como percurso alternativo, protegido e convidativo. Os recuos nas fachadas, a definição dos cheios e vazios e a clareza na articulação dos acessos reforçam essa lógica de permeabilidade, na qual o edifício privado deixa de ser limite e passa a funcionar como continuidade da própria cidade.

Figura 1: Galeria Sete de Abril.
Plantas do subsolo, térreo, mezanino e
sobreloja. Projeto apresentado à
Prefeitura de São Paulo.



Fonte: Arquivo Prefeitura de São Paulo.

Figura 2: Galeria Sete de Abril.
Planta do pav. tipo, cortes e elevações.
Projeto apresentado à Prefeitura
de São Paulo.



Fonte: Arquivo Prefeitura de São Paulo.

CENTRO COMERCIAL GRANDES GALERIAS

Entre os edifícios projetados por Siffredi e Bardelli, nenhum sintetiza de forma tão expressiva a vitalidade e experimentação tipológica da dupla quanto o Edifício das Grandes Galerias (1959–1962), mais conhecido, desde os anos 1970, como Galeria do Rock. Implantado em um lote de configuração linear, que conecta a Rua Vinte e Quatro de Maio à Avenida São João, o projeto desenvolve-se como uma passagem urbana ativa, em continuidade direta com o espaço público — princípio que já havia sido testado na Galeria Sete de Abril, mas aqui levado a uma escala mais ambiciosa.

Esse edifício marca o início da colaboração dos arquitetos com os investidores Benjamin Citron e Jacob Lerner, ambos de origem judaica, que apostaram na capacidade da dupla de aliar inteligência comercial e inventividade arquitetônica. O projeto consolida uma tipologia híbrida — edifício e espaço urbano — na qual o percurso, a permeabilidade e a integração entre interior e exterior tornam-se elementos estruturantes da proposta.

O partido arquitetônico explora com inteligência a diferença de cota entre as duas frentes do lote, criando um sistema de circulação que combina rampas, escadas rolantes e vazios verticais. As rampas, implantadas em ambas as extremidades, organizam os acessos em dois níveis distintos — subsolo e térreo —, multiplicando as possibilidades de entrada, absorvendo o fluxo de pedestres e estimulando a circulação transversal. A testada do lote, com quase 20 metros de fachada, favoreceu a ampliação dos acessos, eliminando barreiras físicas e consolidando uma ocupação aberta, permeável e visualmente convidativa.

O projeto organiza-se a partir de um eixo longitudinal central, ao longo do qual se distribuem simetricamente as lojas, dispostas em ambos os lados da galeria, com circulação livre no centro. As escadas rolantes, dispostas de forma alternada, em diálogo com os vazios ovais recortados nas lajes, articulam visual e espacialmente os diferentes pavimentos. Esses elementos não apenas conectam os andares, mas também constroem uma sequência dinâmica, ritmada e fluida, capaz de oferecer ao visitante uma experiência de percurso contínuo, sempre renovada a cada nível.

Essa lógica de movimento e fluidez também se expressa na volumetria do edifício, com as lajes sinuosas que moldam as fachadas, reforçando tanto a sua identidade formal quanto a vocação urbana do conjunto. Mais do que um recurso estético, essa conformação constitui um verdadeiro gesto de acolhimento ao pedestre: as curvas da arquitetura envolvem quem passa, conduzindo-o de modo natural e contínuo entre o espaço público e o interior da galeria, por meio de uma sequência harmônica de rampas, percursos e vazios.

A alternância de painéis de vidro e madeira nas fachadas das lojas acompanha o movimento sinuoso das lajes, estabelecendo uma cadência visual que reforça a fluidez do conjunto e acrescenta sofisticação ao espaço.

Os sete pavimentos são organizados em cinco andares de lojas, além de subsolo e cobertura. Cada nível possui uma atmosfera própria, marcada pela variação de cores, pela distribuição das escadas e pelos recortes assimétricos das lajes. O térreo e o subsolo funcionam como uma espécie de dupla praça comercial, conectada diretamente às ruas. À medida que se ascende, os vazios nas lajes se ampliam, permitindo que a luz natural penetre até os níveis

inferiores, graças às aberturas e às coberturas translúcidas instaladas nos últimos pavimentos.

O terraço-jardim, situado na cobertura, atua como coroamento do edifício. Nele, canteiros contornam as bordas perimetrais, e um bloco central abriga a área administrativa. Atualmente, o espaço funciona como área de lazer e palco para apresentações musicais, reafirmando a vocação cultural que a galeria adquiriu nas últimas décadas.

O cuidado com os acabamentos e com a construção de uma identidade visual coerente estende-se à colaboração com o artista Bramante Buffoni, responsável pelo desenho dos pisos cerâmicos, painéis gráficos e elementos decorativos das áreas comuns. Nos pisos, Buffoni desenvolveu composições geométricas que tensionam as convenções do construtivismo, aproximando-se de efeitos óticos característicos da chamada *op art* — movimento que explorava a percepção visual por meio de padrões repetitivos, contrastes cromáticos e ilusão de movimento. Através de jogos de linhas, retângulos e campos cromáticos em tons neutros — cinza, marrom, branco e preto —, os padrões variam a cada pavimento, produzindo uma experiência perceptiva dinâmica, quase hipnótica, que articula profundidade, orientação espacial e ritmo. No subsolo e no primeiro pavimento, as composições são organizadas em retângulos concêntricos, gerando campos vibratórios que comprimem ou expandem o espaço conforme o deslocamento do visitante. Já no térreo e no segundo andar, os desenhos se alongam no sentido longitudinal, reforçando a direcionalidade do percurso. Nos andares superiores, a opção por uma solução mais sóbria — pastilhas hexagonais em cinza e branco — preserva a coesão estética, ao mesmo tempo em que ameniza a sobrecarga visual, reservando os efeitos óticos mais intensos para os níveis de maior fluxo.

O painel sobre a caixa dos elevadores, também assinado por Buffoni, retrata figuras femininas estilizadas interagindo com produtos e vitrines, numa cena dinâmica e vibrante que celebra o consumo e o convívio. Esse painel foi estrategicamente posicionado diante de um patamar das escadas, criando um ponto de parada no percurso, onde o visitante é convidado à contemplação.

Formalmente, o edifício distingue-se pela expressividade de sua composição: a sequência de lajes curvas gera uma ondulação visual que se recolhe em

relação ao alinhamento da rua, instaurando um contraponto à ortogonalidade da malha urbana. Esse movimento de recuo — que suaviza a transição entre espaço público e edificação — é acentuado pela presença dos guarda-corpos metálicos em laranja, cuja vibração cromática, em contraste com os tons terrosos da madeira e a leveza do vidro, imprime dinamismo, calor e movimento à leitura da fachada.

Figura 3: Interior do Centro Comercial Grandes Galeria, São Paulo.



Fonte: André Deak (2011).

Figura 4: Fachada do Centro Comercial Grandes Galerias, São Paulo.



Fonte: Wilfredo Rodríguez (2016).
Licenciada sob CC BY-NC-ND 2.0
(<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/>). Nenhuma alteração feita.

Originalmente, o edifício foi projetado sem grades ou fechamentos nas entradas, funcionando como uma passagem pública aberta 24 horas, mesmo após o encerramento das atividades comerciais — característica que só seria alterada décadas depois, com a instalação de grades no período noturno.

Ao longo do tempo, o perfil comercial e social da galeria sofreu profundas transformações. Se nas primeiras décadas o espaço era ocupado por lojas

de alfaiataria, artigos de luxo e restaurantes frequentados por boêmios, a partir dos anos 1990 o edifício se consolidou como um epicentro da cultura rock e das tribos urbanas, abrigando lojas de discos, tatuagem, moda alternativa e espaços dedicados à cultura underground. Esse processo foi conduzido por uma gestão ativa, que buscou recuperar tanto a integridade física quanto a relevância cultural do edifício, ancorando sua estratégia na especialização comercial e na valorização arquitetônica.

O Edifício das Grandes Galerias é, hoje, não apenas um marco da arquitetura comercial paulistana, mas também um testemunho da capacidade da arquitetura de se adaptar, ressignificar-se e permanecer ativa como parte integrante da dinâmica urbana. Reconhecendo seu valor, o prédio foi tombado pelo CONPRESP (Resolução nº 37/92), com enquadramento no Nível de Proteção 2 (NP-2), que assegura a preservação de suas características arquitetônicas externas e de alguns elementos internos.

GALERIA PRESIDENTE

Ainda em parceria com os investidores Benjamin Citron e Jacob Lerner, Ermanno Siffredi e Maria Bardelli projetaram duas importantes galerias comerciais no centro de São Paulo: a Galeria Nova Barão (1959-1962) e a Galeria Presidente (1960-1962), esta última hoje popularmente conhecida como “Galeria do Reggae”. Situada a poucos metros do Edifício das Grandes Galerias, também na Rua 24 de Maio, a Galeria Presidente reproduz a configuração de edifício comercial vertical com múltiplos pavimentos, marcada por um sucesso comercial imediato: todas as suas unidades foram vendidas em apenas quinze dias, e o empreendimento foi concluído em 1962.³ Tal êxito revela a aderência do projeto a um modelo de negócio em ascensão na época — edifícios comerciais de verticalização rápida, com custos de implantação reduzidos e retorno financeiro ágil, conforme destacou o arquiteto Ermanno Siffredi.⁴

Porém, mais do que um produto do mercado, a Galeria Presidente expressa uma ambição arquitetônica singular, cuja força reside principalmente no im-

³ Entrevista com Jacob Lerner. In: FONSECA, 1992, p. 39

⁴ Entrevista com Ermanno Siffredi. Idem, p. 42.

pacto de seu espaço interior. Com seis pavimentos — térreo, cinco andares tipo, intermediário e ático —, o edifício abriga 167 salas comerciais e 64 lojas. O núcleo do projeto é um átrio vertical contínuo que atravessa todos os pavimentos, configurando um vazio central que articula os níveis com fluidez. Escadas rolantes suspensas no vazio, iluminadas por uma ampla claraboia na cobertura, promovem uma circulação sinuosa e visível, reforçando a dramaticidade espacial e permitindo a percepção simultânea dos diferentes andares. No interior da galeria não se vê pilares, apenas lajes horizontais, robustas, que ecoam linhas horizontais e marcam a leitura ascendente do átrio, conferindo ritmo ao conjunto e evidenciando a arquitetura como um gesto que desafia a gravidade.

Externamente, a fachada subverte a ortogonalidade do entorno, articulando curvas e contracurvas que tensionam o espaço urbano. Um núcleo ovalado, que avança em direção à calçada, é ladeado por alas laterais curvadas que recuam, configurando uma composição dinâmica de avanços e retrações. Este jogo geométrico cria uma hierarquia visual onde o “portal” de acesso, marcado por um pé-direito triplo e 22 metros de largura, se apresenta como uma interface monumental com a cidade. A circulação é organizada por rampas laterais que levam a um térreo elevado — meio nível acima da rua — e por uma rampa central que desce ao térreo inferior, conectando o edifício à Rua Dom José de Barros. Essa combinação de rampas e acessos livres reforça a integração urbana e o desejo de abertura característicos do trabalho da dupla.

Assim como no Edifício das Grandes Galerias, a ausência inicial de portões permitia a livre circulação dos pedestres mesmo fora do horário comercial, reforçando a ideia da galeria como extensão do espaço público. A continuidade espacial interna é uma marca fundamental, com superfícies curvas que não apenas decoram, mas articulam uma dinâmica fluida, dissolvendo as fronteiras tradicionais entre interior e exterior. O fechamento, longe de ser um obstáculo, funciona como membrana que modula a transição entre os ambientes. O térreo duplo, acessado em diferentes níveis, explora uma continuidade planimétrica que integra as circulações superior e inferior, enquanto a fachada, embora orientada topologicamente, cria uma espacialidade ambígua que desafia a distinção entre dentro e fora.

Apesar da monumentalidade, que nasce da integração simbólica com a cidade e da construção de uma “praça verticalizada”, a Galeria Presidente enfrentou dificuldades de uso cotidianas típicas dos centros comerciais verticais: a falta de lojas-âncora comprometeu a ocupação dos pavimentos superiores e os hábitos de consumo mostraram-se pouco adequados à verticalização. Problemas de manutenção, como pintura descascada, desgaste da fachada, infiltrações e iluminação precária, agravaram seu estado de conservação ao longo das décadas.

A partir dos anos 1980, a galeria passou a abrigar atividades ligadas à cultura afrodescendente, reggae e black, com lojas de roupas, discos e salões especializados, o que, embora tenha mantido o funcionamento do espaço, não promoveu sua requalificação física. Atualmente, funciona de segunda a sábado, mantendo-se acessível e ativa, mas ainda carece de intervenções que revertam sua degradação.

A Galeria Presidente permanece, contudo, como um testemunho significativo de uma arquitetura que articulou plasticidade formal, consciência espacial e referências históricas, propondo uma nova relação entre forma e cidade, capaz de reinventar a dinâmica urbana por meio de um gesto contínuo de invenção.

GALERIA NOVA BARÃO

Inserido no coração do Centro Novo paulistano, em uma área estratégica ao lado do Teatro Municipal e do antigo Mappin, o Conjunto Nova Barão (1964–1966) revela uma inflexão no percurso projetual de Siffredi e Bardelli. Ao contrário das galerias verticais que marcaram sua produção anterior — como as Grandes Galerias e a Galeria Presidente —, o projeto abandona a lógica de empilhamento comercial e investe em uma tipologia horizontal, que articula múltiplos usos e amplia as possibilidades de integração urbana.

Fruto da parceria com a Construtora Alfredo Mathias e os investidores Citron e Lerner, o empreendimento assume um caráter multifuncional e res-

ponde às condições de saturação fundiária da região. Com aproximadamente 18 mil m² de área construída, organiza-se em quatro blocos — dois comerciais e dois residenciais — implantados ao longo das divisas do lote, liberando o centro para a criação de uma rua interna de cerca de 150 metros, que conecta, em desnível de seis metros, a Rua Sete de Abril à Rua Barão de Itapetininga. Essa nova via, revestida com pedra portuguesa em desenhos ondulados, não apenas resgata a memória das galerias europeias, mas se inscreve como gesto de urbanidade que restitui à cidade um espaço de atravessamento, permanência e encontro.

Composta por térreo, dois mezaninos, dez pavimentos, subsolo e ático, a Galeria Nova Barão abriga 83 lojas, 214 escritórios e 94 unidades habitacionais. No térreo superior, passarelas cobertas conectam as duas lâminas, projetando-se sobre a galeria interna como calçadas suspensas, que funcionam simultaneamente como marquises e elementos de unificação visual entre os blocos. Quatro escadas rolantes nas extremidades garantem o acesso aos níveis elevados, enquanto a laje contínua da sobreloja, alinhada às frentes dos logradouros, oferece um gesto arquitetônico claro e acolhedor que qualifica as transições entre o espaço público e o domínio edificado.

A estratégia projetual de ocupação perimetral, aliada à abertura de uma rua-galeria, permite ampliar de forma exponencial a superfície de vitrines comerciais — de 40 para 240 metros lineares por lado — ao mesmo tempo em que assegura iluminação e ventilação naturais às unidades residenciais e corporativas. A Galeria Nova Barão se apresenta, assim, como um organismo urbano complexo, onde a multiplicidade de funções não resulta em fragmentação, mas em continuidade espacial e coerência morfológica.

Essa coerência reflete uma intencionalidade projetual clara. O edifício atua como mediação entre escalas, domínios e fluxos. O envoltório da construção — entendido como um sistema de vitrines, passagens, terraços, marquises e fachadas moduladas — não separa, mas conecta: regula transições, estimula a permanência e favorece a fluidez dos percursos. Ao invés de se fechar sobre si, a galeria convida a cidade a atravessá-la. Não se trata apenas

de um elo funcional entre duas ruas, mas de uma experiência urbana contínua, onde interior e exterior, privado e público, arquitetura e cidade se tornam categorias interdependentes.

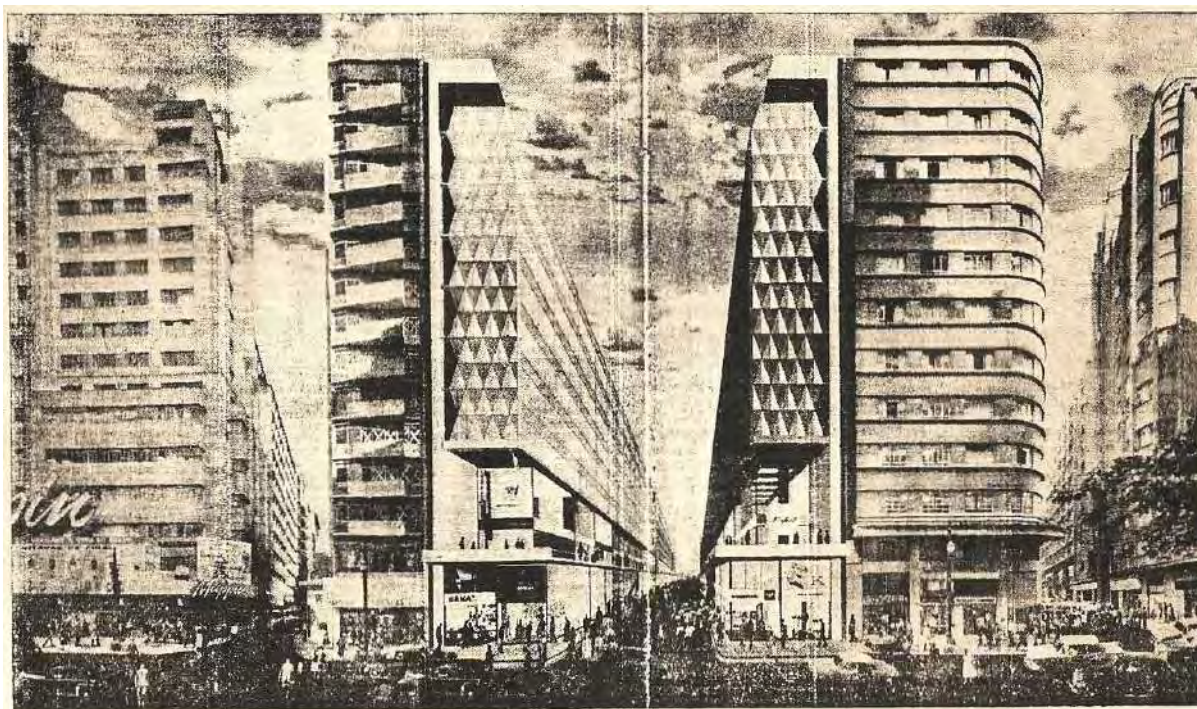
A opção por essa tipologia horizontal reflete tanto uma resposta às limitações das galerias verticais — cuja dificuldade de manter o uso ativo dos pavimentos superiores sem lojas-âncora ou catalisadores de fluxo se tornava evidente — quanto uma leitura sensível das dinâmicas e morfologias predominantes do Centro Novo. Ao fracionar a quadra original e introduzir uma nova rua, o projeto multiplica os pontos de contato com a malha urbana e transforma o edifício em infraestrutura pública: rua, praça e mercado ao mesmo tempo.

A rapidez da comercialização atesta o êxito dessa estratégia: todas as unidades foram vendidas em três dias, com o térreo esgotado no primeiro. O sucesso não se deu apenas por uma leitura acertada do mercado, mas por uma concepção espacial que soube mediar interesses privados e coletivos. A arquitetura se posiciona, assim, como instância crítica e propositiva: reorganiza o uso do solo, negocia com a legislação urbana (especialmente o decreto municipal de 1957⁵, que estimulava passagens públicas em lotes lindeiros) e, ao fazê-lo, transforma o próprio significado da quadra.

A Galeria Nova Barão sintetiza uma proposta urbanística que vai além do edifício como objeto. Ao modular com precisão as articulações entre arquitetura e cidade, Siffredi e Bardelli operam sobre a metrópole de forma ativa, configurando um espaço que não monumentaliza, mas atua. Um espaço para ser vivido, tocado, atravessado — onde a arquitetura reafirma sua potência como prática pública.

⁵ A Lei nº 5.114, de 28 de fevereiro de 1957, foi determinante na escolha dos terrenos e na concepção das galerias, ao tornar obrigatória a inclusão de passagens públicas em edifícios situados em vias centrais como Direita, São Bento, Sete de Abril e 24 de Maio. Voltada a intensificar o fluxo pedonal e fomentar a permeabilidade urbana, essa exigência foi incorporada como princípio projetual nas obras da dupla, cuja maioria foi concebida sob a lógica da passagem pública como elemento integrador entre arquitetura e cidade.

Figura 5: Ilustração para anúncio da Galeria Nova Barão (1962). Desenho produzido pelos próprios arquitetos.



Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

GALERIA LE VILLAGE

Projetada por Maria Bardelli e Ermanno Siffredi no final da década de 1950, a Galeria Le Village representa uma das últimas incursões da dupla no campo das galerias comerciais em São Paulo e um dos primeiros exemplares do tipo a surgir na Rua Augusta. Seu projeto sinaliza uma transição no urbanismo paulistano, acompanhando o deslocamento do comércio de alto padrão do centro histórico para novos eixos de valor imobiliário emergente. A Rua Augusta, até então predominantemente residencial, passava a abrigar lojas sofisticadas, serviços especializados e torres verticais, consolidando-se como um novo vetor de centralidade urbana.

Diferente das galerias concebidas no centro, a Le Village foi projetada sobre um terreno sem dupla testada, o que impunha desafios à permeabilidade e ao fluxo de pedestres. O lote, de proporções regulares (14 x 63 metros) e topografia plana, também não se localizava em área contemplada pela legislação de 1957, que incentivava a construção de passagens comerciais cobertas.

A ausência de uma segunda fachada obrigou a dupla a propor uma solução engenhosa: vitrines inclinadas em relação ao eixo longitudinal da galeria, voltadas em ângulo de aproximadamente 30 graus para a rua. Com isso, mesmo sem testada dupla, o projeto conseguia capturar a atenção dos transeuntes e projetar o interior da galeria para o espaço urbano.

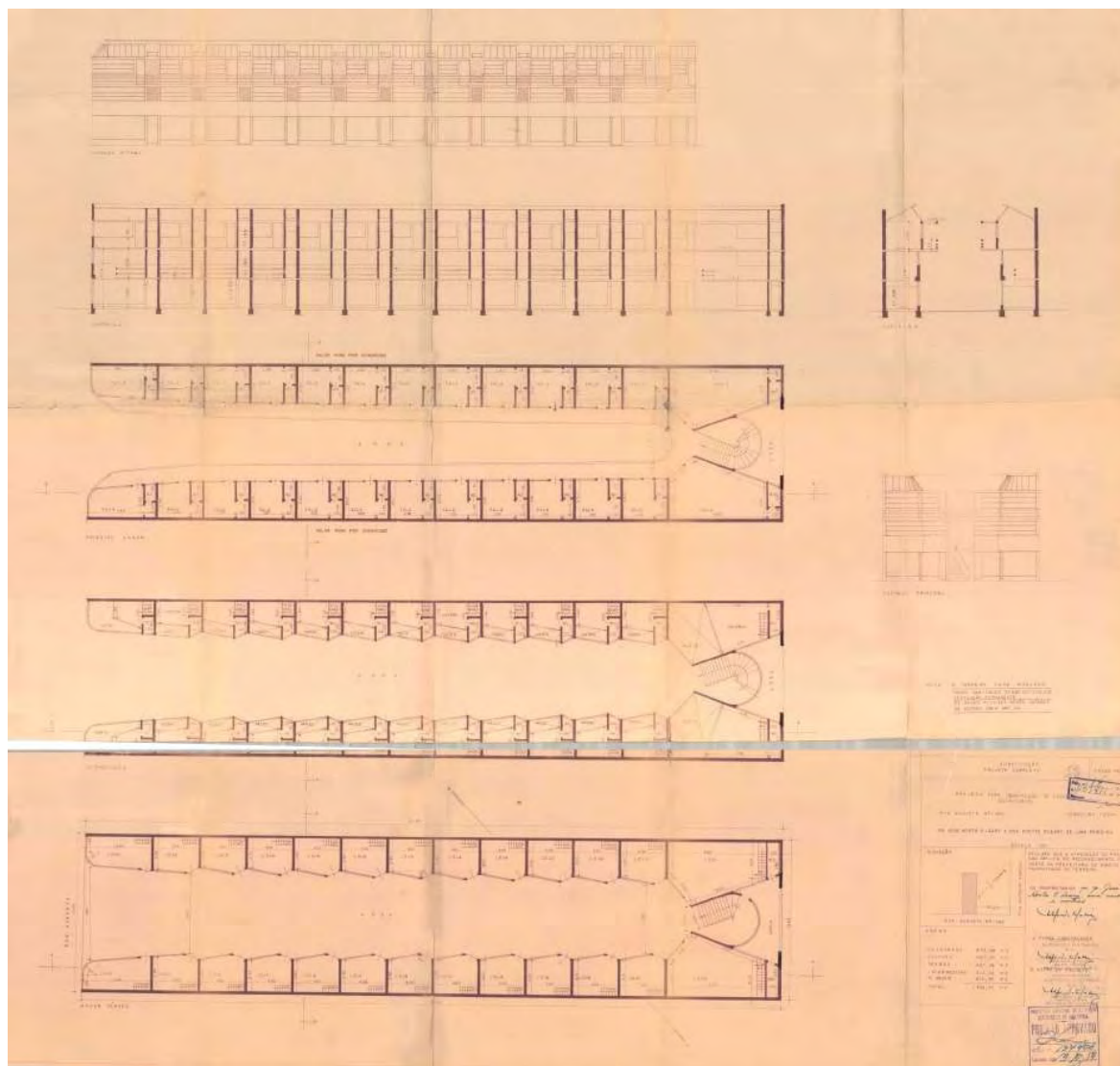
O projeto aprovado em 1959 previa dois pavimentos com mezanino e um total de 26 lojas no térreo, organizadas ao longo de um largo pátio central ajardinado, e 26 salas comerciais ou ateliês no andar superior, acessadas por passadiços abertos. Um apartamento para zelador também foi previsto. O espaço interno se configurava como uma “galeria a céu aberto”, uma tipologia ainda não contemplada pela legislação vigente à época, o que levou seus idealizadores a apresentar justificativas técnicas ressaltando as vantagens da solução em termos de ventilação, iluminação e integração paisagística.⁶

A Galeria Le Village articula com delicadeza a transição entre interior e exterior, transformando o lote privado em espaço de convivência público-semiaberto. O pátio central, ornamentado com calçamento em pedra portuguesa e toldos coloridos, configurava um espaço de permanência e encontro, em contraste com a lógica de fluxo acelerado da via. Lojas organizadas como pequenos quiosques, vegetação planejada e mobiliário urbano inserido ao longo do tempo reforçaram o ambiente acolhedor e intimista do conjunto. Ao evitar a monumentalização, a galeria reafirma uma abordagem que privilegia a escala humana, a vivência cotidiana e a integração sensível entre espaço comercial e atmosfera doméstica.

A Galeria Le Village sintetiza a capacidade de Siffredi e Bardelli de reinterpretar criticamente o modelo de galeria comercial, adaptando-o a novos contextos urbanos e oferecendo uma experiência arquitetônica singular. O projeto revela não apenas sofisticação formal, mas também uma compreensão sensível das transformações sociais e espaciais em curso na cidade de São Paulo.

6 ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Processo de aprovação nº 20.1441/59. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1959.

Figuras 6: Galeria Le Village. Plantas do térreo, mezanino e sobreloja.
Projeto apresentado à Prefeitura de São Paulo.



Fonte: Arquivo Prefeitura de São Paulo.

CONCLUSÃO

O conjunto de galerias comerciais projetadas por Ermanno Siffredi e Maria Bardelli representa um capítulo singular na história da arquitetura paulistana. Longe de reproduzirem modelos importados de forma acrítica, suas soluções revelam uma postura propositiva diante das especificidades urbanas, econômicas e sociais do centro de São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Ao combinar inteligência tipológica, refinamento formal e atenção à experiência urbana, a dupla expandiu as possibilidades da galeria comercial como instrumento de reconfiguração do espaço público.

Cada projeto mobiliza estratégias distintas para promover a integração entre edifício e cidade, operando sobre limites, fluxos e escalas com notável sensibilidade. O uso inventivo de passagens, vazios centrais, rampas e escadas rolantes articula uma espacialidade que se mantém aberta, fluida e conectada ao tecido urbano. Mesmo diante de desafios como lotes irregulares, legislações restritivas ou a ausência de testadas duplas, Siffredi e Bardelli encontraram formas de ativar as galerias como verdadeiros microcosmos urbanos — espaços de encontro, circulação e permanência.

Se por um lado o tempo revelou fragilidades no modelo vertical de comércio e a gestão ineficiente comprometeu a vitalidade de algumas dessas obras, por outro, a permanência física e simbólica desses edifícios comprova sua potência enquanto experimentos arquitetônicos e marcos de articulação entre arquitetura e espaço urbano. Suas galerias não apenas abrigaram milhares de pequenos comércios e profissionais, mas também consolidaram uma concepção de cidade orientada por relações diretas entre forma construída, circulação pública e a vivência social.

A atuação da dupla, frequentemente invisibilizada nos registros oficiais, merece ser resgatada como contribuição decisiva para a história da arquitetura moderna brasileira. Suas galerias não foram apenas respostas eficazes às demandas do mercado, mas proposições críticas, enraizadas na realidade paulistana, que ainda hoje oferecem lições sobre como projetar para a cidade, com a cidade e a partir dela.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Cynthia Augusta Poletto. *Edifícios e Galerias Comerciais - Arquitetura e Comércio na Cidade de São Paulo, Anos 50 e 60*. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo. São Carlos, 2005.

ANELLI, Renato Luiz Sobral. *O mediterrâneo nos trópicos: interlocuções entre arquitetura moderna brasileira e italiana*. In: GUERRA, A. (org.) *Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna Brasileira - parte 2*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *A Ideologia do “Lugar Público” na Arquitetura Contemporânea (Um roteiro)*. In: *O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 95-155.

Arquivo ARQ. *Ermanno Siffredi*. Em: <<https://arquivo.arq.br/profissionais/ermanno-siffredi>>. Acessado em 08 ago. de 2023.

Arquivo ARQ. *Maria Bardelli*. Em: <<https://arquivo.arq.br/profissionais/maria-bardelli>>. Acessado em 08 ago. de 2023.

BARDELLI, Mario. Entrevista concedida ao autor. Sanremo, dezembro de 2023.

BARDI, Pietro Maria. *Contribuições dos Italianos na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Raí- zes Artes Gráficas, 1981.

DEBENEDETTI, Emma; SALMONI, Anita. *Architettura Italiana a San Paolo*. São Paulo: Insti- tuto Cultural Italo-Brasileiro, 1953.

DORFLES, Gillo. *Barocco nell’Architettura Moderna*. Milão: Libreria Editrice Politecnica Tam- burini Milano, 1951.

FONSECA, Nuno de Azevedo. *Estudo Comparativo das Propostas de Cidades Contidas em Edifícios dos Anos 1945 1965/1965-1985*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 1982.

GEIST, Johann Friedrich. *Arcades: the history of a building type*. Cambridge: MIT Press, 1983.

GIEDION, Sigfried. *Espaço, Tempo e Arquitetura: O Desenvolvimento de uma Nova Tradi- ção*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GINSBORG, Paul. *Storia d’Italia dal Dopoguerra a Oggi: Società e Politica 1943-1988*. Tori- no: Giulio Einaudi Editore, 1989.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. São Paulo: Editora Perspecti- va, 1975.

GOODWIN, Philip. *Brazil Builds: Architecture New and Old 1652-1942*. New York: The Mu- seum of Modern Art, 1943.

HAYS, Kenneth Michael. *Hegel and Architectural History*. In: *The Architectural Imagination* (Curso online). Cambridge: Harvard University and edX, 2017. Em: <<https://pll.harvard.edu/course/architectural-imagination>>. Acessado em: 20 jan. 2020. Notas de Aula.

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO (IAU-USP). Plataforma on-line: Arquitetura italiana no Estado de São Paulo. São Carlos, SP: IAU-USP, [2022]. Em: <<https://arquitaitaliana-saopaulo.iau.usp.br/>>. Acessado em: 12 maio 2025.

LEFÈVRE, J. E. de A. *Entre o Discurso e a Realidade. A quem interessa o centro de São Paulo? A Avenida São Luiz e sua evolução*. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo 1999.

LEITE, Ricardo Pereira-Leite. *Estudo das Estratégias das Empresas incorporadoras do Município de São Paulo no Seguimento residencial no período 1960-1980*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

LORES, Raul Juste. *São Paulo nas Alturas: A Revolução Modernista da Arquitetura e do Mercado imobiliário nos Anos 1950 e 1960*. São Paulo: Três estrelas, 2017.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LYNCH, Kevin; RODWIN, Lloyd. *A Theory Of Urban Form*. In: Ekistics. Vol. 7, No. 44. Athens: Athens Center of Ekistics. June, 1959. p. 479-486.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. “*Há Algo de Irracional...*”. *Notas Sobre a Hitoriografia da Arquitetura Brasileira*. In: GUERRA, A. (org.) *Textos Fundamentais Sobre História da Arquitetura Moderna Brasileira - parte 2*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

MORETTI, Luigi. *Strutture e Sequenze di Spazi*. In: *Spazio*. Vol: Dezembro, n. 7, 1952. p.9–20, 107–108.

MORO, Roberta. *Maria Bardelli*, *Enciclopedia delledonne.it*. Em: <<https://www.encyclopedia-delledonne.it/biografie/maria-bardelli/>>. Acessado em 01 ago. de 2023.

NIJENHUIS, Win. Produção e Dissolução da Imagem da Cidade. Tradução: Paulo Bruna. In: *Revista Projeto*, n. 151, abril, 1992. p. 60-70.

NOTO, Felipe de Souza. *Miscigenação Urbanística em São Paulo: Aspectos Normativos do Plano de Avenidas e seu Modelo de Cidade*. In: *Oculum Ensaaios*, maio-agosto, 2019. p.335– 355.

PASSAMONTI, Stefano. *Ermanno Siffredi e Maria Bardelli: Architetti Italiani Costruttori della San Paolo Moderna*. (Projeto de Pesquisa não publicado). Politecnico di Milano. Milão, 2019.

PEVSNER, Nikolaus. *Historia de las Tipologias Arquitectonicas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979.

PEVSNER, Nikolaus. *Origens da Arquitetura Moderna e do Design*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PORPHYRIOS, Demetri. *Notes on a Method*. In: PORPHYRIOS, D. (Ed.). *On the Methodology of Architectural History*. London: Architectural Design, 1981. p.96-104.

ROGERS, Ernesto Nathan. *Experiencia de la arquitectura*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1965.

ROGERS, Ernesto Nathan. *Situazione dell'architettura Italiana*. In: *Aut_Aut*. Vol: setembro, n. 5, 1951 p.452-456. Bobina de microfilme.

ROGERS, Ernesto Nathan. *Our Responsibilities Towards Tradition*. In: *Casabella Continuità*. Vol. 202. august-september, 1954.

SANTOS, Demóstenes Magno. *A História da Construtora Alfredo Mathias de 1950-1985*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 5.114, de 28 de fevereiro de 1957. Disponível em <http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao/>. Acesso em 18/03/2025.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 5.261, de 04 de julho de 1957. Disponível em <http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao/>. Acesso em 05/01/2025.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 7.688, de 30 de dezembro de 1971. Disponível em <http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao/>. Acesso em 05/01/2025.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

VIVEIROS, Ricardo. *Um Olhar sobre São Paulo*. São Paulo: RV & Associados oficina de Comunicação, 2011.

WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos Fundamentais da História da Arte: O Problema da Evolução dos Estilos na Arte Mais Recente*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ZAERA-POLO, Alejandro. *The Politics of the Envelope: A Political Critique of Materialism*. In: *C-Lab*, no. 17. Graduate School of Architecture: Columbia University, 2008. p. 76-105. ZEVI, Bruno. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Loyola, 1973.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Ivanio Folmer

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutor em Geografia-PPGGEO/UFSM (2022). Especialista em Coordenação Pedagógica - FCE - (2023). Participante de diversos projetos Ensino, Pesquisa e Extensão, com as temáticas de Educação no campo; Território; Sujeitos do Campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Foi Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM 2018-2023. É professor Formador da Universidade de Caxias do Sul/ PARFOR 2023. Especializando em Supervisão Escolar - FCE. Integrante do Grupo de Pesquisa Girassol - Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais - UFSM; Grupo de Pesquisa em Educação e Território GPET - UFSM e Agricultura e Urbanização na América Latina - USP. É integrante da Academia Luso-Brasileira de Letras do Rio Grande do Sul.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alícia Moraes

Assistente social, Especialista em Políticas públicas e Residente do Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUIBB).

Brenda Cristinne dos Santos Gonçalves

Licenciada em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2023); Especialista em Educação Matemática pela Uniasselvi (2023). E-mail: brendacristinnewa@hotmail.com

Daniela da Rosa Matos

Pós graduanda em Agroecologia ,Educação do Campo e Inovações Sociais/ Universidade Federal de Santa Maria.

Daniel Júnior Gervasoni

Pós-graduando em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais / Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Dinalva Lopes Claudio

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Unidas do Vale – UNIVAR (2016); Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Afirmativo (2016). E-mail: dinalvabg@hotmail.com

Francisco Spadoni

Professor orientador. FAU-USP. / E-mail: spadoni@usp.br

Heloísa da Silva Duarte

Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2010); Especialista em Atendimento Educação Infantil e Alfabetização pela Faculdade Afirmativo (2018). E-mail: heloisa.sduarte@gmail.com

Ivanio Folmer

Professor Curso de Licenciatura em Educação do Campo/ Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Iolanda Pereira Lima

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Unidas do Vale – UNIVAR (2010); Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Unidas do Vale – UNIVAR (2014). E-mail: iolanda2011lima@hotmail.com

Jose Gonzalo Ordoñez Speziani

Docente de graduação em nível universitário, Mestre em Administração Estratégica. Licenciado em Administração.

<https://orcid.org/0000-0002-3189-2676>; c29366@utp.edu.pe

Leila Taís Kuntzler Pedrotti

Pós-graduanda em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais / Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Liziany Müller

Professora Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural / Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Lucas de Lemos Mehero

Lucas Corbucci Caldeira Nasi

Mestrando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU-USP, integrando a área de concentração: Projeto, Espaço e Cultura, com orientação do Prof. Dr. Agnaldo Farias, integrando a área de concentração Projeto, Espaço e Cultura. Pesquisa as interdisciplinaridades entre arte e arquitetura, investigando a escultura e a performatividade como modos de produção do espaço contemporâneo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6317259235045303>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7618-0507>

E-mail: lucascorbucci@usp.br

Marcos Sartori

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

E-mail: macsartori@gmail.com

Merardo Americo Osorio Canturin

Docente de graduação e pós-graduação em nível universitário, Magíster em Administração Pública E Governo – Gestão Municipal E Regional. Economista.

<https://orcid.org/0000-0003-4614-6286> merardooc@uncp.edu.pe

Odirlene Maria da Silva

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2012); Especialista em Psicopedagogia e Educação Infantil pela Faculdade Afirmativo (2013). E-mail: odirlene_pva@hotmail.com

Roxana Maritza Orellana Salazar

Docente de graduação e pós-graduação em nível universitário, Doutora em Ciências da Saúde e Saúde Pública. Licenciada em Enfermagem. <https://orcid.org/0000-0002-2419-3455> d.rorellanas@ms.upla.edu.pe

Simone Gomes dos Santos Gonçalves

Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2003); Especialista em Educação Física Escolar: Saúde e Qualidade de Vida pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2007).

E-mail: simone.anteninha@hotmail.com

Tatiane Correa Trojahn

Grupo de Pesquisa Girassol// Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Vilma Hermelinda Munive Orrego

Docente de graduação em nível universitário, Mestre em Administração Estratégica, Licenciada em Administração.

<https://orcid.org/0000-0002-3552-1418>; vmunive@upla.edu.pe

William Enrique Huanca Solis

Docente de graduação e pós-graduação em nível universitário, Doutor em Administração, Licenciado em Administração.

<https://orcid.org/0000-0001-6276-3001>; whuanca@uncp.edu.pe

Yves Alves

Estudante de Serviço Social, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa e Extensão em Serviço Social e integrante da Associação de Discentes Trans e Travestis da UFPA.

ALÉM DOS LIMITES: EDUCAÇÃO E PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

VOLUME: 05